

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E MERCADO

NEWTON DUARTE MOLON

A VISITA DE CHE, A MÍDIA E A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO:
COMO A MÍDIA CONTRIBUIU PARA O ISOLAMENTO POLÍTICO
DO PRESIDENTE MIDIÁTICO

Dissertação de Mestrado referente ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade, da Faculdade Cásper Líbero, como requisito final para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho

SÃO PAULO, 27 DE NOVEMBRO DE 2006

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir os possíveis vínculos existentes entre a condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a ação dos meios de comunicação e a renúncia do Presidente Jânio Quadros. O principal interesse é o de verificar em que medida a legitimidade política do governante era dependente da mídia.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Jânio Quadros e a mídia; 2. Política Externa de Jânio Quadros; 3. Comunicação e Política; 4. Política e Espetáculo

ABSTRACT: The present work intends to discuss the possible relations between the Che Guevara decoration with the Ordem do Cruzeiro do Sul, the Media's action and the President Jânio Quadros's renunciation. The inner interest is to check the dependence's level of governor's legitimacy with respect the Media.

KEYWORDS: 1. Jânio Quadros and the Media; 2. Jânio Quadros's foreign politics; 3. Communication and Politics; 4. Politics and Show

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente ao meu orientador Cláudio Coelho por sempre me convidar a seguir; ao sr. Juarez Strachmann por me ensinar com o que parar e a minha mulher Polyana Achcar Frigo Molon por seguir comigo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
 Capítulo 1	
PEQUENA BIOGRAFIA DE UM POLÍTICO CARISMÁTICO.....	12
Jânio: baseado em seu carisma.....	13
A Política Externa Independente.....	17
 Capítulo 2	
REVOLUÇÃO CUBANA E ERNESTO CHE GUEVARA.....	24
 Capítulo 3	
OS REBELDES E A IMPRENSA.....	39
Portas abertas ao Comunismo.....	42
Galeria I.....	58
Vinte nações americanas concluem a Aliança para o Progresso; Cuba não firmou a Carta de Punta Del Este.....	64
Galeria II.....	69
Guevara em Brasília; amanhã com Quadros.....	75
Galeria III.....	78
Guevara em visita de cortesia a Jânio, condecorado com a Grã-cruz do Cruzeiro.....	82
Galeria IV.....	92
Agotad'água.....	108
Galeria V.....	115
Jânio reafirma que manterá a política externa; Lacerda diz que o Brasil vai mal.....	128
Galeria VI.....	131
Hora de definições.....	139
Galeria VII.....	153
Forças terríveis.....	163
 CONCLUSÃO.....	165
BIBLIOGRAFIA.....	170

Jânio Quadros figura entre os mais pitorescos e folclóricos políticos brasileiros, além de ter sido o primeiro candidato de oposição a chegar ao poder e de ter protagonizado uma das mais graves crises institucionais do regime republicano brasileiro. Suas campanhas eleitorais tornaram-se célebres desde que deixou a sala de aula no Colégio Dante Alighieri para candidatar-se a vereador em 1947; *varre, varre vassourinha*; enfermeiras aplicando injeções no candidato em pleno palanque; a caspa intencional no paletó, factóides e mais factóides; tudo isso contribuiu para uma carreira política meteórica, passando pela Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, Prefeitura do Município, Governo do Estado, Câmara dos Deputados Federais e Presidência da República, trajeto percorrido em pouco mais de dez anos. Na Presidência, porém, Jânio permaneceu apenas sete meses, prazo ao final do qual renunciou afirmando que “forças terríveis” o impediam de governar. As tais forças terríveis já foram identificadas como a ação imperialista, o movimento comunista ou a oposição lacerdista, mas permanecem até os dias de hoje como um enigma que talvez não tenha mesmo resposta, como muitas das indagações sobre o personagem Jânio Quadros. Pode-se, contudo levantar uma hipótese segundo a qual todas as explicações estão corretas, porém reunidas numa só: a ação dos meios de comunicação. Como se o feitiço virasse contra o feiticeiro, Jânio restou aparentemente asfixiado pela fumaça que sempre fez questão de espalhar. Nessa trilha, a visita de Ernesto Che Guevara ao Brasil e sua condecoração por Jânio Quadros poucos dias antes da renúncia ganham ares de golpe de misericórdia, face à sua repercussão.

A hipótese que se levanta envolveria um processo em que: a) diferentemente do que ocorreu com outros políticos da chamada Democracia Liberal Populista, Jânio Quadros se apresenta sem qualquer enraizamento no movimento social organizado, não é oriundo do trabalhismo e não possui vínculos profundos com os grupos financeiros tradicionais, sua sustentação política se dá, assim, por outros pilares, notadamente, seu carisma e a reprodução dele através dos meios de comunicação; b) existe um complexo contexto externo em que, especialmente no ano de 1961, a Guerra Fria está na ordem do dia e a Imprensa brasileira cumpre seu papel na defesa do bloco ocidental; c) Che Guevara é uma figura proeminente nesse contexto de Guerra Fria, identificado com o lado sinistro e perigoso; d) Jânio desenvolve uma Política Externa heterodoxa, onde existe o flerte com o bloco socialista, o que será o flanco mais facilmente explorável pelos aliados insatisfeitos e provocará inquietação nos meios de comunicação; e) cada qual com seus interesses, Imprensa e aliados insatisfeitos se retroalimentam na crítica à política externa do Governo; f) Jânio se excede no campo simbólico ao condecorar Che Guevara, num momento em que se aprofundam as divergências com antigos aliados, o gesto impacta profundamente a Imprensa que se torna absolutamente rea-

tiva; g) Imprensa e antigos aliados pressionam sobremaneira o governo, chegando ao ápice com o pronunciamento de Lacerda para a TV em que denuncia uma trama golpista do governo envolvendo nela Che Guevara e a política externa janista; h) Jânio, ciclotímico e com poucas chances de defesa, renuncia e, diferentemente do que se imagina, sem qualquer plano de retorno, a não ser que ocorra uma manifestação popular espontânea com esse clamor; e i) perdendo definitivamente a empatia com a Imprensa, por conta da Condecoração, Jânio perde também o seu carisma junto ao povo que não se move em sua defesa.

Não restam dúvidas quanto à ambição demonstrada pelo presente projeto que, ao mesmo tempo, insinua a possibilidade de equívoco por parte da historiografia oficial sobre um tema consagrado e confere à mídia papel crucial num dos mais importantes episódios da história política contemporânea brasileira. Dar conta do objetivo proposto em toda a sua envergadura é tarefa que pressupõe desenvoltura com fontes, referenciais teóricos e metodologias das mais diferentes naturezas. A proposta cujo objeto paira sob a linha tênue que divisa História e Comunicação, ainda que sem pretensão de originalidade nesse sentido, esbarra nas dificuldades de um trajeto em que o conforto de uma tradição teórico-metodológica é rarefeito. Desse modo, da mesma forma que existe consciência sobre a ambição do trabalho, existe também sobre o risco constante do malogro em partes, no todo, em ambos. De todo modo, além da idéia aventada, que sempre poderia ser encampada e melhorada, o trabalho procurou contribuir especialmente com o resgate de fontes que ainda não são velhas demais para constarem dos anais da História, nem tampouco suficientemente jovens para integrar os bancos de imagem dos arquivos dos jornais. Ressalta-se também, sempre em função do “tempo dedicado a” o cuidado com um projeto gráfico que atenuasse os percalços inerentes a um trabalho em que o discurso jornalístico é especial objeto de análise.

É especialmente intrincada a conjuntura histórica em que se dão o governo Jânio, seus vínculos políticos, sua política externa, seu relacionamento com a Imprensa e os episódios que envolvem sua renúncia. Faz-se necessário, com o objetivo de aclarar o referido momento, um grande esforço – mais difícil nos tempos em que se apregoa o óbito das ideologias – para se compreender a dimensão e o alcance do debate Comunismo x Capitalismo. Após a Segunda Guerra Mundial, as ações de Stalin com vistas à conversão do Leste Europeu ao socialismo e o avanço do movimento de esquerda na Grécia e na Turquia levaram o presidente H. Truman a proferir, num discurso dirigido ao Congresso americano em Março de 1947, as palavras que, uma vez convertidas em Doutrina norteadora de sua política externa, acabariam por definir a dinâmica bipolar das relações internacionais pelas próximas décadas. A chamada Doutrina Truman, marco consagrado do início da Guerra Fria, pode ser, na voz de seu próprio artífice, assim resumida:

"Os povos de certo número de países do mundo tiveram recentemente de aceitar regimes totalitários impostos, à força, contra a sua vontade (...) No momento atual da história do mundo quase todas as nações se vêem na contingência de escolher entre dois modos alternativos de vida. E a escolha freqüentes vezes não é livre.

Um dos modos de vida se baseia na vontade da maioria e distingui-se pelas instituições livres, pelo governo representativo, pelas eleições livres, pela garantia de liberdade individual, pela liberdade de palavra e de religião, pela libertação da opressão política.

O segundo modo de vida baseia-se na vontade da minoria, imposta pela força à maioria. Escora-se no terror e na opressão, no controle da imprensa e do rádio, em eleições fixas e na supressão das liberdades pessoais.

Acredito que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação tentada por minorias armadas ou por pressões vindas de fora." (1)

Na disputa entre os blocos capitalista e socialista, os países da América Latina foram recrutados e intimados a prestar serviços à causa americana, cabendo-lhes, especialmente, a vigilância e o combate à insurgência comunista em seus próprios territórios. No final dos anos 40 e na década de 50, as questões da Segurança Nacional e da Contra-insurgência tornaram-se prioritárias nas agendas de muitos dirigentes latino-americanos. No Brasil é sintomática a criação da Escola Superior de Guerra, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. A tradição populista da região em geral e do Brasil em particular fez dos governos alicerçados em partidos de massa, suspeitos de conivência e/ou negligência quanto à ameaça comunista. Essa percepção por parte dos setores mais conservadores da sociedade e das forças armadas evidenciou-se na intentona contra o governo legitimamente eleito de JK e não deixou de assombrar a democracia brasileira até o momento em que materializou-se definitivamente na forma do golpe que depôs João Goulart em 1964 e instalou a ditadura militar.

O desfile ligeiro e espetacular de Jânio Quadros na passarela da República Liberal Populista foi nesse sentido um evento singular e digno de exame mais profundo. Verificava-se uma temerária e original ambigüidade no governo eleito que, se contemplava aspirações da União Democrática Nacional com o presidente por um lado, por outro tinha no vice Jango a marca indelével do trabalhismo. Além da contradição original, é preciso ressaltar que a trajetória do presidente, sua patente instabilidade e seu voluntarismo, tampouco alimentavam grande segurança em sua própria base de apoio. Nada, porém, evidenciou mais a dificuldade de classifi-

(1) Syrett, H., p. 317

cação instantânea do governo Jânio, do que sua política externa pautada por uma independência invulgar em países cujo alinhamento com o bloco capitalista em termos de política econômica era inequívoco.

Jânio chegou a ser sondado por emissários de Kennedy quanto a possível adesão do Brasil a uma intervenção da OEA em Cuba, ao que recusou veementemente argumentando no sentido da autodeterminação dos povos. Em seu governo foram enviadas missões diplomáticas ao Leste Europeu, à União Soviética e à China; o Brasil foi o país pioneiro no reconhecimento do governo comunista de Angola e o próprio Jânio chegou a visitar Cuba a convite de Fidel. Ganha relevo, assim, o episódio da visita de Ernesto Che Guevara ao Brasil e a deferência conferida a ele pelo presidente Jânio Quadros que o condecora com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Guevara veio para uma visita de apenas um período depois de ter causado polêmica no balneário uruguaio de Punta Del Este, onde simplesmente tratou de rechaçar e desconstruir o plano de ajuda econômica para a América Latina, Aliança para o Progresso, recém lançado por Kennedy, que previa um auxílio de 20 bilhões de dólares nos próximos dez anos.

O então Ministro da Indústria de Cuba encarnava naquele momento todos os temores do bloco capitalista, representando um regime que havia se forjado no calor da luta armada e avançado impiedosamente contra a propriedade e a desigualdade; mais do que isso, Che era o porta-voz de uma minúscula e irredenta nação que três meses antes expulsara a contra-revolução financiada pelos EUA em Baía dos Porcos e que, naquele momento, realizava uma revolucionária campanha de alfabetização que mudaria a história do povo cubano. Além disso, vale lembrar que a adesão de Cuba ao bloco socialista já havia se tornado inevitável em tais circunstâncias.

O comportamento de Jânio durante a visita de Che mostrou-se tão controverso que chegou a induzir observadores a erros crassos, porém previsíveis, de análise. Jon Lee Anderson, rigoroso e paciente biógrafo de Che, por exemplo, referiu-se ao episódio nos seguintes termos:

"De fato, onde quer que Che pousasse, aconteciam calamidades (...). No seu encontro com Jânio Quadros, Presidente do Brasil, Che foi condecorado com a prestigiada Ordem do Cruzeiro do Sul. Cinco dias depois da cerimônia, as forças armadas brasileiras forçaram Quadros a renunciar." (2)

A falta de rigor na pesquisa e o fascínio pelo biografado, nesse caso, ainda que causem prejuízo à verossimilhança histórica, revelam muito sobre a lógica do período. E se, de fato, Jânio não sofreu nenhuma pressão dos militares para que

(2) Anderson, J.L., p. 593

renunciasse, ao contrário, aliás, chegou a receber apoio dos mesmos para o caso de querer permanecer em bases não constitucionais, é certo que sua conduta desagradou sobremaneira alguns dos setores cuja falta de apoio contribuiria para a ampliação de seu isolamento político e, conseqüentemente, para o imobilismo de seu governo em âmbito democrático. Se os gestos de Jânio para com Che, não tiveram consistência e força para mudar o espectro de sua base de apoio, aproveitando sua simpatia circunstancial e convertendo a oposição, por outro lado contribuíram para o enfraquecimento de sua própria base aliada, oferecendo argumentos incontestes para a dissidência interna. O histórico polemista e Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, por exemplo, serviu-se da situação com avidez para proclamar seu distanciamento em relação ao Governo Federal, chegando, inclusive, a condecorar, no mesmo dia 19 de Agosto, no Palácio da Guanabara, o Líder anticastrista Manuel Antonio de Verona.

A visita e a condecoração de Che por Jânio Quadros não têm em si grande significado no sentido de qualquer alteração nos rumos do governo, de suas práticas econômicas ou mesmo de seus fundamentos ideológicos, verifica-se ali, ao contrário, o mesmo pragmatismo latino de Jânio, talvez apenas um pouco mais inconstante e espetaculoso. Em São Paulo, naquele momento, a Mercedes Benz tratava da venda de 200 chassis de ônibus e caminhões para Cuba e negociava a intermediação desse país em vendas para o Leste Europeu; a julgar pelo histórico de desmaios em comícios e proibições de lança-perfumes e brigas de galo, só isso já seria razão mais do que suficiente para a condecoração do rebelde. Como foi possível, então que o caso se tornasse decisivo no processo de isolamento do governo, a ponto de, efetivamente, cinco dias depois, o presidente entregar sua carta de renúncia? Uma resposta factível pode ser tentada se obtivermos uma melhor compreensão sobre o comportamento dos meios de comunicação em relação ao ocorrido. Ao que parece, aliado aos ataques interessados da dissidência a partir de seus próprios veículos e dos espaços que lhe eram franqueados, houve um processo de resignificação do episódio por parte da grande mídia, criando-se assim uma espécie de “mito das tendências esquerdistas de Jânio”. Um editorial de *O Globo*, no dia seguinte da visita, dá o tom do que pode representar uma tendência segundo a qual diversos órgãos da imprensa reportam e analisam o caso não apenas pelo seu significado político nacional e real, mas pelo seu potencial simbólico no que diz respeito à Guerra Fria, conferindo-lhe assim maior transcendência e contribuindo para mitigar a base de apoio do governo:

Grã-Cruz para um Agitador Internacional – *O Globo*

“Atingiu o limite da capacidade do povo brasileiro suportar agressões a outorga ao Sr. Ernesto Guevara, vulgo Che – ex-cidadão argentino que renegou sua pátria para servir à causa do bolchevismo na frente avançada

da de Cuba –, da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em seu mais elevado grau. A visita desse senhor ao Brasil já era difícil de engolir. Admitia-se que ele viesse a convite próprio, apenas referendado pelo nosso governo, que não tivera saída. Entretanto, o presidente transformou o agitador profissional, o inimigo da democracia, que acaba de renegá-la em Punta del Este, esse desalinhado promotor de vários escândalos internacionais, em hóspede bem-vindo, merecedor das maiores homenagens. Não sabemos como os dignos ministros da Guerra e da Marinha – não falemos do ministro do Exterior –, que fazem parte do Conselho da Ordem, podem haver concordado com a indefensável deferência ao sócio de Fidel Castro”. (3)

Além da imprensa escrita e do rádio, nesse momento a televisão começa a despontar como veículo de potencial avassalador e sua participação no processo político nacional será, dali para frente, cada vez mais decisiva. Suas possibilidades, especialmente no que diz respeito ao uso da linguagem mítica, serão também, nesse episódio bastante úteis e significativas. Lacerda na noite de 24 de Agosto num programa de grande audiência da *TV Rio* denunciou uma possível articulação golpista encabeçada pelo Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta; o projeto visava a atender as necessidades de Jânio no que tange ao fortalecimento do seu próprio poder; segundo Lacerda a conspiração lhe havia sido revelada diretamente pelo Ministro, que teria ainda alertado quanto à disposição de renúncia do presidente caso uma reforma institucional não se processasse. Houve, porém, espaço no pronunciamento de Lacerda para tratar do caso da visita de Che de modo a produzir uma ilação absolutamente inverossímil e leviana, mas de eficiência incontestável para o seu projeto:

“Por trás da condecoração dada ilegalmente a esse aventureiro internacional, a esse apátrida especialista em oprimir a pátria alheia, que coisas se escondem, que aventuras, que tramas da madrugada, que torvas conversas, que sinistras combinações!” (4)

Além de recuperar as notícias e análises no calor do momento, torna-se, assim, importante também, pensar no teor e no nível de comprometimento dos principais meios de comunicação brasileiros com a ordem internacional bipolar. Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré, em sua *História da Imprensa Brasileira* lembra que

“A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau

(3) Arnt, R., p. 175

(4) Sodré, N.W., p. 408

de sua dependência em relação às agências de publicidade. Isso se tornou claro, no Brasil, desde a segunda metade do século XX. De tal sorte que os assuntos de interesse nacional só encontram possibilidade de estudo em revistas especializadas (...)" (5)

Um exame nesse sentido pode nos levar a concluir por uma necessidade da grande imprensa brasileira, já naquelas circunstâncias, de manifestar sua inequívoca solidariedade com os princípios ideológicos do patrocinador, já que dentre os principais figuravam Esso, Gessy, Lever, Shell, Coca Cola... A objetividade dos jornalistas na cobertura da visita de Che talvez dificultasse, por demais, o trabalho dos departamentos comerciais. A favor dessa hipótese, é preciso também elencar o argumento real que Lacerda citará de maneira incidental em sua denúncia televisiva reproduzida no presente trabalho, que durante o curto governo Jânio, graças ao fim do câmbio preferencial por instrução da SUMOC, o preço do papel importado sofrerá um aumento vertiginoso dobrando de preço em apenas três meses.

Tais questões referidas aqui, apenas superficialmente, serão aprofundadas nos capítulos que seguem numa seqüência em que, primeiramente, será traçado um perfil do político Jânio Quadros enfatizando os aspectos carismáticos do seu tipo de conduta; ainda nesse perfil serão discutidos mais pormenorizadamente sua condução da política externa brasileira. O que se objetiva aqui é, fundamentalmente, verificar um pouco da singularidade do personagem político e os desdobramentos dessa singularidade em termos de uma política externa pouco ortodoxa.

No segundo capítulo é feita uma crônica da história contemporânea de Cuba até a Revolução de 1959 e da participação de Ernesto Che Guevara tanto na luta quanto no governo revolucionário instituído. Ainda que talvez não fosse necessário uma digressão tão alongada na História cubana, o propósito foi o de ressaltar a relevância e o impacto da trajetória cubana e de Che Guevara no desenvolvimento histórico da América Latina, especialmente sob a vigência da Guerra Fria.

Finalmente, no terceiro capítulo, aquele cuja fluidez de leitura se dá, certamente, em outra vasão, foram recuperadas e apresentadas as principais notícias envolvendo a visita de Che e a política externa de Jânio publicadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo *O Estado de São Paulo* entre os dias 17 e 24 de Agosto de 1961. Originalmente tencionava-se realizar uma pesquisa que levasse em conta outras mídias como revistas, rádio e TV, o que se revelou impraticável face a grande quantidade de material. Optou-se então pelo exame de dois dos mais importantes jornais do período e do pronunciamento televisivo de Carlos Lacerda no dia 24 de Agosto pela *TV Rio*. Nesse capítulo, o escopo foi o de reeditar o debate do momento com o seu calor próprio e, ao mesmo tempo, averiguar a alteração de temperatura provocada pela visita de Che ao Brasil.

(5) Markun, P.; Hamilton, D., p. 98

Capítulo 1

PEQUENA BIOGRAFIA DE UM POLÍTICO CARISMÁTICO

*Indeferido. Encontre V. S. outros meios.
O local não existe para tais iniciativas. É favor não insistir.*

(Bilhetinho do Governador Jânio Quadros à D. Eloá Quadros, sua esposa, que solicitara o uso do Pavilhão Oficial do Aeroporto de Congonhas para uma exposição beneficente) (1)

Jânio: baseado em seu carisma

Não foi Jânio Quadros o primeiro exemplo na política brasileira, daquilo que Max Weber (2) tratou como autoridade dotada de liderança carismática, setores da população já atribuíam a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, aqueles poderes sobrenaturais de vaticinar o destino do país, de possuir conhecimentos ocultos e místicos, de sobre-capacidade para o trabalho e para a solução de problemas. Antes deles, ainda no nascedouro da República, o beato Antonio Conselheiro, com seu messianismo levou milhares de jagunços a uma resistência heróica e suicida contra o exército de Prudente de Moraes. O mesmo ocorreria tempo depois com os seguidores dos irmãos José e João Maria na região do Contestado. Mas foi com Jânio que o carisma elevou-se, no Brasil, à categoria de ferramenta deliberadamente utilizada para angariar adesão popular dentro de uma ordem democrática e em uma sociedade em busca da evasão ao patrimonialismo. Weber afirma que a ação carismática não está limitada às fases primitivas do desenvolvimento das sociedades e que os seus três tipos fundamentais de estrutura de dominação: patrimonial, carismática e burocrática/racional; não podem ser colocados simplesmente em seqüência numa linha evolucionária, melhor seria pensar numa realização compósita nas mais diversas proporções. Por outro lado, o autor, ana-

(1) Pereira, J., Bilhetinhos de Jânio, SP, 1959, p. 39

(2) Weber, M., Economia e Sociedade, V-II, UNB, SP, 2004, p. 323

lisando os primórdios das relações de comunidade, observou que toda a ação social objetivando algo mais do que a satisfação da economia doméstica local estruturava-se de maneira carismática e, estudando o desenvolvimento das sociedades, concluiu que o destino do carisma é recuar com o desenvolvimento crescente de formações institucionais permanentes. Nesse sentido, mesmo levando em conta a advertência, parece razoável conceber a transição da sociedade marcadamente estruturada no patrimonialismo, para a sociedade de racionalidade estrutural avançada, como o ambiente ideal para o florescimento das práticas carismáticas. No caso brasileiro, em que pese a longevidade desse período evidente a partir da Revolução de 30, com Jânio Quadros o carisma pareceu prescindir das formas tradicionais de organização e legitimação política, restando próximo de um hipotético estado de pureza. O mesmo não ocorreu com seus antecessores Vargas, Dutra e JK que, apesar de servirem-se também, com mais ou menos parcimônia em cada caso, da ação carismática, não chegaram a transcender a necessidade de organização partidária e/ou sindical e nem se libertaram dos projetos que representavam.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, diferentemente dos antecessores, Jânio mostra-se reativo à institucionalização e à disciplina característicos de uma sociedade que já se encontra embalada no processo de racionalização e burocratização. Torna-se, assim, inevitável o atrito entre essa personalidade e a organização da sociedade brasileira no estágio e no momento em questão. Nesse sentido, pode-se especular sobre o desempenho de Jânio nas três esferas de poder atribuindo, ao menos em parte, seu maior êxito na esfera Municipal ao fato de ser aquela a menos suscetível aos ditames racionais/burocráticos. O líder carismático, segundo Weber “rejeita como indigna a obtenção racional e planejada de dinheiro, bem como toda atividade econômica racional” e a liderança carismática desconhece disposições jurídicas e regulamento abstratos, “seu direito ‘objetivo’ é o resultado concreto da vivência extremamente pessoal de graça celestial e força heróica, semelhante àquela dos deuses e significa renúncia ao compromisso com toda ordem externa em favor da glorificação exclusiva do autêntico espírito profético e heróico. Por isso comporta-se de maneira revolucionária, invertendo todos os valores e rompendo soberanamente com todas as normas tradicionais ou racionais.” (3)

Em 1959, Jânio é candidato à Presidência da República e conta com o precioso apoio da União Democrática Nacional (UDN), que via na sua candidatura a possibilidade de reverter um sombrio quadro de derrotas sucessivas. Uma divergência porém, na base de apoio, que contava ainda com o PDC, o PL e o PTN, quanto à indicação do candidato a vice, provocou a segunda renúncia de Jânio à candidatura, a primeira ocorreu por seu descontentamento quanto a um discurso de Afonso Arinos no senado, mas não chegou a ser publicada. Esta, porém,

(3) Weber, M., Op. cit. Pp 326 e 327

teve grande transcendência e o seu texto, divulgado pela Imprensa, ajuda a compor o perfil de Jânio como liderança carismática nos moldes weberianos:

“Nesta data renuncio à minha candidatura à presidência da República. Não consegui, como é do conhecimento de V. Exa. e da opinião pública, reunir, em torno de meu nome, as diversas legendas e correntes políticas que procuram novos rumos para o país, com a unidade e a harmonia indispensáveis ao êxito de nossa jornada (...) Se nessa fase é difícil, assim, coordenar os esforços e somar os anseios dos homens de bem que militam nos vários partidos, impossível será governar no atendimento das reivindicações do povo e das necessidades brasileiras (...).”⁽⁴⁾

Em carta ao Governador de São Paulo, Carvalho Pinto, Jânio justificaria seu gesto dizendo ser preferível um cidadão livre a um presidente prisioneiro. A candidatura somente será retomada, após os partidos que compunham sua base assumirem publicamente que ele, Jânio, não se encontrava absolutamente comprometido com o apoio que recebia. A independência do candidato em relação aos partidos ficou ainda mais patente quando, durante a campanha, brindou, inequivocamente, sua simpatia aos comitês JAN-JAN que apoiavam João Goulart, da coligação adversária, para vice e ele para presidente; numa flagrante e até indelicada demonstração de liberdade.

A trajetória de Jânio desde a vereança em São Paulo, bem como o seu *modus operandi* de político, parecem repletos de todos os atributos conferidos por Weber ao tipo carismático de liderança. Se para o sociólogo alemão os líderes carismáticos naturais dos momentos de dificuldades não eram os que ocupavam um cargo público nem os que exerciam determinada profissão especializada e remunerada, mas sim portadores de dons físicos e espirituais específicos e considerados sobrenaturais, o batismo de Jânio na história política brasileira dá-se sob o discurso da antipolítica, do não ortodoxo, do “tostão contra o milhão”; trata-se do *outsider* despojado, dotado de coragem moralizadora e pleno da mesma indignação popular quanto às práticas políticas tradicionais e aos desmandos na administração. Se o carisma weberiano só conhece determinações e limites imanentes, Jânio em seus diversos mandatos tentou proibir a venda de Coca-Cola e proibiu o uso do lança-perfume; propôs, além do cartão vermelho, cadeia aos jogadores de futebol afim de conter a falta de ética esportiva; opôs-se a espetáculos circenses; perseguiu os bingos; interditou a casa de apostas do Jockey Club de São Paulo; cancelou por trinta dias suas audiências como governador do Estado para ir às ruas combater o roubo e a corrupção; proibiu as rinhas de brigas de galos... apenas para citar al-

(4) Chagas, C., O Brasil sem Retoques, V-II, Record, RJ, 2001, p.800

gumas das mais famosas medidas polêmicas e voluntaristas.

Também no episódio de sua renúncia à Presidência da República em 1961 e da suposta expectativa de comoção popular, seguida pela frustração do possível projeto constatada *a posteriori*, verifica-se plena compatibilidade com a descrição que Weber faz da liderança carismática:

"O portador pode perder o carisma, sentir-se 'abandonado de seu deus' como Jesus na cruz, mostrar-se a seus sequazes como 'privado de sua força': neste caso, sua missão está extinta, e a esperança aguarda e procura um novo portador. Abandonam-no os sequazes, pois o carisma puro ainda não conhece outra legitimidade além daquela que se deriva da própria força, provada sempre de novo. O herói carismático não deriva sua autoridade de ordens e estatutos, como o faz a competência burocrática, nem de costumes tradicionais ou promessas de fidelidade feudal, como o poder patrimonial, mas sim consegue e a conserva apenas por provas de seus poderes na vida. Deve fazer milagres (...) provar, sua missão divina no bem estar daqueles que a ele devotamente se entregam. Caso contrário, ele evidentemente não é o senhor enviado pelos deuses." (5)

Conquanto sejam notórios os aportes do carisma ao histórico político de Jânio, não resulta possível determinar em que medida tratam-se realmente de atributos inerentes e espontâneos ou se, por outro lado, resultam de um esforço deliberado associado a uma arguta percepção quanto aos resultados possíveis de sua utilização. Levando-se em conta, porém, que a dominação ou liderança carismática jamais prescindirá do convencimento e da absorção pelo dominado e que, o carisma autêntico e o simulacro de carisma obedecem a esse mesmo princípio de eficiência, Jânio representaria, por seu exemplo, a fórmula para uma nova maneira de construção de legitimidade, baseada na fabricação de atributos carismáticos e na sua convincente difusão junto ao eleitor. Quer Jânio tenha efetivamente utilizado esse expediente, quer fosse mesmo dotado de carisma natural, parece correto insinuar que, no desenvolvimento histórico das técnicas de Marketing Político no Brasil, certamente há que se render algum tributo do "homem da vassoura".

A mais importante questão que se coloca, porém, a respeito do estudo carismático de Jânio, não diz respeito aos truques com que galga os degraus do poder, mas sim ao grau de dependência que sua legitimidade manterá dos meios de comunicação encarregados de repercutir seu estilo. Em outras palavras, a falta de embasamento consistente nas instituições políticas típicas da sociedade racional/

(5) Weber, M., Op. cit. Pp 326 e 327

burocrática, sobre-exigirá de sua usina de representações carismáticas, fazendo conseqüentemente, dos meios de comunicação, aliados absolutamente indispensáveis. Malgrado ser comum e necessário algum tipo de acomodação entre qualquer governo e a mídia, o que se verifica no caso Jânio é que sua potência política, especialmente governando na nova capital, instalada nos arrabaldes do país, já não pode mais ser exercida a revelia dos meios de comunicação.

A Política Externa Independente

Ainda que tenha obtido o disputado apoio da União Democrática Nacional (UDN) para as eleições de 60, Jânio, desde a campanha, dava demonstrações evidentes de que, não se curvaria aos programas e/ou conveniências de sua base de apoio, se assim não entendesse desejável, isso se estendia, também, às questões de política externa. Em Abril de 1960, atendendo a um convite de Fidel Castro, Jânio realizou uma visita a Cuba, o momento era aquele em que a Revolução enveredava pelo caminho irreversível da nacionalização de empresas estrangeiras. A reação americana não tardaria e aquela demonstração janista de simpatia ao processo cubano, reiterada em outras ocasiões, serviria como o sinalizador da neutralidade com que trataria o confronto entre EUA e Cuba que começava sua escalada. Três meses depois o Congresso americano autorizaria a redução da quota mínima de importação de açúcar cubano, iniciando um conhecido processo de asfixia da economia da ilha. No mesmo dia, o presidente cubano Oswaldo Dorticós sancionaria a Lei 851, autorizando o governo revolucionário, quando julgasse conveniente à defesa do interesse nacional, a expropriação de bens ou empresas pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas dos Estados Unidos. Esse seria o mesmo momento em que encontrar-se-iam sob intervenção do governo cubano a Texaco, Esso e Shell por se recusarem a refinar petróleo de origem soviética. A viagem, no entanto, atendia também e principalmente a um objetivo de ordem prática e inserido no contexto da campanha eleitoral brasileira pela presidência. Jânio disputava palmo a palmo com o Marechal Henrique Teixeira Lott, a bandeira do nacionalismo; ainda que o candidato de Juscelino manuseasse melhor o referido adereço, Jânio precisava, ao menos, repelir a pecha de entreguista que lhe caberia por oposição. Os relatos sobre a excursão a Cuba falam de um verdadeiro “trem da alegria”, mas cuja passagem por terras de rebeldes conferiu aos passageiros um certo ar útil de insubordinação:

“A comitiva (...) integrava secretários como Castilho, Marzagão e José Aparecido de Oliveira (...), políticos como Afonso Arinos, Paulo de Tarso e Francisco Julião, e jornalistas como Hélio Fernandes, Carlos Castello

Branco, Villas-Bôas Corrêa, Moniz Bandeira, Marcio Moreira Alves, Fernando Sabino, Murilo Mello Filho, Carlão Mesquita e outros (...). O governo tratou Jânio como presidente virtual, hospedando a comitiva no luxuoso Habana Riviera, guiando-o pela ilha, promovendo jantares e encontros com Fidel, Che e Raul Castro (...) Jânio ouviu de Fidel e Che (...) como debelaram a crise provocada pelo presidente Manuel Urrútia, que se opôs à nacionalização de uma indústria americana. Fidel contou que renunciara ao cargo de primeiro-ministro, que o povo acampou durante três dias na praça em frente à embaixada e exigiu sua volta. Urrútia foi demitido, Oswaldo Dorticós, nomeado presidente e a empresa, nacionalizada.”⁽⁶⁾ Ao retornar ao Brasil, Jânio tecerá rasgados elogios ao governo de Fidel, tido por ele como “honesto e operoso” e, em suas palavras, revelavam desconhecimento de causa ou má-fé os que chamavam de comunista aquele governo. Respondendo a uma pergunta sobre o “paredón” cubano, afirmou que embora não conhecesse os processos, os condenados haviam sido julgados por um tribunal revolucionário e eram de fato criminosos.⁽⁷⁾

A questão cubana voltou à baila diversas vezes durante o breve governo de Quadros. Adolf Berle Junior, que havia sido Embaixador dos EUA no Brasil do Estado Novo, era agora assessor especial para assuntos da América Latina de Dean Rusk, Secretário de Estado de Kennedy; Berle atuaria como uma espécie de porta-voz do projeto **Aliança para o Progresso** anunciado pelo presidente americano já em seu discurso de posse, segundo o qual, a América Latina deveria passar por uma revolução pacífica quanto aos seus problemas sociais, afim de colocar o comunismo definitivamente num museu. O assessor foi enviado ao Brasil, logo no início do governo, não veio, porém, para tratar propriamente do plano de ajuda americano, mas sim com o objetivo de sondar Jânio sobre sua conviência e disposição para com uma ação formal da OEA contra Cuba.

Afonso Arinos de Melo Franco, Ministro do Exterior de Jânio Quadros, e o principal responsável pela Política Externa Independente que marcou seu curto governo, foi encarregado de recepcionar Berle e ouvir primeiramente suas proposições. Em memorando ao presidente onde relata seu almoço e as três horas de conversa reservada que manteve com o enviado americano, Arinos apontou sua oferta incondicional de um crédito ao Brasil no Eximbank no valor de 100 milhões de dólares; uma análise do assessor, repercutindo o pensamento de Kennedy, segundo a qual a América Latina encontrava-se à beira da revolução generalizada e uma descrição pormenorizada dos riscos que o governo americano entendia que

(6) Arnt, R., Jânio Quadros – O Prometeu da Vila Matilde, Ediouro, RJ, 2004, pp.131 e 132

(7) Arnt, R., Op.cit pp.132 e 133

Cuba representava para a segurança do continente naquele momento. Segundo o memorando, Berle teria revelado uma compra de 300.000 toneladas de armas pesadas feita pelo governo cubano à Rússia e à Tchecoslováquia; que pelo menos 100 pilotos cubanos treinavam no Leste Europeu com caças MIG 17; semanalmente chegavam à ilha 60 técnicos e oficiais russos e chineses; 30.000 homens compunham as tropas regulares de Fidel, mais 17.000 policiais de escol e ainda 250.000 milicianos; que 13 navios russos encontravam-se em águas territoriais cubanas naqueles dias e que o governo americano tratava de ajudar os grupos rebeldes anti-castristas que agiam nas montanhas do Escambray, no coração da ilha. (8)

Em um segundo memorando enviado por Arinos a Jânio, esse com caráter analítico e aconselhador, o ministro revela sua impressão de que, na prática, o que pretendia o governo americano era a oferta de crédito ao Brasil em troca de seu apoio à implicação de Cuba no Artigo 54 da Decisão de Caracas, que dispunha sobre a incompatibilidade com a OEA de países que sejam instrumentos de penetração comunista. A sugestão de Arinos ao presidente no que diz respeito a essa questão, foi a de agir no sentido de defender os avanços revolucionários de Cuba, mas ao mesmo tempo encabeçar um esforço coletivo da América Latina com vistas à atração de Cuba para fora da órbita soviética.

Efetivamente o enviado americano regressou com uma negativa de Jânio. Num memorando ao Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, que encontrava-se em Nova Iorque e que ouvira rumores de que o Brasil havia recusado um empréstimo de 100 milhões, Jânio esclarece:

“1) Recusei o empréstimo de cem milhões. Disse ao enviado que os problemas econômico-financeiros precisam ter solução global. 2) Declarei que o Brasil, primeiro, resolverá esses problemas, e depois, somente depois, examinará os problemas do hemisfério ou internacionais em geral. (...)” (9)

O fracasso da missão Berle foi, sem dúvida, um dos fatores para a desastrosa tentativa de invasão de Playa Girón em 17 de Abril de 1961, perpetrada por exilados cubanos e auspiciada inequívoca, porém, fletidamente, pelos EUA. No desenrolar dos acontecimentos, Jânio, em conversa telefônica registrada por Arinos teria recomendado “(...) que nos mantivéssemos alerta, pela intransigente defesa do princípio de autodeterminação do povo cubano. Que não podemos abandonar o governo cubano no momento atual, governo com o qual continuamos a manter as mais corretas e cordiais relações diplomáticas. (...) não poderíamos faltar com nosso dever de lealdade para com o governo cubano(...)” (10)

(8) Arinos Filho, A., *Diplomacia Independente – Um legado de Afonso Arinos*, Paz e Terra, SP, 2001, p. 177

(9) *Ídem*, p. 178

(10) *Ídem*, *ibidem*

Em nota oficial redigida em conjunto com o Ministro das Relações Exteriores, o Presidente assinalaria no calor do hora:

“O governo brasileiro reitera sua apreensão face aos acontecimentos que se desenrolam em Cuba, pondo em risco a paz mundial. Tendo em vista encontrar-se esse problema sob exame das Nações Unidas, expediu o governo ao seu delegado permanente para que solicite, ao longo da proposta mexicana, a imediata cessação das hostilidades, e, ainda, a apuração da procedência e da natureza das forças desembarcadas naquela república.” (11)

A defesa da autodeterminação de Cuba pode ser considerada uma das tônicas na política externa do governo Jânio, mas não seria a única a incomodar os partidários de um alinhamento incondicional com o governo norte-americano. Uma fala retórica, porém retumbante, sobre a causa da liberdade na América Latina já havia ferido os brios dos militares paraguaios do governo Stroessner, levando-os inclusive a uma certa retração em relação ao Brasil. Através de seu Ministério de Relações Exteriores, Jânio foi também um entusiasta, tal qual Juan Domingo Perón, de uma espécie de “terceirismo” segundo o qual a América Latina deveria buscar maior integração com vistas à constituição de um bloco suficientemente capaz de sustentar diplomaticamente seus interesses independentemente, ou a revelia, dos hegemônicos no continente. O propósito da integração em si, mesmo para o Brasil, não chegava a representar uma novidade, Juscelino Kubitschek havia proposto poucos anos antes a Operação Pan-Americana. Jânio talvez inovasse, contudo, na medida em que, com sua postura sobre Cuba, sugeria que esse bloco fosse capaz de contrariar diretrizes americanas das mais incontestáveis se não conseguisse angariar do Norte o devido apoio ao seu desenvolvimento econômico; chegando a ponto de não se ver obrigado nem mesmo a gravitar em sua órbita nos assuntos relativos à Guerra Fria se isso não provocasse a satisfação contra-partida. Não se verificava no projeto de JK, com tamanha evidência, essa mesma disposição.

A constituição de um bloco latino-americano, no entanto, seria tarefa árdua na medida em que se fazia necessário, naquele momento, recompor, inclusive, as relações entre aqueles que deveriam ser os seus principais agentes: Brasil e Argentina. Não reinava mais o clima de “paz armada” vigente durante a II Guerra e logo após o seu término, mas o desgaste das relações entre os vizinhos não tinha sido restaurado pelos antecessores de Jânio. Juscelino faltara com a promessa de retribuir as visitas, tanto de Aramburu quanto de Frondizi, o que tornava sus-

(11) Ídem, p. 179

picaz o encontro proposto por Jânio a este último, logo que assumiu a presidência. Os militares argentinos chegaram a desaconselhar a reunião não apenas por fleuma, mas também pelo temor de mostrarem-se identificados com a política externa, temerária aos seus olhos, praticada pelo presidente brasileiro.

“O Almirante Gastón C. Clement, Secretário da Marinha, sugeria a Frondizi a postergação do encontro, até que a situação aclarasse, por modo a evitar ‘nuevas y serias comociones internas en el país’, uma vez que a política exterior de Quadros se lhe afigurava como um ‘franco viaje a la izquierda, comunista o procomunista’” (12).

De acordo com o próprio presidente argentino, a Embaixada americana em Buenos Aires também chegou a manifestar-se claramente contrária ao encontro e, mais ainda à aproximação entre Brasil e Argentina (13), que não coadunava com a clássica política de “balcanização” ou fragmentação receitada por Washington para a América Latina.

O polêmico encontro acabou ocorrendo em 20 de Abril de 61 em Uruguaiana, cidade fronteiriça onde, durante três dias Jânio e Frondizi se reuniram. A ocasião foi repleta de episódios pitorescos, a começar pelo fato de que Jânio não fora autorizado pelo Congresso a deixar o país e, portanto teve de medir os passos para não atravessar a marca da fronteira sobre a ponte sobre o Rio Uruguai que liga Uruguaiana a Paso de Los Libres.

“Engravatado, Jânio vestia o ‘chiquê’ da época – traje cinzento de alpaca brilhante, numa elegância que contrastava com o pijânio com que havia chegado a Brasília. E, contra os seus hábitos, atendeu aos fotógrafos e repetiu três vezes a troca de abraços com Frondizi. Estava radiante, radioso e sorridente. Inquietos, só os ajudantes-de-ordens que, discretamente, colocavam-se à sua frente para demarcar-lhe o ponto máximo em que podia pisar no cimento da ponte sem sair da parte brasileira” (14)

As conversas deram-se sempre em solo gaúcho, não sendo ainda desta vez que um presidente brasileiro retribuiria a visita do vizinho argentino. Jânio propôs então ao colega que Brasil e Argentina realizassem uma aliança em todas as frentes, incluindo política, economia, forças armadas e educação, mas uma aliança que se mostrasse absolutamente autônoma em relação aos Estados Unidos. A idéia era compor, a partir da união Brasil/Argentina um novo bloco equidistante

(12) Moniz Bandeira, L. A., Estado Nacional e Política Internacional na América Latina, Edumb, SP, 1995 p.133

(13) Moniz Bandeira, L. A, Op. Cit., p.133

(14) Tavares, F., O Dia em que Getúlio Matou Allende, Record, RJ, 2004, p 179

dos EUA e da URSS.

“– Eu tremi, literalmente tremi! O que o presidente Quadros me propunha era o que eu também desejava e queria em termos pessoais e políticos, mas nem ele nem eu, nem a Argentina, nem o Brasil tinham condições de enfrentar-se ou confrontar-se com os Estados Unidos” – Afirmaria posteriormente Arturo Frondizi (15). Com efeito, a proposta de Jânio ficou por ser respondida, o que era, em si, resposta suficiente. Outras decisões importantes foram tomadas, como a desmilitarização da fronteira mútua e a criação de um sistema permanente de consultas entre os dois países. A Convenção de Amizade e Consulta e a Declaração de Uruguaiana falavam ainda em maior integração econômica, financeira, judiciária e cultural e preservação da democracia. Mesmo aquém das pretensões de Jânio, o Convênio de Uruguaiana não chegou a ser ratificado pelo desconfiado Senado argentino.

A independente política externa de Jânio enfatizou também a necessidade de reatar os laços diplomáticos do Brasil com os países comunistas do Oriente e do Leste Europeu e para isso, João Dantas foi enviado em missão à Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia, Checoslováquia e Iugoslávia; Leão de Moura à URSS e João Goulart à China. Os passaportes brasileiros foram validados para a maior parte dos países socialistas e o Brasil de Jânio foi o primeiro país a reconhecer o Movimento Popular para a Libertação de Angola como governo legítimo daquele país, fazendo ainda, com ele, coro contra o colonialismo português.

Nota-se, contudo, que a despeito do viés evidentemente “terceiro-mundista” da política externa de Jânio e ainda que gostasse de ostentar um busto de Josip Broz Tito, da Iugoslávia, em sua escrivaninha no Palácio do Planalto, não se verifica grande entusiasmo do governo quanto ao fortalecimento do Bloco dos Países não Alinhados que desde a Conferência de Bandung em 1955 vinha lutando pela ampliação de seu espaço, seguindo os cinco princípios para a coexistência pacífica enunciados pelo nacionalista chinês, Chu Em Lai: *respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes*.

De qualquer modo, em suas memórias, o co-autor das ações da Diplomacia janista, Afonso Arinos afirma ter sido entre os correligionários de Jânio (UDN) que a política externa encontrou a mais cruel incompreensão, enquanto que os trabalhistas seus adversários nunca lhe teriam negado apoio. (16)

É, sem dúvida, de capital importância, compreender o impacto da gestão de diplomacia janista no processo de isolamento político do Executivo, mas para

(15) Tavares, F., Op. cit. p. 181

(16) Arinos Filho, A., Diplomacia Independente – Um legado de Afonso Arinos, Paz e Terra, SP, 2001, p. 192

efeito do que se pretende aqui, torna-se mais relevante ainda verificar em que medida sua independência nesse caso, concordante com seus atributos de liderança carismática, criou dificuldades no trato com quem, conforme visto, deveria ser um aliado incondicional: a Imprensa; sempre tendo em vista a sua frágil conexão de Jânio com os movimentos isolados.

Cabe, assim, a seguinte questão: e por que a Imprensa se incomodaria com a política externa de Jânio? Ou então, “por que a política externa de Jânio criava dificuldades no seu relacionamento com a Imprensa?”.

Além da questão já referida do nível de comprometimento dos jornais com anunciantes e agências publicitárias estrangeiras, Nelson Werneck Sodré⁽¹⁷⁾ alude também a dependência que os jornais brasileiros apresentam, naquele momento, em relação às agências internacionais de notícias, especialmente as agências norte-americanas. A dependência diz respeito não apenas à incapacidade da nossa Imprensa, atrasada em termos de capitalização, de criar e manter agências noticiosas nacionais, como também a sua impossibilidade de custear os canais de transmissão de informação, sendo esses tipicamente subjascentes ou integrados aos grandes consórcios de imprensa que possuem altíssimo grau de concentração de capital. O resultado disso é uma imprensa na qual, especialmente o noticiário internacional, conforme será visto, é o mesmo em termos factuais e professa a mesma ideologia. É impossível, aqui, não pensar em uma evidente submissão da Imprensa ao Imperialismo americano, por mais que a nomenclatura pareça datada.

A política externa de Jânio, portanto, goza de uma independência que não é desfrutada pela Imprensa e essa independência, resultando em aproximação com o bloco socialista e, eventualmente, no esvaecimento do “perigo comunista” atinge também e frontalmente os interesses de classe de proprietários de jornais. Citando o jurista Osny Duarte Pereira, Werneck Sodré acrescenta “Em face dos preceitos das Constituições do Mundo Ocidental, de plena proteção ao direito de propriedade, o conteúdo das colunas de um jornal é espaço tão submetido ao domínio privado como a terra.”⁽¹⁸⁾

Serve de adendo, lembrar que, como outros governantes, Jânio também empregou meios para o aumento da participação do estado no segmento industrial da Imprensa, esbarrando, assim, em sua tradição liberal.

(17) Werneck Sodré, N., p. 415

(18) Ídem, p. 417

Capítulo 2

REVOLUÇÃO CUBANA E ERNESTO CHE GUEVARA

*Senhor Chefe,
Tendo em vista as recentes declarações do sr. Luis Carlos Prestes à Imprensa,
o Governador decidiu não o receber, negando-lhe a audiência solicitada.*
(Bilhetinho do Governador Jânio Quadros ao chefe de sua Casa Civil) (1)

A Revolução Cubana de 1959 foi, entre outras coisas e, sobretudo, uma revolução ant imperialista. Lidou com as principais deformidades econômicas e sociais que a nação herdou de seu passado colonial alongado, mas foi contra o neo-colonialismo que imprimiu seu maior esforço. Em 23 de Março de 1960 ainda na “Lua-de-mel da Revolução” segundo a expressão do filósofo Jean Paul Sartre, Che Guevara diria, num discurso televisionado que a independência econômica era a objetivo estratégico da Revolução, mais ainda, afirmaria:

“É bom falar claro (...) A fim de conquistar alguma coisa, temos que tirá-la de alguém (...) Essa alguma coisa que temos que conquistar – a soberania do país – tem que ser tirada desse alguém chamado monopólio (...) Isso significa que nossa estrada para a libertação será aberta com a vitória sobre os monopólios e, concretamente, sobre os monopólios americanos.” (2)

A definitiva e tardia luta de independência no final do séc. XIX resultou na substituição do Império Espanhol pelos Estados Unidos como controladores de seu destino. A primeira constituição de Cuba independente, em 1901, veio com um consentido adendo conhecido como Emenda Platt, segundo o qual: “O go-

(1) Pereira, J., Bilhetinhos de Jânio, p. 32

(2) Anderson, J. L., Che Guevara uma Biografia, Objetiva, RJ, 1997, p. 540

verno de Cuba concede aos Estados Unidos o direito de intervenção para garantir sua independência e para auxiliar todo e qualquer governo futuro de Cuba a proteger vidas, a propriedade e a liberdade individual”. A Emenda significou em termos práticos a frustração da emancipação nacional de Cuba, foi uma prova incontestável dos limites da independência.

Através desse mecanismo que aparentemente poderia parecer simplesmente um artifício de intimidação, os Estados Unidos efetivamente intervieram em Cuba quando acharam necessário, e o acharam entre os anos de 1906 e 1909, no ano de 1912, entre 1917 e 1922 e posteriormente nos anos de 1933 e 1934. Em todos estes casos a ilha foi cercada de navios e ocupada por soldados americanos.

Já durante o primeiro governo independente, o de Tomás Estrada Palma que havia sido funcionário da companhia de luz americana que explorava o serviço em Cuba, foi firmado em 1903 um tratado comercial entre os dois países, através desse acordo os produtos americanos passariam a gozar de facilidades para entrar no mercado cubano, em contrapartida alguns produtos cubanos também teriam facilitado o seu ingresso no mercado americano. Não é preciso dizer que era brutal a desproporção dos benefícios que o tal Tratado de Reciprocidad Comercial traziam para um e para outro país.

Com o passar dos anos, o capitalismo americano vai se assenhorando da economia cubana. Se em 1895 os investimentos americanos em Cuba eram da ordem de 50 milhões de dólares, em 1913/14 já eram de 215 milhões e é interessante notar que não se tratavam de investimentos concentrados em um único setor da economia, ao contrário estavam muito bem distribuídos (3):

Engenhos açucareiros	23,2%
Agricultura e terras	11,6%
Ferrovias	11,6%
Minas	11,6%
Indústria Naval	2,3%
Bancos	2,3%
Créditos e hipotecas	9,3%
Obras públicas	9,3%
Dívida pública	13,9%
Outros	4,9%

Os tentáculos dos investidores continuam a se espalhar pela economia cubana e, para que se tenha uma idéia da rapidez e progressão com que isso ocorre, no ano de 1927, o montante de inversões já atingia 1,36 bilhões, segundo o

(3) Pino-Santos, O., El Asalto a Cuba por la Oligarquia Financiera Yanqui, p. 43

economista e historiador cubano Oscar Pino-Santos.

Os governos que se sucedem a Tomás Estrada Palma continuam com sua missão de franquear os melhores negócios da ilha aos investidores norte-americanos. Quando o governante exacerbava e permitia que a corrupção, os abusos e as fraudes do seu governo se tornassem explícitos e descarados provocando insatisfações, os próprios americanos, mediante intervenção, encarregavam-se de substituí-lo por um outro mais sutil. Foi o que aconteceu inclusive com o mesmo Tomás Estrada Palma, que acabou sendo substituído em 1906 por Charles Magoon. O governo deste, além do entreguismo e da corrupção, caracterizou-se também pelo endividamento do país. Quem o sucedeu foi José Miguel Gómez, mais conhecido entre os amigos como “O Tubarão”, dentre os seus atributos destacou-se sua desenvoltura para a utilização de violenta repressão contra os liberais que manifestavam suas insatisfações contra seu governo, sua preocupação com a manutenção da ordem fazia dele aparentemente um perfeito “cão-de-guarda” americano. Mesmo assim a fera não escapou de ser sacrificada pelo dono e, em 1912 os “marines” americanos novamente desembarcam em Cuba para organizar a casa.

Entre 1913 e 1917 o presidente foi Mario Garcia Menocal, também chamado “O Maioral”, seu currículo o habilitava como homem de confiança do governo americano, já que havia sido chefe da polícia cubana durante a intervenção do general americano L. Wood, além disso, foi administrador dos bens da grande corporação Cuban American Co. e não se preocupava em esconder sua simpatia à idéia de um anexionismo de Cuba aos EUA. O pleito presidencial de 1916, nitidamente fraudulento, leva Menocal à reeleição, o que provoca um novo levante liberal. Resultado: nova intervenção americana. Durante seis anos as tropas ianques permaneceram na ilha. Em meio a esse período ocorre a I Guerra Mundial e os seus efeitos em Cuba devem ser examinados.

A curva ascendente da produção açucareira de Cuba que já vinha se desenhando durante a primeira década do século mantinha seu curso, a curva da demanda, por outro lado, embora também crescente, não demonstrava o mesmo grau de inclinação, em outras palavras, o consumo mundial não estava aumentando tanto quanto a produção cubana e quando a oferta é maior do que a demanda, já sabemos o efeito: queda de preços.

Com o início da Guerra, porém, Cuba aproveita o impulso tomado nos anos anteriores e consegue ser o único fornecedor a manter o crescimento da produção durante o conflito. A entrada dos Estados Unidos na Guerra, em 1917, serviu como uma pá de carvão na caldeira da indústria açucareira cubana, a essas alturas, não tão cubana assim. A criação da U.S. Food Administration, pelo governo americano, com o intuito de assegurar o abastecimento do país, foi acompanhada de um acordo de fornecimento regular de açúcar a preços inferiores aos de mercado. Mesmo assim, com uma margem de lucro reduzida, isso significava, para os

produtores, consumo garantido.

Mas o fim da Guerra trazia consigo uma espécie de fantasma aos produtores e negociantes, pois surgia a dúvida quanto ao destino da U.S. Food e conseqüentemente quanto ao seu próprio destino. A sorte estava do lado deles, pois embora o governo do Presidente Wilson tenha de fato desativado não só o referido órgão como quase tudo o que significava intervenção do governo na economia americana, o efeito disso foi um pânico de desabastecimento por parte do consumidor, ou seja, um grande temor de que faltasse o produto. Começava assim uma etapa que ficou conhecida como a “Dança dos Milhões”. (4)

O preço do açúcar simplesmente dispara gerando uma ciranda milionária da qual nenhum grande capitalista queria ficar de fora. O açúcar vira da noite para o dia uma importante moeda, canaviais e engenhos eram comprados e vendidos a todo momento. As ruas de Havana se enchem de automóveis de último tipo, no bairro de Vedado, na capital cubana começam a brotar suntuosas residências e os milionários em busca de lazer percorrem o trajeto entre Europa e América como se trafegassem por uma estrada cujo uso nos permite conhecer os buracos e as curvas.

Com a mesma velocidade de subida, porém, o preço do açúcar despenca. De 20, 30 ou até mesmo 50 cents por libra, o preço voltava à otimista realidade de 6 cents por libra. Certamente não era isso que passava pela cabeça dos investidores ou especuladores que durante a “Dança dos Milhões” desataram a realizar empréstimos e buscar créditos para investir no “doce” negócio do açúcar. Como resultado, Cuba assiste a uma incrível crise bancária, começando pela quebra do Banco Mercantil em 1920, que levou o presidente Menocal a decretar moratória bancária. O setor de crédito doméstico entra em colapso e é passado para as mãos dos bancos americanos que contavam com o respaldo de suas casas matrizes em Boston, Nova Iorque e Atlanta. Os bancos americanos herdaram também diversos negócios açucareiros, empresas dos mais variados tipos e toda sorte de propriedades. Enquanto o capital mudava de mãos arruinando uns e promovendo outros, o cidadão comum não experimentava nenhuma migalha do banquete.

Entre os anos de 1921 e 1925 o exercício da presidência esteve a cargo de Alfredo Zayas, “O Chinês”. Bem “a cargo” é força de expressão. Durante os dois primeiros anos do seu governo o poder esteve de fato nas mãos do general norte-americano Enoch Crowder e nos anos que se seguiram a composição de seu ministério seguia os critérios ditados por Washington. Durante este período surge uma série de organizações políticas de caráter popular em Cuba que combatiam os governos corruptos e a ingerência americana nos assuntos nacionais, dentre elas podemos destacar a Hermandad Ferroviária de Cuba e a Federación Estudiantil Uni-

(4) Ídem, p. 43

versitária, sob a liderança de Julio Antonio Mella.

Através das eleições, também fraudulentas, de 1925, chega ao poder o General Gerardo Machado que se auto-denominou o “Primeiro Mussolini Tropical”. Durante o seu governo a oposição se fortaleceu com a fundação, no mesmo ano de 1925, do Partido Comunista de Cuba – fundado pelo antigo líder estudantil Mella – e da Confederação Nacional Operária de Cuba e ocorreram grandes levantes populares que foram violentamente reprimidos. No ano de 1928, por meio de uma reforma na constituição, Machado consegue esticar o seu mandato por mais seis anos e no final desse período é reeleito. O regime de Machado foi implacável com aqueles que se opuseram à sua política e à sua permanência no poder, chegando inclusive a patrocinar o assassinato de Julio Antonio Mella no México. No início da década de 30 cresce a oposição e em 1933 o embaixador norte-americano em Cuba S. Welles chega a sugerir a Machado que renuncie. Uma grande levante popular apressou as coisas e o exército acabou exigindo finalmente sua renúncia pondo fim à ditadura sanguinária de Machado. Carlos Manuel de Céspedes, filho do grande herói da Guerra dos Dez Anos assumiu a chefia do curto governo provisório, mas logo foi derrubado pelo movimento revolucionário que se aprofundava. Nesta época uma das conquistas do movimento é a revogação da Emenda Platt. (5)

O levante revolucionário de 1933 acaba tendo que enfrentar sérias contradições, pois é uma canoa que abriga várias tendências, desde nacionalistas convictos até conservadores e oportunistas, e cada uma delas rema para um lado. Levou a melhor a corrente que não tinha nenhum compromisso com reformas que favorecessem a maioria da sociedade, a do ambicioso Fungêncio Batista que se apressou em obter o apoio americano que, uma vez conseguido, permitiu-lhe plantar-se no poder, as vezes direta, as vezes indiretamente até 1940, ano em que inicia um governo constitucional que vai até 1944. Entre 1944 e 1948 o presidente é Ramón Grau de San Martín e entre 1948 e 1952 Carlos Prío Socarrás.

Para o ano de 1952 estavam previstas as eleições para a presidência e um político do Partido Ortodoxo, Eduardo Chibás, parecia, até o ano anterior, representar a grande esperança de dias melhores, seu slogan: “Vergonha contra Dinheiro” (6), soava como palavra de salvação em meio a tanta corrupção e falcaturia, isso empolgava a população e empolgava também o jovem Fidel Castro que trabalhou com entusiasmo em sua campanha. Curiosamente, um dos principais símbolos da campanha de Chibás era uma vassoura com a qual varreria todo o lixo que assolava a política cubana. Acontece que após um de seus aguardados pronunciamentos através do rádio ainda em 1951, Eduardo Chibás dispara um tiro em sua própria cabeça matando também muitas esperanças. Mesmo assim, se Chibás es-

(5) Huberman, L. e Sweezy, P. M., *Anatomia de uma Revolução*, p. 38

(6) *Idem*, p. 47

tivesse vivo, isso não significaria que seria o novo presidente eleito pois o golpe de Batista ocorre estrategicamente três semanas antes das novas eleições.

Partindo para o enfrentamento real Fidel Castro organiza clandestinamente um grupo de 175 jovens que no dia 26 de julho de 1953 atacam o Quartel Moncada em Santiago de Cuba. O exército de Batista consegue se mobilizar a tempo e os rebeldes liderados por Fidel acabam fracassando no seu objetivo imediato, mas o episódio será de grande significado durante toda a luta revolucionária. Os rebeldes são obrigados a bater em retirada e quando se reúne novamente em uma cidade próxima, o grupo está reduzido a apenas um terço do que era antes, sendo que muitos dos sobreviventes, desalentados, preferem se entregar. Setenta combatentes são violentamente torturados e depois mortos pelas tropas de Batista. Dezoito homens prosseguiram com Fidel e refugiaram-se no alto da cordilheira da Gran Piedra, as tropas de Batista ocuparam a base:

"(...) Nem nós podíamos descer e nem eles decidiam subir. Não foram as armas: foram a fome e a sede que venceram a última resistência (...) dizia depois Fidel. Durante toda a semana que durou o sítio, tratou de conseguir que os demais companheiros fossem lentamente furando o cerco do exército e escapando (...) Quando estavam comigo apenas dois companheiros: José Suárez e Oscar Alcalde, totalmente exaustos os três, no amanhecer do dia 1 de agosto, um destacamento sob o comando do tenente Sarría nos surpreendeu dormindo (...) e esse oficial, homem de honra, impediu que alguns assassinos nos matassem em pleno campo com as mãos atadas" acrescentaria o líder.

Após 76 dias preso e incomunicável, Fidel foi levado a julgamento e ele mesmo, enquanto advogado fez sua defesa. Suas palavras fazem lembrar um pouco as do filósofo Sócrates que na Grécia clássica foi condenado à morte e em sua defesa professou que essa não era uma pena maior do que a que carregariam em vida os que injustamente o condenaram. Fidel justifica o ataque ao quartel como a luta de legítima defesa contra a tirania, a corrupção e a opressão, sendo estes, portanto, os atos criminosos e não o praticado pelos rebeldes. Em sua defesa Fidel evoca ainda heróis nacionais como Martí e com grande retórica e coerência afirma ter sido o líder da independência o grande mentor intelectual e, portanto, cúmplice do ataque ao quartel, pois ambos lutavam pelos mesmos ideais. Mesmo com todos os seus argumentos a condenação é inevitável e é então que Fidel pronuncia a frase que servirá para dar nome a esse belo documento histórico: "Condenem-me, não importa, a história me absolverá (7)." E de fato o tribunal deixou a tarefa

(7) Castro, F., *La Historia me Absolverá*, p. 127

da absolvição para a história, pois acabou por condená-lo a 15 anos de prisão.

Não só Fidel, mas também seus companheiros sobreviventes ao ataque ao Quartel Moncada foram levados para a prisão da Isla de Pinos onde permaneceram durante cerca de dois anos. Mesmo dentro da prisão os ideais revolucionários não foram abandonados, ao contrário fortaleceram-se e traduziram-se em uma estadia de disciplina rigorosa incluindo estudos diários e exercícios regulares sob o comando do próprio líder Fidel Castro. O regime de Batista, porém, não conseguiu conter as pressões populares pela libertação de Fidel e seus companheiros que para a irritação do sistema ganhavam a simpatia e o apoio da gente comum carente de esperanças. A pena foi reduzida, mas os rebeldes são obrigados a abandonar o país e, do México, iniciam novamente as manobras com vistas à tomada do poder.

Em Novembro de 1956, cinco meses após a chegada de Fidel ao México, parte desse mesmo país, precisamente de Tuxpan, um Iate, cuja capacidade de carga não deveria exceder 25 passageiros, com 82 homens que navegam na direção de Cuba para enfrentar os 45.000 homens do exército de Batista (8). Ao comando do Iate de nome Granma, simplificação do termo em inglês para avó *grandmother*, estava ninguém menos do que o próprio Fidel. A chegada do Granma estava prevista para coincidir com um levante encabeçado por Frank País em Santiago de Cuba. Os planos são frustrados, o desembarque se retarda em mais de dois dias e ao chegarem os rebeldes nas proximidades da Playa de las Coloradas, o Granma praticamente naufraga, além disso tropas e aviões de Batista os esperam. Após quinze dias do desembarque, dos 82, apenas 12 rebeldes haviam sobrevivido, dentre eles Fidel Castro, Raul Castro, seu irmão, Camilo Cinfuegos, Faustino Pérez e um jovem médico argentino, Ernesto Guevara de la Serna que havia se unido ao grupo no México. Após um famoso périplo pela América do Sul, Ernesto Guevara havia prestado serviços ao governo de corte socialista de Jacobo Arbens na Guatemala e ali, antes da destituição do governo pela intervenção americana de 1954, travou relações com exilados cubanos sobreviventes do ataque ao Quartel Moncada. Com os cubanos, que o apelidaram “Che” em função do vício de linguagem típico das regiões pampeanas, Guevara seguiu para o México onde conheceu Fidel e uniu, definitivamente, o seu destino com o da Revolução Cubana e mundial.

A pequena tropa com a ajuda dos camponeses consegue atingir a alto da Sierra Maestra, lugar de difícil acesso onde pouco poderiam fazer o exército e a aeronáutica manuseados por Batista, mesmo com todos os recursos, desproporcionais aos dos guerrilheiros, de que dispunham. Do alto das montanhas é que Fidel organizará as forças revolucionárias. A guerrilha se fortalece com o passar do tempo, graças à crescente incorporação de camponeses e de setores urbanos rebel-

(8) Huberman, L. e Sweezy, P. M., Anatomia de uma Revolução, p. 79

des. Frank País, por exemplo guiará um grupo de jovens revolucionários que sobem a serra e se integram ao Exército Popular comandado por Fidel. A estratégia de combate consiste em ataques de surpresa as forças legalistas e pronto regresso à serra, com isso munição e armamentos são confiscados e utilizados para o fortalecimento dos grupos que se somam à luta. No alto da Sierra, por empenho especial de Che se organizam hospitais e escolas para alfabetização de camponeses e preparação de lideranças, é criada também uma rádio para a transmissão dos avanços revolucionários, a Radio Rebelde, e se editam panfletos e jornais que defendem a causa da revolução.

Após nove meses os barbudos rebeldes mantinham um domínio sobre uma área de 12.000 quilômetros quadrados nos arredores da serra. As batalhas tornaram-se mais encarniçadas e o governo legal se esforça em vão para convencer a população de que o movimento está sobre controle e de que se tratam apenas baderneiros e bandidos irresponsáveis.

Em 24 de Maio de 1958 Batista resolve apostar todas as suas fichas em um jogo bastante perigoso e reúne em torno do foco rebelde catorze batalhões de infantaria, tanques, o melhor de sua aviação e a marinha de guerra, além de 48 oficiais de alta patente para o comando da operação. O grande alvo era a Frente 1 do Exército Rebelde comandado pessoalmente por Fidel e o conflito deixou de ser uma guerra de guerrilha para se tornar uma guerra de movimento e de posições nos moldes das grandes guerras do século XX. Todas as outras frentes que combatiam em outras posições foram acionadas por Fidel e rapidamente se juntaram a ele formando uma linha defensiva com 30 Km de extensão. Com cerca de apenas 100 fuzis os rebeldes enfrentaram algo em torno de 10.000 armas inimigas. Desta grande cartada de Batista resultou uma grande vitória dos revolucionários que, com isso, apropriaram-se de um importante arsenal. A grande cartada demonstrou também ser a última.

O avanço dos propósitos revolucionários exigia a tomada da região ocidental da ilha. Agora melhor equipado o Exército Popular inicia essa tarefa sob a liderança de Camilo Cinfuegos e Ernesto “Che” Guevara. Após quilômetros e quilômetros de marcha árdua intercalados por batalhas históricas e heróicas, no dia 1 de Janeiro de 1959, Santa Clara, capital do centro estratégico do país, Las Villas, é tomada pelo Comandante Ernesto “Che” Guevara. Acabava ali a luta contra a tirania do General Batista que fugiria para a República Dominicana facultando a marcha rebelde sobre Havana.

A Revolução ainda não havia afirmado que era socialista e, nem tampouco havia tido oportunidade para demonstrá-lo. Os primeiros passos do governo revolucionário são, portanto, aguardados com expectativa tanto pela população quanto por aqueles que mais teriam a perder caso a sede por reformas radicais fosse muito grande nos revolucionários.

Imediatamente após a vitória iniciou-se um programa de combate ao tráfico de drogas, aos jogos, ao contrabando em geral e à prostituição. Iniciou-se também um drástico movimento de depuração de quadros das Forças Armadas e da burocracia batistiana em geral, cabendo a Che Guevara, entre outras tarefas, a de comandar o forte La Cabana, QG dos tribunais revolucionários e das execuções que se seguiriam e que monopolizariam as atenções mundiais.

Cada ano do início da revolução foi identificado com uma meta e os nomes com que ficaram conhecidos os anos de 1959 até 1966 nos dão uma espécie de roteiro das prioridades do governo e do caráter da revolução:

1959 - Ano da Libertação

1960 - Ano da Reforma Agrária

1961 - Ano da Educação

1962 - Ano do Planejamento

1963 - Ano da Organização

1964 - Ano da Economia

1965 - Ano da Agricultura

1966 - Ano da Solidariedade

Realizada a libertação em 1959, neste mesmo ano foi promulgada a lei da reforma agrária e no ano seguinte todos os esforços foram concentrados na resolução do problema da terra que além de ser determinante da desigualdade social, já que permitia que uma pequena minoria detivesse a propriedade da maioria da terra, representava também um entrave ao desenvolvimento econômico do país, pois incentivava a monocultura e conseqüentemente a dependência.

Para que se tenha uma idéia da situação da propriedade de terras e da produção agrícola em Cuba antes da Revolução, basta dizer que, de acordo com o censo agrícola de 1946, 71,1% das terras cultiváveis estavam concentrados nas mãos de apenas 8% do número de fazendas e que quatorze fazendas possuíam 20,1% de toda a terra cultivável da ilha. De outra parte, as pequenas fazendas com menos de 25 acres, que eram quase 40% do total das fazendas espremiam-se em 3,3% das terras. A lavoura da cana-de-açúcar ocupava mais de 50% de toda a terra produtiva.

Mas o simples ato de realizar uma reforma agrária não significa necessariamente revolucionar a estrutura fundiária de um país, é a profundidade dessa reforma e o modo como ela está conectada às preocupações e planos do governo que lhe conferirá, ou não, o caráter revolucionário. Por isso ao se anunciar a reforma agrária em Cuba, as atenções daqueles que já se interessavam de uma forma ou de outra pelo processo em curso se redobram, pois esse seria um termômetro da disposição de revolucionar.

Confirmaram-se as suspeitas, era uma reforma profunda e estrutural que fazia parte de um plano maior do novo governo. As propriedades passariam a ter no máximo 1.000 acres, com exceção daquelas que fossem altamente produtivas, que poderiam chegar a 3.000 acres, os posseiros ou arrendatários permaneceriam na terra em que trabalhavam e no futuro as terras só mudariam de proprietário através de herança ou da intermediação do Estado, com isso eliminava-se a possibilidade de que voltassem a se formar os latifúndios. Os novos pequenos proprietários seriam organizados em um sistema de cooperativas agrícolas gerenciado pelo Estado, dessa forma o país buscava a diversificação e a auto-suficiência na produção de alimentos, pois embora possuísse terras muito férteis, pelo menos 30% do que consumia não era colhido de suas terras. (9)

Através da aplicação da Ley de Reforma Agraria aproximadamente 100.000 camponeses receberam suas fatias de terras. Em pouquíssimo tempo os efeitos da reforma já podiam ser verificados tanto no salto qualitativo do nível de vida dos camponeses quanto na satisfação das metas macroeconômicas do governo.

Além dessas, muitas outras medidas de larga abrangência seriam tomadas golpeando os interesses dos mais poderosos tais como a reforma urbana, a sensível redução de impostos, o brusco achatamento das tarifas de telefone e eletricidade - serviços controlados por empresas americanas - a promulgação da Lei de Recuperação dos Bens Mal Adquiridos, que pretendia corrigir distorções patrimoniais e com isso rever privilégios concedidos por governos corruptos, etc...

Mas a despeito das profundas mudanças efetivadas pela Revolução, ainda não se podia afirmar que se tratava de uma revolução socialista, pelo menos não no sentido geopolítico do termo. Entretanto será, de certa forma, a postura americana diante da Revolução que a empurrará para os braços do socialismo de Moscou. Como sabemos, a revolução havia se apropriado ou realizado a nacionalização de terras, usinas de açúcar, indústrias, propriedades urbanas, etc... Isso tudo representou um duro golpe tanto para a burguesia cubana quanto para os investidores americanos. Em parte devido à proximidade, em parte devido à comunhão de interesses, será no vizinho americano que a burguesia cubana procurará abrigo e, precisamente a cidade de Miami se converterá rapidamente no maior reduto de insatisfeitos com o regime da Revolução. O alto grau de submissão da economia cubana aos Estados Unidos fazia com que, além de tudo, um processo de asfixia econômica fosse a consequência natural das opções do movimento. A contundente reação dos prejudicados pelo regime fidelista não tardaria. Em Abril de 1961, em plena Campanha de Alfabetização, Cuba seria invadida por uma expedição de cubanos vinda dos Estados Unidos que, com a conivência do governo americano e o apoio do seu serviço de inteligência (CIA), reunia a fina flôr do

(9) Ídem, p. 142

conservadorismo cubano.

Contando com 100 latifundiários, 24 grandes proprietários, 67 especuladores imobiliários, 112 grandes comerciantes, 194 ex-militares vinculados ao antigo regime, 35 donos de centrais açucareiras entre outros, os invasores vinham para libertar o povo cubano de Fidel Castro e reaver suas propriedades.

Em menos de 72 horas o exército que invadiu Playa Girón foi derrotado pelo povo cubano. A invasão teve um significado importante, pois demonstrava, entre outras coisas, o quanto seria difícil seguir com os propósitos da Revolução e ao mesmo tempo enfrentar a fustigação que os EUA levariam a cabo contra o regime. Desta forma, já que a libertação nacional de Cuba era lida por seus exploradores como um insulto e uma afronta e já que o isolamento político e principalmente econômico era uma opção suicida, só restava então como possibilidade de sobrevivência: o alinhamento ao bloco socialista. No dia 16 de Abril de 1961, durante o enterro dos combatentes mortos no bombardeio que precedeu a invasão de Girón, o Comandante em Chefe Fidel Castro proclama o caráter socialista da Revolução Cubana.

A visita do candidato Jânio Quadros a Cuba, suas posturas com relação a ilha durante o seu governo e a condecoração de Che Guevara, ocorrem, portanto, durante os momentos cruciais em que toda a lógica da Guerra Fria sofre importantes alterações com conseqüências imprevisíveis para os rumos do capitalismo e do socialismo mundiais. Nesse sentido, é importante destacar o quanto a figura Che ganha relevo não apenas no interior do movimento, como principal agente de sua radicalização e conversão, mas como elemento difusor internacional dos princípios revolucionários e socialistas.

Em Abril de 1959, Daniel Braddock, subchefe da missão diplomática americana em Cuba, expediu um telegrama confidencial para Washington cujo tema era “O crescimento do comunismo em Cuba”, no telegrama lia-se:

“La Cabaña parece ser o principal centro comunista e seu Comandante, Che Guevara, é a figura mais importante cujo nome está ligado ao comunismo. Guevara é inegavelmente marxista, se não mesmo comunista. Foram implantados cursos de doutrinação política para os soldados sob o seu comando, em La Cabaña. Os textos utilizados nesses cursos, alguns dos quais a embaixada viu, obedecem claramente à linha comunista. Guevara desfruta de grande influência sobre Fidel Castro e maior ainda sobre o comandante-em-chefe das Forças Armadas, Comandante Raúl Castro, que se acredita compartilhar das mesmas opiniões políticas de Che Guevara.”⁽¹⁰⁾.

(10) Anderson, J. L., Op. Cit., p. 486

Ainda que Che fosse propriamente um livre-pensador e não estivesse filiado ao Partido Socialista Popular (PSP), principal agremiação cubana pró-soviética, parece certo que desempenhou mesmo papel crucial na aproximação de Cuba com a União Soviética, sendo visto também pelo Kremilín como o principal ponto de contato com o novo regime. Enquanto a Revolução, por necessidade urgente, buscava algum tipo de acomodação com os Estados Unidos, através do próprio Fidel Castro pregando em Washington oposição ao comunismo e ao controle da imprensa e comprometendo-se com o fim dos tribunais revolucionários, Che encarregava-se da construção de uma trilha de acesso aos soviéticos e da infra-estrutura necessária à confrontação com os EUA, que lhe parecia inexorável.

Em janeiro de 1959 o Comitê Central do Partido Comunista da URSS enviou um agente, Alexandr Alexiev, à Havana com o objetivo de sondar a possibilidade de restabelecimento de relações com Cuba, seu contato era Che. Esse encontro seria o início de um não longo processo que levaria primeiro ao restabelecimento de relações comerciais e políticas e, depois, a uma sólida e conhecida parceria, em que, não faltaria o generoso apoio militar da URSS para que Cuba pudesse enfrentar o perigo norte-americano.

A temática da filiação ideológica da Revolução Cubana e de cada uma de suas lideranças é complexa e não tem aqui o foro apropriado. Alguns depoimentos de época dão testemunho da dificuldade desse tipo de rotulação. Orlando Borrego, colaborador íntimo e homem de confiança de Che, certa ocasião afirmou:

“Durante aqueles primeiros meses, estávamos muito confusos do ponto de vista político. Tinham começado a circular boatos de que essa revolução ia ser socialista. Isso era comentado entre os soldados e eu fui um dos que disseram ‘Não, não pode ser!’. E afinal, o que era o Socialismo? Eu não sabia. Como a imagem [muito difundida] do comunismo era má, eu também tinha essa impressão (...) Nós queríamos uma revolução que fosse justa, que fosse honrada, que servisse aos interesses da nação e tudo isso, mas que não tivesse nada a ver com o comunismo. Debatíamos isso entre nós. Mas também dizíamos ‘Bem, se Che e Fidel são comunistas, então nós também somos’” (11).

Em 28 de Abril, numa entrevista na televisão ao ser interpelado por um jornalista se ele, Che, era comunista, sua resposta foi:

“Os fatos falam por si sós. Nossa maneira de pensar é clara, nosso comportamento é transparente. O fato de que não sou um comu-

(11) Ídem, *ibidem*

nista filiado ao partido Comunista, como não sou, não tem importância alguma. Somos acusados de sermos comunistas pelo que fazemos, não por quem somos ou pelo que dizemos (...). Se você acredita que o que fazemos é comunismo, então somos comunistas. Se você perguntar se sou filiado ao Partido Comunista, ou Partido Socialista Popular, como é chamado aqui, então tenho que dizer que não sou (...)." (12)

Do ponto de vista da ortodoxia marxista, a Revolução Cubana, camponesa na essência, não poderia encarnar a doutrina, mas não era propriamente esse o debate posto, especialmente pelas autoridades norte-americanas, mas sim o do quanto aquela revolução expropriaria bens; exerceria controle sobre a produção; armaria a população e seria capaz de servir de cabeça-de-ponte para a expansão do bloco soviético. Em todos esses temas, Ernesto Che Guevara, senão com palavras, com ações, representava, para os Estados Unidos, o autor dos piores cenários. Para Che, o ataque à propriedade deveria ser impiedoso; a economia, rigorosamente planificada; o exército popular, o braço político da Revolução e Cuba, solidária com os povos oprimidos que queiram seguir seu exemplo. Mais do que Fidel, Che se converte no principal agente do comunismo internacional e no inimigo número um do governo americano e de seus aparelhos informais.

Especialmente sobre a questão da exportação da revolução que tanto atemorizava os Estados Unidos e que tornava delicada a opção janista pela independência na política externa, em 27 de Janeiro de 1959 afirmaria Che:

"A revolução não está limitada à nação cubana, porque ela tomou a consciência da América e alertou seriamente os inimigos nos nossos povos (...). A revolução colocou os tiranos latino-americanos em guarda, porque eles são os inimigos dos regimes populares, como são as empresas monopolistas estrangeiras." (13)

Para os serviços de informação dos EUA, os países mais ameaçados por ação guerrilheira patrocinada por Cuba seriam a Nicarágua, República Dominicana, Paraguai e Haiti. Em grande medida tais temores não eram infundados, pois em Cuba, nesse mesmo ano seria criada por Che o DLN (Departamento de Libertação Nacional) órgão secreto vinculado à Seguridad Del Estado que se encarregaria de oferecer treinamento de guerrilha à célula que daria origem à nicaragüense Frente Sandinista de Libertação Nacional entre outros grupos internacionais. O envolvimento posterior de Che com a revolução no Congo e seu assassinato na Bolívia

(12) Ídem, p. 486

(13) Ídem, p. 458

em 1967, quando intentava “fazer da Cordilheira dos Andes a grande Sierra Maestra da América Latina” referendam sua aposta no internacionalismo.

A condecoração de Che por Jânio em Agosto de 1961 não repercutiria alheia à complexa significação daquele personagem e daquele momento histórico.

Capítulo 3

OS REBELDES E A IMPRENSA

Sorocabana.

Dr Murgel,

O cidadão prova que o trem matou a vaca e, por isso, os dez filhos pequenos estão sem leite...

Acrecenta, e bem, que a estrada é rica e ele, pobre. Dê-lhe, pois, outra vaca, e leiteira, pedindo-lhe, no futuro, já que não devemos tirar o trem dos trilhos, que tire, ele, a vaca...

Se preferir pague o preço do nobre animal.

(Bilhetinho do Governador Jânio Quadros ao diretor da Estrada de Ferro Sorocabana) (1)

Foram analisados os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de São Paulo* dos dias 17 a 25 de Agosto de 1961. O estudo das matérias, além das questões objetivas, explícitas e quantitativas, procurou levar em conta os mais diversos aspectos aparentemente relevantes para uma possível identificação do alinhamento ideológico e dos interesses próprios do veículo, ainda que muitas vezes essa tentativa, eivada pela subjetividade, possa ter resultado na confissão involuntária das premissas ideológicas do próprio pesquisador. Revelaram-se extraordinariamente importantes para esse trabalho três artigos do professor Maurice Mouillaud da Université de Lyon, publicados pela Universidade de Brasília na coletânea: *O Jornal. Da forma ao sentido*. Tratam-se dos artigos “Da forma ao sentido”, “O Título e os títulos” e “O sistema das citações”. Mereceram atenção, assim, a inserção da notícia no corpo da publicação, se em primeira página, caderno específico, seção especializada, noticiário local, página direita ou esquerda; o posicionamento da matéria na página, se superior ou inferior, direita ou esquerda, extensa ou curta; a existência e dimensão de foto reforçando, atenuando ou negando o discurso escrito; aplicação de tabelas, números e quadros estatísticos; a composição da matéria com as do seu entorno na página e possíveis efeitos de ocultação, camuflagem ou destaque sobre a notícia; realização de campanhas fotográficas, manipulação e descontextualização de imagens; opções por títulos desinformativos ou em conflito com o conteúdo da notícia. Quanto à análise do discurso, houve preocupação

(1) Pereira, J., Bilhetinhos de Jânio, p. 88

com a desfiguração, antecipação ou omissão de contexto; com uso de eufemismos, aspas, ironia, adjetivos, expressões orientadas, conexão automática de termos, uso estratégico de linguagem hermética ou técnica e estilo narrativo. Dedicou-se cuidado ainda ao uso estratégico de fontes, às omissões de pautas e à desinformação como efeito da sobreinformação.

Optou-se por uma exposição mais pormenorizada dos temas tratados no primeiro dia do período analisado, afim de permitir uma compreensão ampliada do contexto histórico em que se desenrolam os fatos, bem como da ênfase na cobertura jornalística do período. Nos dias que se seguiram até a renúncia do presidente, foi dada atenção específica às pautas relativas ao próprio visitante Che Guevara, à Cuba, à Política Externa Independente e à repercussão política da visita e da condecoração.

Foi possível apurar, como se procurará demonstrar, que, em primeiro lugar, diferentemente do que ocorre atualmente com as mesmas publicações, o noticiário internacional recebeu no referido período considerável atenção, tanto no que diz respeito ao destaque e aprofundamento na cobertura dos principais episódios, quanto na variedade dos temas geopolíticos abordados. Questões como a Conferência e a Carta de Punta del Este que sacramentava a **Aliança Para o Progresso**; o fechamento das fronteiras de Berlim Oriental, que culminaria com a construção do Muro de Berlim e as ações diplomáticas dos EUA, URSS, Brasil e países não alinhados, além dos lances da corrida armamentista destacaram-se na cobertura do período. Notou-se também, em segundo lugar, que se a cobertura internacional foi pautada pela bipolaridade, ambos os veículos não titubearam ao posicionar-se favoravelmente ao bloco capitalista e a sua liderança a cargo dos Estados Unidos. Verificou-se, ainda que a referida disputa ideológica não se restringia à temática internacional, aflorando indelevelmente também na cobertura de movimentos sociais no Brasil. Por fim, é possível verificar que Cuba, Fidel Castro e Che Guevara são temas absolutamente recorrentes, como se representassem os espectros do comunismo mais atuantes, influentes e assustadores para a América Latina e conseqüentemente para o Brasil, portanto, os alvos principais da cruzada anti-comunista da grande imprensa. Che Guevara, nessa lógica, é ainda mais visado, por representar a voz dissonante e impertinente, o obstáculo indesejável na Conferência do Uruguai que, por sua vez é apresentada como a Sétima Cavalaria na luta da América Latina pelo seu desenvolvimento nos moldes liberais.

QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1961.

“Portas abertas ao Comunismo”

O Estado de São Paulo do dia 17 fez uso promocional de sua primeira página, publicando um grande anúncio, mas trouxe em seu editorial (seção Notas e Informações), por exemplo, rasgados elogios à iniciativa americana da **Aliança para o Progresso**, além de registrar de maneira por vezes sutil e irônica, por vezes explícita e mordaz a atuação de Ernesto Che Guevara e o papel dissonante de Cuba em Punta del Este:

“A Conferência Interamericana de Punta del Este, que chega agora a sua conclusão vitoriosa, é o primeiro ponto de luz a surgir, por fim, no panorama sóbrio desses tempos. Ato de coragem, profissão de fé, desafio responsável a uma ordem de coisas que se pretende, que se deve modificar radicalmente nesse Hemisfério, a Aliança para o Progresso deixou de ser um apelo retórico e um programa teórico. (...) Estamos diante de um acontecimento histórico: o triunfo da razão sobre os sentimentos, as emoções, as vaidades, os ciúmes, os complexos que os hábitos e os tempos recalçaram em um continente inteiro. Temos também sob os nossos olhos, uma demonstração alentadora do que se pode obter dentro da liberdade, por processos liberais, por homens livres. Livres, até mesmo, para reconhecer seus próprios erros e aproveitá-los, extraindo deles experiência e sabedoria (...)”

O presidente americano Harry Truman em seu discurso dirigido ao Congresso em 12 de Março de 1947, discurso que viria a ser conhecido como Doutrina Truman e que marcaria o início formal da Guerra Fria, disse a uma certa altura:

“(...) No momento atual da história do mundo quase todas as nações se vêem na contingência de escolher entre modos alternativos de vida. (...) Um dos modos de vida se baseia na vontade da maioria e distingui-se pelas instituições livres, pelo governo representativo, pelas eleições livres, pelas garantias de liberdade individual, pela liberdade de palavra e de religião, pela libertação da opressão política. O segundo modo de vida baseia-se na vontade da minoria, imposta pela força à maioria. Escora-se no terror e na opressão, no controle da imprensa e do rádio, em eleições fixas e na supressão das liberdades pessoais (...)”. (2)

(2) Syrett, H. C., Documentos Históricos dos Estados Unidos, p. 317

O discurso da liberdade presente no editorial, portanto, não nos parece inocente, uma vez que, no contexto em questão, “liberdade”, “processos liberais”, “homens livres” são termos colonizados e convertidos em patrimônio exclusivo do mundo capitalista, muitas vezes chamado também: “mundo livre”. Avançando na análise do documento constata-se um verdadeiro deslumbramento do jornal com respeito às autoridades americanas responsáveis pela iniciativa da **Aliança**:

“No grande e momentoso conclave que agora se encerra, não houve hierarquias. A delegação do mais poderoso dos estados americanos foi, na realidade, a mais dúctil, e o senhor Douglas Dillon, entre todos os seus colegas foi o mais disposto a acatar a opinião da maioria e as sugestões da conveniência. Na realidade, o novo governo dos Estados Unidos acaba de fornecer, em Punta Del Este, a medida exata de seu valor, de sua boa-fé, da clareza de suas idéias e da firmeza de seus propósitos. O presidente Kennedy e o seu Secretário do Tesouro foram além dos marcos atingidos por Roosevelt e Codell Hull nos caminhos da ‘boa vizinhança’. John Kennedy não concebeu, de fato, a ‘Aliança’ apenas como chefe de sua nação, mas como cidadão das Américas (...)”.

O editorial, além de ressaltar as posturas americanas, não se furta de fazer o contra-ponto usando para isso Cuba, Che Guevara e Fidel Castro:

“A revolução da liberdade é para eles, como para todos os homens livres, uma criação contínua, uma posição, uma maneira de ser. Importante é servir à liberdade acompanhando os tempos, apegado aos princípios mais alérgicos aos esquemas ideológicos, às fórmulas, aos *ipse dixit*. Foi por isso que um revolucionário profissional, tal como o ministro cubano Guevara, veio a encontrar-se em Punta Del Este em uma situação delicada, quase patética. Sua inteligência, sua competência e sua dialética sutil foram desafiadas severamente e, em última análise, não lhe foi possível desempenhar o papel de antagonista que Fidel Castro lhe confiara. (...) praticamente, pois, perdido o seu papel, o brilhante ministro cubano acabou formando, sem o querer e sem o dizer, ao lado de Douglas Dillon. E convém observar que logrou sair-se da dificuldade paradoxal com certa elegância.

Ainda não sabemos se Cuba assinará por fim a Declaração de Punta del Este. Não é impossível, uma vez que, durante os trabalhos da Comissão Geral, não votou contra. Certo é que não aderindo à Aliança para o Progresso (...) Fidel Castro perderia uma grande oportunidade: a de aprovei-

tar os frutos que acabam de amadurecer também por força e em virtude do drama cubano e de realizar os objetivos da revolução de Sierra Maestra, traídos agora em Cuba, mas operantes em todo o Hemisfério, os Estados Unidos inclusive”.

Ainda em suas Notas e Observações, *O Estado* opina também, sob o título *Vacilante o regime* sobre as disputas e sobreposições dos três poderes no Brasil, destacando o Executivo como principal agente desestabilizador. Outra nota sobre *Os últimos acontecimentos do Paraná*, onde se realizava a II Conferência dos Trabalhadores Rurais do Paraná, desqualifica categoricamente o movimento das Ligas Camponesas, assim como seu líder, Francisco Julião, que, segundo o editorialista:

“é um produto característico do meio em que se formou. Os seus horizontes são limitados, a sua cultura rudimentar e compartimentada. As suas Intenções (sic) serão talvez generosas, mas como sua visão de mundo resulta de generalizações primárias que assentam nas experiências vividas no seu pequeno universo pernambucano, os resultados da sua ação política e do seu messianismo ingênuo são desastrosos. (...)”.

A nota informa sobre e dá como óbvia a recepção com vaias que Julião teria tido em Maringá, onde se realizava o encontro. Ladeando a seção Notas e Observações, uma ampla matéria apresenta uma espécie de balanço do quadro político de apoio ao Governo Jânio Quadros, de acordo com a notícia, vai se consolidando dentro do PTB um grupo, os “Compactos”, resistente à aproximação do partido com o governo; por outro lado, a UDN resolve atenuar suas críticas ao presidente, especialmente no que diz respeito a sua política externa, por entender que com isso só obterá a perda de espaço no governo para o PTB e PSD.

A edição do dia 17 de *O Estado de São Paulo* trouxe também, em sua segunda página, no centro superior, uma radiofotografia da população de Berlin concentrada e protegida por guarda-chuvas com a seguinte legenda: *Gigantesca Manifestação de Protesto* – Cerca de duzentas mil pessoas acompanham sob a chuva as palavras do Prefeito Willy Brandt, durante a manifestação de protesto realizada ontem em Berlin Ocidental, contra o fechamento da fronteira do setor oriental. A foto é acompanhada por uma matéria cujo título é: *Willy Brandt falou ontem em concentração anticomunista de duzentos mil berlinenses*. Na matéria são reproduzidos trechos dos inflamados discursos das autoridades ocidentais berlinenses como o vice-prefeito, Franz Amrenh, que afirmou:

“Estamos aqui para demonstrar pacificamente, a todo o mundo, que elevamos a voz em defesa de nossos irmãos alemães que estão do outro

lado da fronteira, onde Hitler continua reinando. É uma vergonha que os alemães tenham sido reduzidos à escravidão, é uma vergonha que milhões de alemães se vejam forçados a fugir para preservar sua liberdade. O acordo tripartite de Berlin foi violado. Os acordos de Potsdan foram pisoteados. Kruchev disse que não haverá nova Versalhes. Mas a despeito de suas ameaças, nós nos manteremos firmes, jamais seremos comunistas e jamais reconheceremos o regime de Pankow. (...)."

Sobre a questão do fechamento das fronteiras de Berlin Oriental, o veículo traz ainda duas notícias importantes que denotam de maneira insuspeita o descompromisso com a imparcialidade. Numa delas, sob o título descontextualizado: *Nehru: a crise em Berlin é atualmente o maior problema*, um dos mais importantes líderes dos chamados países neutralistas, o Primeiro Ministro da Índia, acaba sendo evocado involuntariamente como testemunha da gravidade dos fatos provocados por Berlin Oriental. Na outra, uma nota menor, o título: *A Finlândia não reconhecerá a RDA*; fica marcada a disposição de resistência ao mundo socialista quando se afirma de Helsinc que o Primeiro Ministro finlandês desmente qualquer informação no sentido de que seu país tencionava realizar acordo secreto com a URSS. Ainda uma curta notícia desempenha importante papel ideológico nessa página, seu título dispensa análise mais detida: *Cientista da URSS recusa-se a voltar ao "paraíso" soviético*. Chama, finalmente, a atenção nessa página, mais uma notícia segundo a qual: *EUA – Kennedy seria contrário ao reinício das provas nucleares*; a despeito da continuidade dos testes por parte dos russos, a posição do presidente americano e dos EUA são as de pacifistas, apenas a minoria republicana mostrava-se favorável ao recomeço das provas. Na mesma notícia aproveita-se para destacar com o sub-título *Armas atômicas chinesas* que, de acordo com um ex-funcionário do Departamento de Defesa dos EUA, em breve a China Popular construiria suas armas nucleares.

Na quarta página, o articulista Pedro Dantas analisa a fuga em massa de cidadãos de Berlin Oriental para Berlin Ocidental concluindo, dentre outras coisas, que o fluxo não se dava por conhecimento de causa do que fosse a vida do lado Oeste, mas sim pela experiência dos horrores vividos no Leste.

Na página seguinte o maior destaque é para a missão diplomática brasileira na China. De acordo com a notícia, Goulart teria enviado telegrama ao presidente Jânio Quadros relatando as atividades da missão. O jornal informa que o vice-presidente brasileiro e a delegação teriam sido recebidos de maneira efusiva pelos chineses e suas autoridades e que a Política Externa Independente do Brasil foi motivo de congratulações por parte do vice-presidente do Conselho de Ministros Tung Pi-Wu, especialmente seus efeitos com relação a postura do Brasil no caso cubano. *O Estado* afirma também que:

“segundo os observadores, a visita do vice-presidente brasileiro João Goulart à China Popular será proximamente seguida pelo reconhecimento desse país pelo governo de Brasília e pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre ambas capitais. Nos referidos meios, salienta-se ainda a grande importância conferida à missão brasileira, tanto pelo governo de Pequim, quanto pelo do sr. Jânio Quadros.”

Na página oito a matéria principal diz respeito à mensagem de despedida do Embaixador americano no Brasil, Mors Cabot, que seria substituído por Lincoln Gordon; a mensagem é publicada na íntegra e a primeira frase do embaixador a ser reproduzida no corpo da introdução é:

“Pode haver diferença de opiniões quanto aos métodos pelos quais o Brasil deve realizar suas aspirações, mas os objetivos básicos da política dos Estados Unidos, em suas relações com o Brasil, são e sempre foram idênticos àqueles que qualquer brasileiro de verdade apoiaria”.

Do efeito retórico da frase completa, resulta, porém, evidente e inequívoca a “divergência de opiniões”. A única matéria a rivalizar com essa em termos de destaque na página é a que reporta os acontecimentos do congresso de trabalhadores rurais do Paraná também referida no editorial, nesta, é reproduzida integralmente a “*Declaração dos trabalhadores de campo do Paraná*”; as aspas em “Declaração” no título questionam a seriedade e a abrangência do documento das Ligas Camponesas. A matéria, em duas colunas, apresenta a curiosidade de, mesmo tendo espaço no final da primeira coluna – preenchida com outra nota –, reservar a parte superior da segunda coluna para trazer os últimos pontos da Declaração, cujo derradeiro é: 16 – Defesa da revolução cubana e relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo. Revolução Cubana aparece mesmo sem letras maiúsculas e há um salto do 13º para o 15º parágrafo. De acordo com a sucursal paranaense, aqui o deputado Francisco Julião não teria sido recebido em Londrina apenas com vaís, mas também com pedradas.

A décima página é praticamente inteira dedicada à Conferência de Punta Del Leste. São reproduzidos os sete capítulos do primeiro título da Carta de Punta Del Este que estabelece a *Aliança para o Progresso*. Os títulos II e III seriam publicados nas edições seguintes conforme se anunciava. O mais significativo nessa página, para efeito desse trabalho é a charge que ocupou quase um quarto de toda ela.



O Estado noticia na mesma página a aprovação por unanimidade do Anexo da Carta, intitulado *A Opinião Pública e a Aliança para o Progresso*; a única abstenção seria a de Cuba, cujo delegado Ernesto Guevara justificaria em função do perigo do texto “tanto no fundo quanto na forma”, uma vez que “visa a domesticação da imprensa e fala da divulgação da Aliança para o Progresso por meio de educadores quando não cabe a estas divulgações desse tipo”. A atenção da cobertura aos gestos, falas e ações de Guevara, permitiram registrar, reproduzir e realçar um chiste feito por ele durante a conferência. De acordo com a matéria, estava sendo votada uma moção apresentada pela Guatemala que tinha por objetivo repudiar as “tirantias que freiam a liberdade e o desenvolvimento econômico”; Che teria pedido a palavra para, jocosamente, dizer: “Entendo que a moção se refere às tirantias que impedem o desenvolvimento econômico e às outras”; o que teria arrancado risos de toda a audiência.

Na página onze, o jornal traz, uma foto do brasileiro Roberto de Oliveira Campos ao lado de Pedro Beltran, primeiro ministro do Peru e Douglas Dillon,

do Tesouro americano, com a legenda: *Encerrados os Trabalhos*; ao lado, a matéria principal anuncia que seria firmada naquela manhã a Carta de Punta del Este. O teor da carta é resenhado na matéria, que ressalta também o mal estar causado por Che Guevara na seção de apresentação do documento, ao pedir um recesso para que pudesse conhecer o seu conteúdo, já que a delegação cubana não fora convidada para sua redação. Na ocasião, Che teria ainda questionado se na ótica dos proponentes a Aliança incluía ou não o seu país. O jornal relata também que o ministro cubano teria apresentado seis emendas à carta, sendo uma delas a supressão do trecho que se referia ao estímulo à iniciativa privada. É de Che Guevara, também, o único parecer sobre a Carta reproduzido pelo veículo:

“apesar das reservas sobre o documento, enquanto não for respondida sua pergunta sobre a participação de Cuba na Aliança Para o Progresso, estava de acordo sobre o espírito geral em que o documento foi concebido”.

A matéria, no seu final, traz dois destaques interessantes, um deles comenta que o *La Prensa Argentina* criticou duramente o pronunciamento de Clemente Mariani, ministro da fazenda brasileiro e delegado em Punta Del Este, o editorial com o título *Portas Abertas ao Comunismo* dizia que ao contrário da conjectura de Mariani, segundo a qual a Aliança poderia trazer Cuba de volta para o seio da América Latina: “esta hipótese não parece justificada pela atitude do representante castrista, que utilizou sua oratória a atacar essa iniciativa, proclamando que o regime cubano não aspira a receber nenhuma ajuda continental pois, ‘lhe basta e sobra a que receberá da URS’.(...)”; o outro destaque titulado *Comentário da Rádio de Havana* merece reprodução integral, pela forma antipática e radical com que apresenta o contraponto da opinião cubana sobre a iniciativa da Aliança Para o Progresso:

“A Rádio desta cidade em seu primeiro comentário sobre a Conferência Econômica Interamericana, afirmou que a ‘Declaração de Punta Del Este somente formula promessas e está dirigida contra Cuba’. (...) ‘É um poema e um rosário de promessas e frases bonitas’. Continuou afirmando que a frase em que se diz que a Aliança Para o Progresso baseia-se na democracia representativa está manifestamente dirigida contra Cuba. Ao mesmo tempo estranha que muitos signatários do documento não possam ser classificados como democráticos, tais como por exemplo o Paraguai ‘Que espécie de democracia representativa – afirmou o comentarista – são os governos do Paraguai, onde Strossner assassina os melhores filhos do seu país, da junta salvadorenha, que afoga em sangue as aspirações populares, de Ydigoras Fuentes, sanguinário palhaço da Guatemala e laica da United Fruit, de Prado e Beltran no Peru, com generais e latifundiários e do Haiti?’”

Outra matéria dessa edição afirma que setores do governo americano prevêm dificuldades na implantação do programa da **Aliança** devido à resistência dos conservadores de diversos países, face ao seu caráter heterodoxo. O texto, como está colocado, produz em suas entrelinhas o efeito de reivindicar para a iniciativa da **Aliança** o máximo do potencial revolucionário de um projeto que se pretenda responsável e exeqüível, qualificando, assim, através da crítica conservadora, de radicais e extremistas aqueles que a criticam por sua insuficiência transformadora.

O Estado dedica mais uma página aos conflitos em Berlim, publicando, novamente, uma foto bastante significativa, que enseja uma aproximação com os estudos sobre a semiótica da fotografia. Nota-se que a complexa temática do bloqueio de Berlim Oriental, cuja compreensão do público leitor exigiria maior cabedal histórico e geopolítico é acompanhada por imagens de forte caráter denotativo e auto-explicativo. Mesmo ciente da arbitrariedade de uma foto como signo, Roland Barthes admite sua parcela relativa de iconicidade, que faz dela, diferentemente da pintura, uma remissão a um objeto não apenas possivelmente real, mas necessariamente real e, por ser a emanção do referente, a existência do objeto torna-se inegável: um soldado comunista foge mesmo do comunismo! Da mesma forma, outro atributo da foto – inerente a qualquer signo, mas melhor verificável nela -, a duplicidade intrínseca de mortalidade e eternização, contribui para que a transitividade do fugir, ou do correr “até do soldado comunista”, seja aprisionada num *continuum*. Vale dizer ainda que, segundo Barthes, por ser uma perfeita analogia da realidade, a fotografia é uma mensagem sem código, mas quando usada pela imprensa é “trabalhada, escolhida, produzida, construída e editada de acordo com normas profissionais, estéticas e ideológicas, que contêm fatores conotativos (...) uma mensagem conotada pode desenvolver-se a partir de uma mensagem sem código”. (Santaella – Nöth p112)



Finalmente, na contra-capá, noticia-se a visita de Che Guevara ao Brasil. O título da matéria: *Ainda não se sabe a data certa da visita de Che Guevara*, com sua opção por evidenciar a incerteza, prefacia a novela a que se assistirá nos próximos dias, novela que será marcada pelo suspense e que terá seu clímax com a acusação de conspiração do governo de Jânio com os comunistas cubanos feita por Carlos Lacerda. A própria matéria integra a tessitura da trama:

Brasília, 16 (Estado) – Hoje à noite, em Brasília, não se sabia definitivamente onde e quando se daria o encontro de Ernesto “Che” Guevara com o presidente Quadros. Fazem-se especulações, porém. Uma delas, a de que o líder fidelista poderia acompanhar o presidente Quadros em uma viagem ao Espírito Santo, para inaugurar melhorias no porto de minérios de Vitória.

Por outro lado, as autoridades diplomáticas admitem que “Che” não deverá chegar à Brasília às 12 horas de sexta-feira, como era esperado.

DESMENTIDO

Punta Del Este, 16 (AP e UPI) – O ministro da Fazenda do Brasil, sr. Clemente Mariani, desmentiu notícias que circularam hoje nesta cidade, segundo as quais o presidente Jânio Quadros lhe aconselhara, por telefone, que evitasse fazer referências adversas a Cuba, na “Carta de Punta Del Este”. “Não mantive conversações de nenhuma espécie com o presidente Quadros durante a conferência” – acrescentou o ministro.

Fontes brasileiras manifestaram, contudo, a opinião de que o presidente Quadros dirá ao ministro da Indústria de Cuba, Ernesto Guevara, no próximo encontro de ambos, que o Brasil não poderá continuar sua política “de mãos fora de Cuba”. Os mesmos informantes disseram que o presidente deverá reiterar a advertência que lhe fizeram em reuniões privadas, os membros da delegação brasileira, para que “não colocasse o Brasil em uma posição que o obrigasse a escolher entre uma política de neutralidade em relação à Cuba e a segurança pan-americana”.

Guevara teria sido prevenido nesses contatos, de que “em caso de uma definição, o Brasil estará com os países da América, em favor do isolamento de Cuba”.

A delegação do Brasil encarregou-se, durante a conferência, de estabelecer contato entre os delegados cubanos e norte-americanos, que praticamente não falaram. Funcionários brasileiros esclareceram, todavia, que não houve qualquer tentativa de aproximar os dois grupos.

Por outro lado, Ernesto Guevara declarou-se satisfeito com a escolha do

ministro Clemente Mariani para fazer o discurso de encerramento dos trabalhos na sessão de amanhã. A indicação do ministro brasileiro foi sugerida pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Douglas Dillon.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Informa-se em outros círculos que as conversações entre Guevara e o sr. Jânio Quadros deverão versar especialmente o (sic) Incremento do Intercâmbio comercial entre o Brasil e Cuba. Ao encontro deverão estar presentes os ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio do Brasil, que depois de amanhã retornarão a Brasília por via aérea.

Desconhece-se ainda a data da partida do ministro cubano, que sexta-feira deverá viajar para Montevideú, onde, ao que se anuncia, permanecerá dois dias.

Em desacordo com o título, ao que parece, a matéria não tem por objetivo informar o leitor efetivamente sobre a agenda e o itinerário de Guevara em relação ao Brasil, mas sim estabelecer o limite tolerável do relacionamento entre os países e pautar a natureza de um suportável encontro entre o exótico visitante e o presidente brasileiro: intercâmbio comercial; o que se depreende da injustificável omissão das “fontes brasileiras”. Corrobora essa hipótese a desinformação primária contida no texto quanto ao próprio objeto anunciado pelo título: a data de publicação é 17, quinta-feira e o redator anuncia, no dia 16 que autoridades brasileiras afirmavam que Che não deveria chegar na sexta-feira (18) ao meio-dia como se esperava; informa sobre a possibilidade de que vá a Vitória com Jânio, cuja agenda era conhecida e previa para sábado (19) o evento; ao mesmo tempo noticia que o ministro cubano deveria ir ao Uruguai na sexta-feira, por omissão, a mesma sexta-feira dia 18. Fosse mesmo essa indefinição o objeto da matéria, seria natural uma apuração mais cuidadosa ou, no mínimo, uma ênfase nas contradições das informações conhecidas.

A *Folha de S. Paulo* do dia 17 também dedica espaço privilegiado à crise de Berlim que é o único tema a rivalizar com a Conferência de Punta Del Este na primeira página da edição. Tal qual *O Estado*, a *Folha* opta pelo uso de radiofotos para ilustrar a matéria sobre os acontecimentos alemães. Nessa primeira edição analisada da *Folha de S. Paulo*, já é possível perceber que mesmo existindo também grande dedicação à cobertura internacional ela não é tão variada quanto à do *Estado* que além dos tópicos apresentados e discutidos, trazia ainda, por exemplo, notas sobre a política interna do Camboja entre outras questões sobre as quais não nos pareceu pertinente dedicar maior atenção tendo em vista o escopo do trabalho, ainda que, sem dúvida, pudessem contribuir para o seu aprofundamento.

O título da matéria de capa sobre a Conferência é: *Aprovada em sessão plená-*

ria a *Carta de Punta Del Este; hoje a assinatura*. Mourice Moiullaud ⁽³⁾ alerta para o tipo de título que ao exigir do leitor conhecimento prévio sobre o assunto e os trâmites que lhe são próprios, revela a “obviedade” da importância geral do tema que na verdade lhe é atribuída pelo próprio veículo. A matéria, com o título escolhido, permite enfatizar a atuação de Che Guevara com a apresentação de suas moções das quais apenas uma foi acolhida e, especialmente, a posição de Cuba que, “não assinará a Carta” de acordo com informação do próprio Che, segundo a matéria. Depreende-se do texto, mesmo que o título não o explicita, que mais noticioso do que o êxito dos trabalhos que darão efetividade à Aliança para o Progresso é o papel dissonante de Cuba e de seu delegado que vão se cristalizando no imaginário do leitor como entraves ao projeto sem que o sejam de fato, uma vez que sua continuidade independe da opção cubana, como o próprio título revela.

Na mesma página há uma foto da delegação brasileira presidida por João Goulart em Moscou com a nota: *Jango no Kremlin*. Nesse caso, o uso do termo “Kremlin” não soa apenas informativo quanto ao paradeiro do Vice-presidente, já que, mais do que localização geográfica, o Kremlin e a Praça Vermelha que o ladeia são identificados pelo Ocidente na lógica da Guerra Fria como o ninho nebuloso de onde alça vôo o perigo comunista. Ao lado da foto, uma chamada anuncia: *Jango envia da China telegrama a Jânio Quadros*. Claramente, aqui, apesar de estarem nomeados os mandatários, o destaque não está nem em quem envia, nem em quem recebe e nem no que é enviado, uma vez que a matéria no interior do jornal preocupa-se especialmente em reportar as declarações elogiosas de lado a lado durante o encontro da delegação brasileira com as autoridades chinesas.

Causa espécie que no perímetro do conjunto “flerte das autoridades brasileiras com o comunismo sino-soviético” exista ainda uma nota - na primeira página é bom lembrar - dando conta de uma contribuição de 35 mil dólares a uma instituição brasileira, trata-se do auxílio da Rockefeller Foundation ao obscuro Instituto Evandro Chagas de Belém do Pará.

A *Folha* noticia, ainda na primeira página da edição do dia 17: “*Che*” *Guevara amanhã em Brasília*. Sob o título mais adequado a uma ópera, companhia de dança ou qualquer outro espetáculo, a matéria apresenta Che como “o enviado de Fidel Castro” e afirma que “fontes” informam ainda não haver horário marcado para sua entrevista com Jânio. O sedutor subtítulo: *Convite a Jânio*, porém, especula sobre um convite do ministro cubano para que o presidente brasileiro aproveite seu giro próximo pelo América, para visitar Cuba. Segundo a notícia, Che traria um convite oficial do “Premier” cubano, Fidel Castro. As aspas envolvendo o termo Premier, invulgar para designar o referido chefe de estado, denota claramente a ironia do veículo quanto ao modelo político adotado por Cuba. Outro

(3) Mouillaud, M. e Porto, S. D., O Jornal – Da forma ao sentido, p. 104

subtítulo: *A Política do Brasil em Relação à Cuba*, título anafórico que, novamente segundo Mouillaud, evoca um presente atemporal próprio do veículo que independe da temporalidade histórica e que serviria como uma ponte entre o número e a coleção, afirma, tal como ocorre com *O Estado de São Paulo* que fontes brasileiras em Punta Del Este consideram que Jânio dirá que não pode continuar com a política de “mãos fora de Cuba” e que no limite optaria pela “quarentena de Cuba” se fosse colocado contra a parede nesse sentido. O informe da *Folha* traz a novidade de que Che teria solicitado a entrevista pelo fato de Jânio ser o governante da América Latina que se opôs mais firmemente a uma intervenção nos assuntos de Cuba. A afirmação, porém, não é de Che Guevara, mas sim do jornal, o que presta um esclarecimento importante sobre a percepção do jornal quanto ao papel de Jânio na questão.

Assim como ocorre com *O Estado*, a *Folha* também se atrapalha com respeito à data e ao horário da entrevista de Che com Jânio pois, apesar de dizer anteriormente não conhecer o momento exato em que isso ocorreria, afirma que a advertência de Jânio ao cubano se daria durante sua audiência na sexta-feira à noite. O desencontro de informações de ambos os veículos a respeito da agenda e sua concordância quase precisa quanto ao teor da entrevista, indicam ou um compartilhamento amistoso e inefetivo da pauta, ou um compartilhamento de fonte brasileira em Punta Del Este. Em qualquer dos casos, os dois veículos contribuíram, deliberadamente ou não, para a construção de uma expectativa segundo a qual Jânio se encontraria com Che, em que momento fosse, com o objetivo claro e “coerente” de estabelecer os limites da condescendência brasileira com respeito a Cuba.

Começa a se desenhar uma conjuntura em que o presidente, ávido de independência, mas sempre necessitado do apoio midiático, passa a assumir com a mídia, sem a própria concordância, compromissos que não serão cumpridos e que, na realidade, revelarão, como ocorreu com sua base partidária, sua desastrosa inaptidão para o compartilhamento das decisões, nesse caso, com sua principal aliada política.

Na hipótese de que as mesmas “fontes brasileiras” tenham sido consultadas pelos dois veículos no Uruguai, seria proveitoso apurar em que medida o empenho no sentido de demarcar a disposição do governo brasileiro no caso cubano tratava-se de determinação do próprio governo Jânio ou dos setores empenhados em conter seus excessos em termos de política externa.

Durante a Conferência, Cuba e Venezuela tiveram a oportunidade de trocar acusações e insultos. Isso ocorreu por que Che Guevara publicou durante o evento documentos secretos dos Estados Unidos incluindo instruções do governo americano ao seu embaixador em Caracas. Che aludiu também um possível abuso do direito de asilo por parte da embaixada venezuelana em Cuba. A *Folha de S.Paulo*, na sua página dois, publicou com destaque a seguinte notícia a esse pro-

pósito: *Cuba contesta declarações do Chanceler venezuelano*; a matéria curiosamente não nomeia o ministro da Venezuela, o que seria de conveniente em uma notícia com esse título e que pretenda de fato informar sobre esse caso, mas traz sua declaração de que o gesto de Guevara havia sido maldoso e que escondia “a submissão de Cuba aos interesses chino-soviéticos”. Nada consta sobre como teria se dado e qual o teor da contestação cubana a essa declaração, contrariando novamente a promessa implícita no título. Essa matéria serve, porém, como uma espécie de guarda-chuva para uma porção de pequenas notas a respeito de Cuba, todas elas com forte viés ideológico como se pode constatar pelos subtítulos: *Chegou o <Electra>*; *Nova Invasão*; *Veterano pede Asilo*; *Médico de renome foge*; *Bombas Explodem*; *Julgamento*; *Troca de moeda* entre outros. O *Electra* em questão era o avião americano seqüestrado por simpatizantes de Fidel que pretendiam trocá-lo por uma lancha cubana confiscada pelos EUA após aportar em Miami transportando dissidentes; a nova invasão dizia respeito à declaração de Oscar Delgado, líder exilado da Organização Unida pela Liberdade de Cuba, de que uma nova Baía dos Porcos estava sendo preparada; o veterano em questão era Generoso Campos Marquetti que teria lutado na guerra de independência de Cuba, mas que, segundo a nota “não podia viver por mais tempo no país que ajudei a libertar do governo espanhol”; Julio Sanguily era o médico de renome que afirmou “escapei porque perdia minha liberdade (...) quando saí, mil médicos já haviam abandonado o país. Os melhores se vão...”; as bombas, duas, explodiram em Havana, mas não se informa por que motivo e nem de quem é a responsabilidade; o julgamento refere-se a 72 pessoas – opta-se pelo genérico ao invés do qualificativo “cubanos” – acusadas de atividades contra-revolucionárias ou, entre aspas, contra os poderes do Estado, segundo a notícia. A nota sobre a troca de moeda trata do caso do núncio apostólico, monsenhor Luis Centoz, que não teve qualquer benefício na conversão dos seus 672.000 pesos à nova moeda cubana, cabendo-lhe apenas 200 novos pesos. Nesse caso, o jornal reproduz declaração da Rádio Havana, segundo a qual “não cabe dúvida de que o núncio apostólico é um mísero insaciável, dado a práticas ilegais: que hipocrisia! (...) Agora vemos o que significam os valores espirituais para determinadas pessoas”, o jornal encarrega-se aqui de justificar a grande quantidade de dinheiro em posse do monsenhor, usando como fonte exilados cubanos de Miami, para quem tratavam-se dos fundos de várias igrejas que lhe foram confiados para que deles tomasse conta.

Na mesma página, ainda, uma nota com o título *Jango Conferência com Chu En Lai* e outra *Dorticós irá à reunião de neutralistas*. Nessa segunda notícia, omite-se deliberadamente qualquer vínculo entre essa atitude “civilizada” e insuspeita e o mandatário cubano Fidel Castro, ou seu agente Che Guevara, cabendo os louros do gesto exclusivamente ao desconhecido presidente da República de Cuba, Dorticós.

Na página 3, a *Folha* traz uma seção chamada *Política na Opinião Alheia*, na qual destaca o que lhe chama a atenção nos comentários políticos tecidos pelos outros veículos. Não resta dúvidas quanto ao fato de que o critério de seleção não é da diversidade da opinião, mas sim o contrário, o da semelhança; mais do que isso, percebe-se que além de corroborarem a opinião da própria *Folha*, fazem-no um tom acima do que ela se mostra disposta a fazer, ao menos nessa edição. Do *Diário de São Paulo*, por exemplo, é reproduzida uma nota sobre as restrições que Che Guevara havia apresentado em Punta Del Este quanto a uma oferta de auxílio ao Nordeste brasileiro feita pelos Estados Unidos:

“se tal atitude fosse tomada pelo representante de qualquer outro país provocaria uma onda nacional de indignação. Como, porém o ataque partiu do comunista cubano fazemos vista grossa e ainda o convidamos a ser recebido oficialmente em nosso país”.

A *Folha* reproduz, também sobre o mesmo tema, uma nota de *O Estado de São Paulo* tão ácida quanto a primeira: “O que primeiro nos choca em tão desabrida atitude é a suficiência, diríamos mesmo a arrogância, com que o sr. Guevara se pronuncia sobre um problema que desconhece completamente e que não lhe diz respeito”.

Nos dois casos, ainda que não tenhamos conhecimento da íntegra da fala de Che sobre o assunto, parece evidente que, para além de toda sua atuação em relação à **Aliança**, o fato de ter se pronunciado contrariamente a uma possível ajuda econômica americana ao nordeste brasileiro, deve ter contribuído para angariar contra si, animosidade e antipatia também de setores específicos da sociedade brasileira, para quem sua visita e, mais ainda a acolhida que teve por parte do presidente, só podem ter provocado mais agastamento ainda.

A *Folha* reproduz outras duas notas em que a Política Externa Independente do presidente Jânio Quadros é lembrada e questionada, uma do *Diário Carioca*:

“O caso de Berlin aí está, levantando uma onda de indignação no mundo livre. Mas o governo brasileiro recusa pronunciar-se sobre ele cosendo-se ao princípio da autodeterminação, que tanto evoca quando parece que se quer tocar num fio de barba de Fidel Castro”.

Na outra citação, esta novamente de *O Estado de São Paulo*, encontra-se o mesmo teor de crítica; a nota fala de um visível *parti-pris* do governo brasileiro e conclui: “é isso que nos desconsola.”

Além de trazer a íntegra da Carta de Punta Del Este na quarta página, a *Folha* discute nesse mesmo espaço sob o título *Cuba poderá saber hoje se faz parte da*

Aliança para o Progresso a pergunta feita por Che Guevara nesse sentido, durante a reunião de apresentação da Carta. Chama a atenção nessa notícia a irritação mal disfarçada do veículo com respeito a Che, o que aparece na adjetivação que lhe é atribuída:

"O delegado de Cuba, Ernesto Guevara, inimigo do capitalismo e da empresa privada, não esclareceu se assinará a carta com os delegados das outras 20 repúblicas americanas."

Também é curioso verificar o efeito de isolamento que se confere à dúvida cubana, ao confrontá-la com a certeza das outras 20 repúblicas. Especificamente sobre a interrogativa de Che sobre se Cuba estava incluída no plano de ajuda da *Aliança*, a *Folha* encarrega-se de poupar os americanos da resposta direta, mesmo que isso não tenha ocorrido por ocasião da pergunta:

"O governo dos Estados Unidos já deixou claro que Cuba não receberá nada da ajuda direta norte-americana (...) Cuba tampouco poderá receber fundos a serem concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, já que se negou a dele formar parte."

Há um detalhe, porém, nessa mesma página, digno de observação no que diz respeito às abordagens dos veículos em exame. Ao contrário do *Estado*, a *Folha* noticia a Conferência de Julião em Curitiba, como tendo transcorrido normalmente, sem qualquer tumulto "O parlamentar pernambucano foi recebido sem manifestações hostis nesta capital.", mesmo assim, a construção do texto induz a uma leitura segundo a qual, seria perfeitamente natural que ocorressem tais manifestações.

Na página cinco, um título avisa: *Proposição aprovada em Punta Del Este sem o voto de Cuba*, e a matéria sobre a proposta de divulgação da *Aliança para o Progresso* enfatiza, novamente a intransigência do delegado cubano que discorda dos seus termos. Nesta página encontram-se também as informações sobre o telegrama enviado de Goulart a Jânio reportando sua viagem à China.

Finalmente, na capa da *Ilustrada* do dia 17, três articulistas confirmam a ênfase na temática internacional e, mais do que isso, no seu viés pró-ocidente. O primeiro artigo, assinado por Salvador de Madariaga, defende a partir da carta de um leitor, a tese de que "o colonialismo soviético é bem mais atrasado do que todos os seus antecessores". Geraldo Pinto Rodrigues, no segundo, sem tratar diretamente da questão cubana, discorre sob o título: *A realização de eleições livres como única via de autodeterminação do povo*. No terceiro, este de Augusto Frederico Schmidt, o autor destaca a importância da *Aliança para o Progresso*, remete sua origem

à iniciativa da Operação Panamericana desenvolvida durante o governo JK e discute a importância da Revolução Cubana como divisor de águas no que tange à disposição norte-americana para contribuir com o resgate social da população latino-americana. A revolução seria o risco da negligência. Os três artigos, por se abrigarem num espaço diferenciado do jornal, voltado a um segmento mais específico e intelectualizado de leitores encarregam-se de conferir legitimidade e profundidade teórica ao mesmo alinhamento ideológico apresentado pelo jornal na sua cobertura.

Feita a aproximação com os principais temas de política externa e seus reflexos trazidos pelos dois veículos nesse primeiro dia do estudo e proporcionada uma visão geral da disposição de ânimo com que ambos abordam o que envolve o Comunismo, Cuba, Fidel, Che e seu relacionamento com o governo brasileiro, passaremos a focar, nos próximos dias, apenas no que diz respeito especificamente a Che Guevara e sua visita ao Brasil.

SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1961.

“Vinte nações americanas concluem a Aliança para o Progresso; Cuba não firmou a Carta de Punta Del Este”

A *Folha* do dia 18 noticia na segunda página que: *Marujos Cubanos Pedem Asilo nos EUA* e acrescenta que, segundo informação não confirmada, dentre os que pedem asilo estão o comandante e todos os oficiais; não resta dúvidas de que existe diferença significativa no processo de satanização do regime cubano entre a deserção de simples marujos e a do comandante com todo o seu oficialato, ainda que a informação não esteja confirmada. Outra chamada no corpo da mesma notícia informa: *Seqüestrado ex-ministro de Fidel Castro* e esclarece que dois exilados seqüestraram o ex-ministro dos transportes de Cuba Julio Camacho Romero e o levaram para os EUA, os seqüestradores teriam afirmado que foram obrigados a viajar para esse país e pedem autorização para regressar a Cuba. Tudo que a nota consegue fazer nesse caso é desinformar o leitor que resta sem saber o significado do seqüestro, a serviço de quem estão seus autores e qual a motivação do delito, fica, porém, a simples impressão de que um ex-colaborador de Fidel Castro teria sido vítima de alguma trama, como sóia ocorrer com dezenas de quadros do stalinismo soviético. A *Folha* informa também que Cuba teria sido recentemente conclamada por Fidel a uma Batalha dos Abastecimentos, da Alfabetização e do Fortalecimento Militar. Mesmo o empenho da Revolução Cubana pelo fim do analfabetismo, conquista inatacável do regime fidelista, foi apresentado pelo seu pior viés na matéria da *Folha*, que opta por ressaltar o caráter autoritário e elitista dos sindicatos cubanos que solicitam ao regime leis para que a partir de 1962 os analfabetos não possam mais obter empregos, ter aumento de salários, representar sindicatos, desempenhar funções dentro ou fora de Cuba, subir de categoria ou mudar de emprego se já empregados.

Na página três, segundo uma pequena notícia, o Partido Comunista Brasileiro estudava mudanças de diretrizes com o objetivo de fornecer ampla cobertura ao governo de Jânio especialmente no que dizia respeito aos seus projetos de reforma agrária e controle de remessas de lucros para o exterior. Da capital chega também a notícia: *“Che” Guevara esperado hoje em Brasília*. Ignorando solenemente a própria informação da edição anterior, a *Folha* afirma que o ministro cubano chegaria ao Brasil ao meio-dia, viajando a bordo de um aparelho da aviação militar cubana e almoçaria com o prefeito Paulo de Tarso para, às 17:00 horas, entrevistar-se com Jânio Quadros; de acordo com a *Folha*, o regresso de Che à Cuba se daria no sábado.

A página cinco dedica especial atenção ao ministro Che Guevara, ainda em

meio à Conferência de Punta Del Este. No olho da matéria principal que fala do fim da conferência e da assinatura da Carta notifica-se que “(...) somente Ernesto Guevara, delegado de Cuba, não firmou a ‘Carta’ qualificada de obra revolucionária por Clemente Mariani (...)”. Outra notícia na mesma página, sob o título *Veemente Réplica de Dillon à Intervenção de Guevara*, fala de uma resposta “viva e imediata” do representante dos EUA ao discurso de Che que teria afirmado que a **Aliança para o Progresso** era também uma forma tácita de reconhecimento americano ao regime cubano e uma sinalização à possibilidade de convivência pacífica na América Latina. Dillon afirma que embora não tivesse a intenção de usar sua fala para isso, sentia-se obrigado a replicar a “inundação de mentiras e falsidades com que o governo de Cuba acusou o meu governo”. Dillon prossegue afirmando que “não reconhecemos e nem reconheceremos jamais a permanência do atual regime cubano” e acrescenta que os EUA estenderam várias vezes a mão à Revolução, mas que ela foi traída ao atirar-se nos braços de uma potência estrangeira a quem se chama agora de “República Socialista Irmã”.

Na justificativa de Che para a não assinatura da Carta, a *Folha* reproduz suas afirmações segundo as quais Cuba estaria fora da **Aliança** e ela seria um malogro “A Aliança é uma tentativa de buscar soluções para os problemas da América Latina no âmbito do Imperialismo econômico”. Che teria afirmado, também que a América Latina, com a **Aliança**, levaria quinhentos anos para alcançar os países industrializados.

É preciso esclarecer que o posicionamento aparentemente dubio de Che e Cuba com respeito à **Aliança para o Progresso** – que será motivo de questionamento por parte de *O Estado de São Paulo* – diz respeito a uma complexa conjuntura em que o recente pronunciamento do caráter socialista da Revolução Cubana, feito por Fidel após a invasão da Baía dos Porcos, tendia a aprofundar o isolamento cubano, especialmente em relação à América Latina. O que está em jogo, para Cuba, não é a ajuda oferecida pela **Aliança**, mas sim o reconhecimento do regime cubano pelos vizinhos, daí a preocupação de Che em acompanhar os trabalhos até o fim da Conferência e mostrar-se solícito e aberto. Seu pronunciamento final, em que alude a um reconhecimento implícito dos EUA ao regime cubano é a tentativa de, mesmo não integrando a **Aliança**, obter, com astúcia, a simpatia, ou ao menos a não hostilidade dos países da América Latina à opção cubana, já que os EUA não se mostravam incomodados.

A resposta de Dillon, que até então evitara polemizar com a delegação cubana, também demonstra a clareza dos objetivos americanos com respeito a Cuba, mais do que isso, no duelo diplomático, a despeito da habilidade de Che, prevalecerá o pragmatismo americano que reconhecendo a artimanha cubana apressa-se em fechar a porta evitando que o silêncio pudesse servir de endosso à fala de Che, o que deixaria o caminho aberto para as negociações bilaterais entre Cuba e cada

uma das nações participantes.

A *Folha*, que não apresenta análise nesse sentido, acaba por declarar seu alinhamento automático ao encaminhamento americano ao declarar “depois disso, o diálogo entre Cuba e as demais nações torna-se quase impossível”, como se fosse natural que sem a sinalização positiva da diplomacia americana, o regime cubano devesse permanecer isolado. O jornal conclui sob o pequeno título de uma nota *Tudo no marco Zero* que, para Che, os EUA continuam sendo os representantes do Imperialismo e da opressão econômica e que Cuba acabou isolada na votação sem conseguir quebrar a unidade latino-americana e sem conseguir impedir que os EUA saíssem com seu prestígio aumentado. Ao final o veículo mostra-se indulgente com Che ao definir como correta sua atuação na Conferência apesar do desfecho. O mesmo não se aplica a Fidel que segundo o jornal teve posicionamento radical e repudiável, atacando constantemente a iniciativa.

A capa de *O Estado de São Paulo* desse mesmo dia 18 traz a seguinte manchete: *Vinte Nações Americanas Concluem a “Aliança Para o Progresso”; Cuba Não Firmou a “Carta de Punta Del Este”*. A matéria reporta o fim da Conferência e a assinatura da Carta sem, contudo, prestar maiores esclarecimentos sobre a abstenção cubana e reproduz entre outras a fala de Douglas Dillon segundo a qual seu governo não pretende ajudar financeiramente Cuba enquanto o governo da ilha for controlado pela União Soviética. Na segunda página sim, uma matéria com o título: *Porque Cuba Não Participa da “Aliança Para o Progresso” – discursos de Guevara e Dillon*. Ao lado uma foto de Ernesto Guevara e outra de Douglas Dillon com a legenda: *um assinou, outro não*. A matéria possui exatamente o mesmo caráter da do jornal concorrente em que Guevara e Dillon enfrentam-se em termos retóricos, inclusive os trechos dos discursos reproduzidos são idênticos, a diferença está por conta do comentário do *Estado*: “o discurso de Dillon foi longamente aplaudido, ao contrário do de Guevara ao qual se seguiu um silêncio absoluto”. A legenda citada da foto, também parece reveladora do discurso publicitário anti-cubano presente nas entrelinhas do veículo “um assinou, o outro não”, falta apenas uma indagação sobre qual dos dois o leitor prefere, o do bem ou o do mal.

Também na página dois, *O Estado* traz que os documentos apresentados por Che durante a Conferência, implicando a Venezuela, são autênticos e que teriam sido roubados de autoridades americanas por grupos esquerdistas daquele país. O jornal também comenta a repercussão internacional da atuação de Che Guevara no Uruguai, destacando sob o título: *N. Y. Times* comenta o papel de Guevara em Punta Del Este, que o adido cubano demonstrou disposição para negociar e que seu maior apoiador foi o brasileiro Clemente Mariani; refere que segundo o inglês *The Observer*, Che foi o melhor orador do evento e que, segundo as agências internacionais “está roubando o espetáculo”, afirma ainda que o francês *Le Monde* ressaltou a atuação do ministro em seu editorial.

O Estado parece estar mais atento e bem informado sobre os episódios que envolvem Che Guevara. Uma notícia que a *Folha* não deu deixa isso bastante evidente: *Montevideu: incidente antes da Conferência de Che Guevara*. A notícia trata, porém, como um simples incidente, a invasão da universidade em que Che ministraria uma conferência, por homens armados e não identificados que ameaçam o chefe do pessoal administrativo e explodem no local uma bomba com “gases de mau cheiro”.

Nas notas editoriais da página três, *O Estado* ironiza o fato de Kruchev ter enviado também a Jânio a carta de catorze páginas com explicações sobre Berlin Oriental. A referida carta foi enviada aos países considerados não alinhados com os EUA. O jornal opina que tanto a carta quanto o discurso de Che Guevara no final da Conferência de Punta Del Este querem “justificar o injustificável” e “tapar o sol com a peneira”. É nesse espaço que o próprio jornal encarrega-se de responder para o leitor à pergunta formulada anteriormente como título sobre as razões de Cuba para não assinar a Carta “(...) não assinou porque ele, seu governo e seus patronos remotos, não querem que a América Latina se realize e alcance seus objetivos econômicos e sociais e não o querem porque onde há prosperidade não pode haver comunismo (...)”. O editorial prossegue afirmando ser inadmissível o que disse Fidel, segundo quem a América Latina não conseguiria na **Aliança** em dez anos o que Cuba conseguiu com a URSS em menos de doze meses. O mesmo serve para a fala de Guevara que afirmou que o incremento anual de 2,5% na renda *per capita* dos países da América Latina, proposto pela **Aliança**, é insignificante comparado com os 10% prometidos pelos comunistas para o bloco soviético. O veículo indaga o porque então das fugas nos países comunistas diante de promessa tão tentadora e aproveita para questionar também as razões da presença tão eloqüente e participativa de Che Guevara na Conferência já que ele sabia de antemão que não assinaria a Carta. Segundo *O Estado*, o objetivo era o de manter os equívocos, explorar “as tentativas generosas e inteligentes de mediação, torcendo-lhes o sentido; para erguer cortinas de ferro espirituais dentro deste continente (...)”. Na mesma página o jornal traz a agenda presidencial do dia 18 e nela está previsto o encontro de Che com o Jânio.

Na quinta página, numa entrevista, ao ser interrogado sobre a política externa de Jânio, Carlos Lacerda mostra-se preocupado com a preferência que se dá aos comunistas e afirma que a proximidade com eles não pode prescindir de muitos cuidados. Lacerda declara também que já brindou apoio a Fidel Castro, mas isso antes dele ser comunista. Nessa mesma página noticia-se que Jânio concedia o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul ao General Emir Fouad Chebab, presidente do Líbano.

Na página nove, *O Estado*, tal como a *Folha*, dedica espaço à convocatória de Fidel para a Campanha dos Abastecimentos, mas a campanha de alfabetização

é apenas mencionada. Na última página aparece a notícia da visita de Che: *Guevara deve avistar-se hoje a tarde com Quadros*. Curiosamente, apesar de confirmar para às 17:00h a entrevista e para às 12:00 horas sua chegada, o jornal afirma que “na hipótese de por qualquer motivo” o visitante chegar somente à tarde, o almoço oferecido pelo prefeito Paulo de Tarso seria convertido em jantar.

SÁBADO, 19 DE AGOSTO DE 1961.

“Guevara em Brasília; amanhã com Quadros”

O Estado traz em sua capa do dia 19 a notícia: *Guevara recebido por Frondizi*; segundo a matéria, o ministro cubano, “inesperadamente” encontrava-se na Argentina para uma entrevista com o presidente. O evento teria, segundo “fontes bem informadas” do jornal, provocado grande mal-estar entre os ministros militares que, inclusive ameaçaram renunciar, o que exigiu uma intervenção direta do presidente. Sabe-se que a visita de Che ao mandatário argentino foi feita a convite do próprio presidente, o que torna o termo “inesperadamente” empregado pelo *Estado*, apenas uma confissão de desapontamento por não conhecer uma agenda em que, aparentemente, estava empenhado.

Na segunda página, outra importante notícia sobre Che Guevara: *Montevideu: um morto em tiroteio após a palestra de Guevara*. A parcialidade do jornal fica patente sobremaneira nesse episódio. Na edição do dia anterior foi classificado como distúrbio a invasão da Universidade de Montevideu por homens armados que explodiram uma bomba. O que ocorre após a palestra ministrada por Guevara na referida Universidade é, categoricamente, um atentado contra a vida do ministro cubano e não apenas um tiroteio. Ao invés de tratar da maneira correta o evento, ou de, no mínimo apresentar como vítima quem de fato era o alvo dos tiros, *O Estado* prefere subverter descaradamente a ordem dos fatos para apresentar Che Guevara como o responsável em última instância pela morte do Professor Arbelio Ramirez, um de seus anfitriões. Para tanto atem-se a repercussão do fato no jornal uruguaio *El Pais da União Branca Democrática*, segundo o qual Che seria o “promotor de tragédias” e também no Conselho Nacional, onde o Conselheiro Nardone solicitou a classificação do guerrilheiro como *persona non grata* no Uruguai e César Betlle exigiu que abandonasse imediatamente o país. *O Estado* traz ainda, a declaração aprovada no Conselho:

“O Conselho Nacional do governo estabelece que não considera de acordo com as regras da hospitalidade diplomática outorgada a quem participa de uma reunião de caráter internacional, a participação dentro do país, em atos de evidente sentido político”.

Na agenda presidencial da página quatro, o jornal aponta a audiência de Che Guevara com Jânio Quadros para às 7:00 horas do mesmo dia. Na página de número sete, *O Estado* noticia que Washington concede asilo a 11 tripulantes de um navio cubano, dando voz a um deles: “As condições de vida ali são insustentáveis. Cuba é governada pelo comunismo e todas as liberdades individuais estão

suprimidas”. Em outra matéria, da mesma página, com o título: Trujillo Jr. teme uma revolução; o Estado dá a palavra ao general dominicano para que manifeste seu medo: “a revolução suscitaria um problema pior do que o de Cuba”.

Na página nove a notícia da chegada de Che Guevara ao Brasil: *Guevara em Brasília; amanhã com Quadros*. Lembremos que a notícia vem na edição do dia 19, portanto o encontro com Quadros seria “hoje” e não “amanhã”. Se não considerarmos a troca, fruto de simples engano ou descuido diante da confusa cronologia, já que Che chegou às 23:30h do dia 18 e a edição do dia 19 reporta a chegada, só poderemos pensar num uso malicioso da desculpável confusão para a obtenção de um efeito em que o amanhã ganha o valor de “no futuro”, sugerindo temor e dúvidas quanto ao devir no que diz respeito às relações de Che e Jânio. A hipótese poderia ser corroborada pelo processo de roteirização pelo qual, aparentemente, essa notícia passa, processo que não se verificou comum a outras matérias:

“(...) o campo (de pouso) apresentava um aspecto lúgubre: não havia holofotes e a única iluminação da pista era a dos faróis de automóveis, flashes dos fotógrafos e algumas lanternas (...) vestia uniforme de combate cor verde-clara e na cabeça levava uma boina preta (...) com gestos largos, por vezes indecisos, gaguejou um pouco antes de afirmar que não prestaria declarações (...)”.

De acordo com a reportagem, apesar de não querer conversar com a Imprensa, ainda na chegada respondeu a uma pergunta sobre se o desfecho da Conferência de Punta Del Este era mais ou menos do que aquilo que esperava, “Nós não esperávamos nada”. No apartamento 305 do Brasília Palace Hotel, Guevara conversou com um jornalista não identificado do *Estado*, a quem confessou estar “profundamente penalizado” pelo atentado de Montevidéu, que classificou como “atentadozinho” realizado por gente inexperiente que não sabe nada de atentados. Na mesma matéria há um subtítulo *Conversações* em que novamente especula-se sobre a natureza da conversa entre Che e Jânio, desta vez afirma-se que o principal assunto deve girar em torno dos cento e vinte cubanos asilados na Embaixada brasileira em Havana. Outro subtítulo *Condecoração* alude a decisão do presidente Jânio Quadros de conceder ao visitante a Grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. O jornal não tece nenhum comentário a respeito.

Ao lado da matéria sobre a chegada de Guevara, há outra intitulada: *Árdua escolha do Embaixador para Cuba*; nela afirma-se existirem na Embaixada não os cento e vinte refugiados da matéria ao lado, mas cento e cinqüenta; gerando, de acordo com o encarregado dos negócios do Brasil em Cuba, superlotação, problemas de abastecimento e higiene. O funcionário que vinha atuando como embaixador durante a vacância do cargo afirmou também que “nossa embaixada em

Havana é uma espécie de Berlin Ocidental”.

A *Folha de S.Paulo* do dia 19 não traz nenhuma notícia ou artigo sobre Che Guevara ou Cuba e prefere destacar em sua portada o êxodo da Alemanha Oriental: *Os refugiados somam hoje cerca de 25% da República Federal Alemã*. No dia 20, porém, traz na capa uma foto da condecoração de Che por Jânio e uma matéria com o título: *Jânio condecora Guevara*. Ao lado encontra-se a notícia de que *Éder manteve o título: nocauteando Ramón Arias*. No corpo da matéria sobre a condecoração a *Folha* informa que “a outorga (...) aliás, está suscitando críticas ao presidente da República, contribuindo inclusive, pelo que se adianta, para a crise política de que é figura central o sr. Carlos Lacerda”. Segundo a *Folha*, Che teria dito vir trazer “o testemunho do agradecimento do governo cubano pela posição do Brasil”, especialmente em Punta Del Este. O jornal noticia também seu almoço com o prefeito de Brasília, Paulo de Tarso e sua partida para Havana no mesmo sábado às 15:00h.

Uma grande matéria na segunda página trata da questão dos fuzilamentos em Cuba; sob o título *46 pessoas seriam fuziladas quinta-feira próxima em Cuba*, a *Folha* começa noticiando as condições das prisões, onde “morrem de fome, enfermidades e maus tratos milhares de cubanos que são tratados de forma desumana”; fala da escassez de alimentos na ilha “apesar das remessas da URSS e da China Comunista” e termina a matéria reproduzindo o apelo de organizações anti-cas-tristas feito ao presidente Jânio Quadros:

“A ditadura comunista de Fidel Castro continua fuzilando cubanos, porém de forma secreta, para evitar a crítica internacional. Este fato é perfeitamente conhecido pelos habitantes de Cuba, e foi informado a essas organizações cubanas por suas fontes de informação secreta, sem que haja dúvida alguma sobre isso (...). Solicitamos sua imediata intervenção (...) para ser evitada a continuação do derramamento de sangue em Cuba e para se salvar as vidas desses inocentes jovens, que dentro de poucas horas poderão estar diante do paredão de fuzilamento. O mundo inteiro e a História julgará sua intervenção justa e democrática em assunto de tão grande transcendência”.

DOMINGO, 20 DE AGOSTO DE 1961.

“Guevara em visita de cortesia a Jânio, condecorado com a Grã-cruz do Cruzeiro”

Ao contrário da edição do dia anterior em que nada saiu sobre Cuba, Fidel ou Che, a *Folha* do dia 20 está repleta de informações dessa natureza, o que sugere um represamento de pautas com vistas ao aproveitamento da grande pauta que era a visita de Che. É claro que as naturezas dessas pautas tenderam também a indiciar o olhar do leitor sobre o próprio episódio da condecoração noticiado no dia 20.

Na página três há uma entrevista feita por Ênio Pesce ao presidente Jânio Quadros quando esse encontrava-se na residência de verão de José Ermírio de Morais. Interrogado sobre onde e quando receberia Che Guevara, o presidente respondeu:

“– Recebi-o hoje em Brasília. Condecorei o ministro da indústria de Cuba com a Grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Considero-o uma das grandes figuras do Continente”.

E na mesma página sob o título: *Lacerda (após reunião com Jânio) ameaça renunciar*, uma matéria traz, no subtítulo: *Política Externa, a opinião do governador da Guanabara a esse respeito “absurda, perigosa e contrária o interesse nacional”*, Lacerda acrescenta considerar um “perigoso exagero, as manifestações de amizade e confraternização ultimamente freqüentes”, referindo-se especialmente às condecorações do aeronauta russo Yuri Gagarin e de Che Guevara. Ainda falando sobre a política externa do governo Jânio, Lacerda diz que “mereceria o repúdio do partido (UDN)”. Nessa mesma matéria, a *Folha* noticia a homenagem de Carlos Lacerda ao líder anti-castrista Manuel Verona; o cacique da UDN teria entregado a chave da cidade ao ex-primeiro ministro cubano no governo de Carlos Prío Socarrás, chamado pela *Folha* “Plínio Socarra” e o agradecimento do agraciado vem com as seguintes palavras reproduzidas na matéria:

“O Brasil precisa reafirmar suas liberdades democráticas (...) a liberdade e a democracia estão ameaçados no continente americano (...) o governador Carlos Lacerda interpreta o momento em que vive o Brasil ao tomar posição contra Fidel Castro (...) o Brasil está concedendo todos os instrumentos de liberdade ao comunismo e precisa voltar à sua posição de sustentáculo da democracia”.

É no seu editorial na página quatro, porém, que a *Folha de S. Paulo* definitivamente se entrincheira junto com *O Estado de São Paulo* no que diz respeito a

sua aversão a Cuba, Guevara e Cia. Com o subtítulo *Cuba de Fora*, os editorialistas afirmam não haver qualquer surpresa na decisão cubana de não assinar a Carta de Punta Del Este

“tão distante assim se encontra aquela nação dos ideais e procedimentos panamericanos, que surpresa teria havido, isso sim, se seu nome figurasse entre os dos signatários do documento que oficializa a Aliança Para o Progresso. Não assinando a Carta, Che Guevara, foi coerente. Mais coerente teria sido se nem comparecesse à reunião. Não pretendia o representante cubano falar a linguagem dos outros países da América (...) o que foi afinal o sr. Guevara fazer em Punta Del Este, a não ser tentar fomentar dissensões (...) Cuba foi transformada hoje inequivocamente em cabeça de ponte do comunismo no continente (...)”.

O editorial prossegue afirmando que provavelmente os demais países serão acusados por Cuba de serem lacaios, mas que, de qualquer forma a alternativa de emancipação oferecida por Cuba, baseada em “sangue, terror, violência e supressão das liberdades” não é uma alternativa; diz ainda:

“A equívoca presença de Cuba em Punta Del Este não teve, felizmente, maiores consequências. O revolucionário profissional que a representou alcançou, segundo parece, alguns instantes de brilho, mas não chegou a influir na decisão dos demais países. Assim, pois, apesar de Cuba, a América marcha para mais uma tentativa de resolver democraticamente seus problemas. Com uma única exceção, o Novo Mundo mostrou no Uruguai que quer progresso com liberdade, desenvolvimento com justiça social. 20 nações americanas mostraram acreditar que isso é possível. Apenas uma ficou de fora. Porque já fez a opção oposta.”

É ao lado desse editorial que aparece uma foto da entrevista coletiva concedida por Che Guevara em Brasília e a matéria com título: *Guevara em “visita de cortesia” a Jânio, condecorado com a Grã-cruz do Cruzeiro*. No olho da matéria a *Folha* reproduz a fala do ministro cubano, segundo a qual a posição do Brasil em Punta Del Este foi o maior fator para que Cuba fosse vista como país americano. A *Folha* reproduz também o diálogo ocorrido entre Che e Jânio por ocasião da condecoração:

Jânio Quadros:

“– Ministro Guevara: v. exa. manifestou em várias oportunidades o desejo de estreitar relações econômicas e culturais com o governo e o povo

brasileiros. Esse é o nosso propósito também. E é a deliberação que assumimos no contato com o governo e o povo cubanos. E para manifestar a v. exa., ao governo de Cuba e ao povo cubano, nosso apreço, nosso respeito, entregamos a v. exa. esta alta condecoração do povo e governo brasileiros.”

Ernesto Che Guevara:

“– Sr. Presidente: como revolucionário, estou profundamente honrado com essa distinção do governo e do povo brasileiros. Porém, não posso considerar nunca como uma condecoração pessoal, mas como uma condecoração ao povo e nossa revolução, e assim a comunicarei com as saudações desse povo que v.exa. pessoalmente representa. E a transmitirei com todo desejo de estreitar nossas relações.”

Posteriormente na entrevista que concedeu em seu apartamento, ao ser interrogado sobre a abstenção na assinatura da Carta de Punta Del Este, Che afirmou sobre a **Aliança** que:

“não resolverá nada”, “é ambígua quanto às necessidades dos países latino americanos e quanto ao que se poderá fazer ao seu benefício (...) vimos com simpatia aquela reunião, pois, pela primeira vez, Cuba teve apoio para manter sua posição de república americana. Antes estivemos sempre sós e de tal maneira agredidos, que só poderíamos agir de maneira violenta. Nesta conferência, a atitude do Brasil e também de outros países puderam evitar aquelas agressões pesadas e as tentativas de afastar Cuba do continente, mantendo-a isolada.”

A *Folha*, contudo, sem esconder suas preferências, se restringe aparentemente a reportar os acontecimentos da visita.

Embora comecem a ganhar espaço os ataques de Carlos Lacerda à política externa de Jânio e, de certo modo, seja possível notar uma escalada, ainda não está configurada plenamente nesse jornal a ilação que fará das Relações Exteriores o bode expiatório da nova oposição e, sendo assim, a condecoração de Che episódio tão simbólico e dúctil no que diz respeito ao pugilato que resulta em nocaute presidencial. Há uma crise política aberta envolvendo o governo Jânio e uma UDN que vê concretizadas suas previsões de orfandade com relação ao presidente e realiza sua peregrinação para o território da oposição. Embora tenha cargos no governo, a UDN não participa das decisões e Lacerda, principal responsável pelo apoio do partido à candidatura Jânio, encontrava-se agora em situação delicada junto a seus pares, já que foi fiador de um mau-pagador. Propostas de elabo-

ração de leis antitruste e de regulamentação de remessas de lucro para o exterior, além dos efeitos da instrução 204 da SUMOC que na prática desvalorizava a moeda em 50%, eram, na verdade, questões muito mais preocupantes e que exigiam de Lacerda, assumir a vanguarda da oposição. Sob o cajado desse Lacerda, especialmente insatisfeito com o que classifica o abandono da Guanabara pelo governo federal, e ao som de sua ladainha quanto ao irresponsável esquerdismo presidencial, a antiga e arenosa base de sustentação política do presidente vai ruindo e contribuindo para o isolamento do executivo e a conseqüente *paralysis* do governo, o que acaba por transformar-se em conflito aberto entre o executivo voluntarioso e o legislativo cioso de suas prerrogativas. As críticas de lado a lado, como já se viu, logo são traduzidas pela imprensa como um clima de incertezas quanto às instituições democráticas. O suposto risco de tais instituições confere à proximidade de Jânio com Che e os comunistas maior potencial de contaminação. A perseverança janista no trajeto *off road* escolhido para a diplomacia assombra e irrita a Imprensa que reage pronta e criticamente, reforçando e legitimando a argumentação lacerdista. É improvável que os temores, a antipatia e as críticas quanto ao viés esquerdista da política externa irradiados pela Imprensa não tenham encontrado alguma guarida junto ao público leitor. Mas é na edição do dia 20 de agosto de *O Estado de São Paulo* que a referida crise será agravada concretamente pela incorporação a ela do gesto presidencial de condecorar Ernesto Che Guevara com a Grã-cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

O Estado do dia 20 não traz na capa a condecoração de Che Guevara, mas seu editorial é bastante significativo, especialmente o trecho que se refere a “O Exagero das Condecorações”, que embora longo, não pode ser deixado de reproduzir integralmente aqui:

“(...) É um engano supor que nos referimos, censurando esse exagero a um fato banal sem maior significação no plano político. Porque ele constitui, quando mais não seja, um reflexo do pensamento, dos penhores, das atitudes do governo federal, e como tal, está longe de ser desprovido de importância. Poderá parecer – não é! – uma simples mania que se apossou da Presidência, estendendo-se ao Itamarati esse imoderado desejo de distribuir a três por dois crachás, fitas, fitinhas e rosetas a quantos perambulem pelas cercanias do Palácio da Alvorada. Tratar-se-ia, ainda assim, de uma inquietadora anormalidade, por não se conceber governo empolgado por mania dessa espécie. Mas fosse essa a explicação do fenômeno, menos graves seriam seus efeitos, que talvez se resumissem na simples desvalorização das comendas e condecorações como aquelas, de espúria origem, que aí vivem a ser arrematadas ao correr do martelo para enfeitar o peito dos arrivistas. Não

é esse o caso, porém, como se vê pelos motivos que já levaram alguns homens de projeção a fugir ao reconhecimento público de tais homenagens, quando não a recusá-las ostensivamente. Não foi apenas pela queda dos seu valor que isso se deu, mas pela significação que tomaram essas distinções, através das quais vem se desenvolvendo um processo de demagogia, porventura, mais danoso que os demais, por ultrapassar as fronteiras pátrias e ir expor no estrangeiro infantis habilidades políticas do governo federal.

Com as condecorações, normalmente torna público o país ou sua admiração pela obra de um homem eminente, ou seu reconhecimento pelos serviços prestados à nação ou à humanidade, por uma figura excepcional da política, das ciências, das artes, ou finalmente seu estímulo a alguém merecedor, pela envergadura de sua personalidade, desse incentivo. Ainda assim possui diversos graus cada ordem honorífica, podendo o governo dosar meticulosamente as distinções concedidas, porquanto não se trata de simples homenagem de um homem a outro homem, mas de uma autêntica interpretação, em sua complexidade, das aspirações coletivas.

São preocupações de que lamentavelmente se apartou, nesse campo, o governo da União. Com o que vem tornando inexpressivas, vazias de seu real sentido e recheadas de uma significação que as deslustra e desmerece, as condecorações a mancheias distribuídas, no seu máximo grau, sobretudo no exterior. Compreende-se como demonstração de cortesia e manifestação de amizade, a concessão dessa honraria a chefes de Estado, a membros de governo, a altas personalidades oficiais que nos visitem. São acontecimentos, de fato, denotadores do fortalecimento da amizade entre as nações. Já maior critério se exige, na distribuição de títulos a meros componentes de delegações comerciais e outras que por aqui passem no cumprimento de rotineiras missões. Cuidado que deve multiplicar-se em todos os outros casos de segundo relevo. Não é apenas por ascender, no seu país, ao governo, que um político se torna merecedor de homenagem do povo brasileiro. Se somente por essa causa lhe conferimos um título revelador de nossa homenagem, estaremos freqüentemente abdicando de nossos ideais em favor dos do adversário de nossas mais altas e puras convicções. E é isso, em última análise, que vem fazendo, consciente ou não, o governo Federal na distribuição de condecorações a granel, em particular a figuras de segundo porte de países pertencentes a blocos de nações contrárias àquele que integramos, como parte que somos do mundo livre, ou a inimigos declarados da democracia, como no caso específico do

ministro 'che' Guevara. E que significação tem a decisão do presidente da república de estender essa homenagem, indistintamente a todos os chefes de Estado africanos!! Por que, e em nome de quem essa discriminação, quando na Ásia, na Europa, na Oceania, nas Américas, pululam os países aos quais mais justificadamente exprimiríamos a nossa admiração, nosso reconhecimento, nossa amizade!! Do modo por que correm as coisas, neste particular, incidiremos no risco de ver um dia recusada uma homenagem dessas do governo brasileiro. Por se tratar a sua concessão de um gesto de pura demagogia, que como todos do governo costuma inverter a importância e o significado das coisas, engrandecendo homens sem estatura, enfunando ações insignificantes, elevando idéias rasteiras, premiando a própria impostura.”.

Com o objetivo de verificar a propriedade das preocupações dos editorialistas quanto a um possível exagero na oferta de reconhecimento por parte do presidente Jânio Quadros, ou até mesmo quanto a um uso desregulamentado de honorárias, cabem alguns esclarecimentos sobre a história e o funcionamento da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Sua origem remonta à antiga Ordem Imperial do Cruzeiro, criada por D. Pedro I em Dezembro de 1822, ocasião de sua aclamação, sagração e coroação como Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo. Extinta pela Constituição de 1891, foi restabelecida com nova denominação pelo Decreto 22.165, de 5 de Dezembro de 1932, do Presidente Getúlio Vargas. Anteriormente destinada a brasileiros e estrangeiros, em sua nova versão passou a restringir-se a estrangeiros. O Conselho da Ordem é integrado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Defesa e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores. O Presidente da República e o Ministro de Estado das Relações Exteriores são, respectivamente, o Grão-Mestre e o Chanceler da Ordem. O Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores é o Secretário da Ordem. Sua Chancelaria é o Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores no Palácio Itamaraty em Brasília. A Ordem compreende os seguintes graus: Grande Colar, Grã-Cruz – a que foi ofertada a Ernesto Che Guevara - Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. O Capítulo IV do Decreto que a institui, dispõe no seu parágrafo sexto:

A admissão e a promoção na Ordem obedecem ao seguinte critério:

Grande Colar – destinado exclusivamente a Chefes de Estado em circunstância que justifique esse especial agraciamento.

Grã-Cruz – a Chefes de Estado, Chefes de Governo, Príncipes das Casas Reinas, Presidente do Poder Legislativo, Presidentes das Cortes Supremas de Justiça, Ministros de Estado, Embaixadores, Governado-

res, Almirantes, Marechais, Marechais-do-Ar, Almirantes-de-Esquadra, Generais-de-Exército, Tenentes-Brigadeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Grande Oficialito – a Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários, Presidentes das Câmaras Legislativas, Presidentes de Tribunais de Justiça, Vice-Almirantes, Generais-de Divisão, Majores-Brigadeiros, Ministros-Conselheiros de Embaixada, e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Comenda – a Encarregados de Negócios efetivos, Conselheiros de Embaixada ou Legação, Membros de Parlamento e das Cortes de Justiça, Contra-Almirantes, Generais-de-Brigada, Brigadeiros-do-Ar, Cônsules-Gerais, Presidentes de Associações Literárias, Científicas ou Comerciais, Professores de Universidades, e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Oficial – a Primeiros Secretários de Embaixada ou Legação, Oficiais Superiores das Forças Armadas, Juízes de Primeira Instância, Promotores Públicos, Escritores, Artistas, Membros de Associações Literárias, Científicas ou Comerciais, Professores de Universidades, e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Cavaleiro – a Segundos e Terceiros Secretários de Embaixada ou Legação, Cônsules de carreira, Adidos civis, Oficiais das Forças Armadas, Professores de curso secundário, Artistas, Desportistas, e outras personalidades de hierarquia equivalente.

E no capítulo sétimo, sobre as nomeações, artigos 16 e 17:

As nomeações para a Ordem são feitas por Decreto do Presidente da República, na qualidade de Grão-Mestre, referendadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, depois de as respectivas propostas serem aprovadas pelo Conselho da Ordem.

Lavrado o Decreto de nomeação, o Ministro de Estado das Relações Exteriores manda expedir o competente diploma, que é assinado por ele ou pelo Chefe do Cerimonial, na qualidade de Secretário da Ordem. As queixas do jornal, portanto, tecnicamente não podiam ir mesmo além do que foram e em alguns momentos chegam a perder respaldo legal, uma vez que as condecorações de Jânio embora pudessem ser julgadas inconvenientes pelo veículo não exacerbaram as prerrogativas do Grão-Mestre.

Ainda que o editorial do *Estado*, nesse dia, tenha deixado absolutamente claro o desapontamento com respeito à condecoração de Che, não é nesse espaço que

o jornal oferta sua maior contribuição para que a repercussão da condecoração tenha corroborado com a renúncia de Jânio. Ao lado do editorial, na mesma página três, *O Estado* publicou uma matéria de três colunas no alto esquerdo da página com o título: *Lacerda ameaça romper com Quadros e renunciar: a crise é contornada pelo presidente*. Segue assim a notícia no aspecto que interesse a esse estudo:

"(...) A chegada a Brasília dos srs. Carlos Lacerda e 'Che' Guevara parece ter precipitado a crise que vinha se esboçando nos bastidores, há alguns dias, abrindo margem a farto noticiário ao qual não faltaram rumores alarmantes. A visita do ministro cubano, condecorado pelo sr. Jânio Quadros (ver noticiário em outro local), teria provocado forte reação de setores militares com a ocorrência de incidentes desagradáveis. Assim é que se assegura ter a guarda do Palácio do Planalto se recusado a prestar continência ao revolucionário cubano, criando problema que foi resolvido com dificuldade, após gestões promovidas pelos srs. Pedro Geraldo de Almeida e Pedroso Horta, ministro da justiça.

Os meios oficiais negam veracidade a tais notícias, ou se recusam a comentá-las (...)."

O Estado prossegue

"(...) quanto ao descontentamento de círculos militares, desmentido oficialmente, são apontados vários indícios de sua existência, como seria a circunstância de nenhum oficial ter comparecido à cerimônia em que o sr. Guevara foi condecorado. Nem mesmo o general Pedro Geraldo de Almeida, chefe da Casa Militar, ali esteve – parecendo essa ausência bastante sintomática, pois sempre foi assíduo a tais cerimônias."

A viagem do sr. Lacerda a Brasília terminara em completo malogro, uma vez que o desentendimento entre ele e o presidente da República se agravou sobremaneira (...) afirmou ter-se convencido da impossibilidade de qualquer convivência com o sr. Jânio Quadros, disse que tão logo chegasse ao Rio, renunciaria ao governo, libertando-se para uma ação política de envergadura, à qual entende não mais poder fugir (...)."

A matéria continua tratando do descontentamento de Lacerda e de sua preocupação com a perda de prestígio dos parlamentares udenistas e de sua apatia quanto aos desmandos do governo, registra o seu temor quando ao destino da democracia diante de um "clamor popular" existente, segundo Lacerda, contra o Poder Legislativo. Verifica-se, contudo, desde o início da notícia, uma associação superestimada entre a crise Lacerda x Jânio e a visita de Che. O jornal, ao tratar

primeiro do suposto mal-estar no Exército por conta da condecoração do ministro, para depois abordar o acirramento da crise entre o governador e o presidente, cria um elo direto entre as duas coisas, que é reforçado pelo calço que jornal dá aos conhecidos argumentos lacerdistas contra a política externa do governo

"Acima de tudo preocupa-se – segundo afirmativas por ele próprio feitas – com o desenvolvimento da política externa do sr. Jânio Quadros, a qual já teria deixado de ser independente para tornar-se contrária, ou pelo menos, inconveniente ao mundo não socialista.

Não é mais, segundo o sr. Lacerda, uma política de neutralidade, de interesse do País, mas uma verdadeira opção em favor do bloco comunista. A mensagem do presidente ao 'premier' Kruchev e principalmente a atribuição da mais alta condecoração brasileira a 'Che' Guevara, no instante em que o delegado cubano se recusou a assinar a Carta de Punta Del Este, se afiguram ao sr. Carlos Lacerda, como uma clara definição antiamericana, uma violenta guinada para a esquerda que contraria a linha tradicional da política brasileira e não pode mais ser engolida em silêncio, mas reclama uma cruzada de esclarecimento e de reação."

Ora, sabe-se que na ocasião, existe também um vigoroso combate interno na UDN em que um grupo conhecido como "Bossa Nova" e considerado de centro esquerda, ameaça escapar do controle de Lacerda, o que novamente faz, do ataque visceral e alarmista à política externa de Jânio uma estratégia útil no sentido de identificar com o comunismo, qualquer simpatia por ela. A matéria retorna a questão da suposta crise militar, acrescentando que uma alta patente do exército, que ocupava posto proeminente no governo, confidenciara ao jornal sua apreensão e sua perplexidade com o episódio de Che Guevara. Na seqüência dessa informação, maliciosamente confundida com a opinião da fonte, retumba a voz do próprio jornal:

"(...) o sr. Jânio Quadros estava hoje entre as pontas de um dilema: ou levava longe demais sua manobra de aproximação com o grupo da esquerda, ou então estava realmente sendo sincero na sua política externa. Nesse caso, nada mais dele se pode esperar."

Apenas no final da matéria, com o subtítulo *Uma versão* é que o jornal descreve o incidente ocorrido em Brasília entre Lacerda e Jânio e que, certamente contribuiu de forma mais direta para a elevação do tom das críticas do governador da Guanabara. O governador foi a Brasília para se entrevistar com o presidente, foi hospedado no Palácio da Alvorada, jantaria com o Jânio e na manhã seguinte

acompanharia o presidente até Vitória do Espírito Santo. Lacerda sai do Alvorada para um encontro com o Ministro da Justiça Pedroso Horta, passa algumas horas com o ministro numa conversa cujo teor não se conhece exatamente, a não ser pela versão de Lacerda levada ao ar no dia 24 de Agosto pela *TV Rio*. Quando retorna ao Palácio, Lacerda encontra sua mala refeita – uma vez que chegou a desfaze-la no aposento de hóspedes – e a espera dele na portaria, onde é notificado que o presidente já se encontrava dormindo, que um quarto do Hotel Nacional havia sido reservado para o governador e que ele não integraria a comitiva presidencial na viagem para Vitória. Não existem dúvidas quanto ao fato de que – dado o consagrado temperamento do “Corvo” como foi apelidado Lacerda – essa descortesia e demonstração indelével de indiferença política, deixaram marcas mais profundas no governador do que a condecoração de Guevara, embora, obviamente, não tivesse, nem de longe, o mesmo potencial de espetacularização e de favorável conversão política. *O Estado*, entretanto, afirma que após insistentes conversas do presidente com o governador, a crise havia sido superada e Lacerda demovido de seu ímpeto renunciista.

Quando, pela manhã, Che Guevara está se dirigindo ao encontro com o Jânio, Lacerda já está a caminho do Rio de Janeiro frustrado nos seus intentos, fossem eles quais fossem. Portanto, a visita de Guevara e a crise tratada pelo jornal não possuem superfície de contato, a não ser no campo das representações, vale dizer que a imprensa ocupa papel de suma relevância, e *O Estado* em especial, ao se antecipar em classificar o gesto da condecoração como a gota d’água da relação entre o governo e a oposição direita. Não se pretende, com essa análise, atribuir à Imprensa, um papel inocente, crédulo ou coadjuvante face a uma oposição que apenas faz uso dos palanques criados pela política externa do governo, sem a temer de verdade. Pelo contrário, acredita-se mais na hipótese de que, ao invés de ter sido pautada por ela, tenha a Imprensa ofertado a oposição um campo fértil para um discurso eficiente.

Na página três, *O Estado* noticia a proposta do Partido Democrata Cristão, o de origem do presidente, de incluir nos seus estatutos o apoio incondicional à Revolução Cubana e reproduz os argumentos dos proponentes onde estão presentes violentas críticas ao imperialismo americano; questionamentos sobre o valor da democracia brasileira, e defesas da história e do regime cubanos. Praticamente incrustadas nessa matéria encontram-se notícias sobre as missões brasileiras a países socialistas e elogios de setores da esquerda brasileira ao presidente Jânio.

TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1961.

“A gota d’água”

Na segunda página da edição do dia 22 de Agosto, terça-feira, *O Estado* noticiou: *Cuba estaria disposta a reintegrar-se na comunidade ocidental*, informando automaticamente o leitor de que efetivamente trata-se de uma nação que não pertence a essa comunidade. A matéria citando os argentinos *Clarín* e *Correo de la Tarde* afirma que o encontro do presidente Frondizi com Guevara, solicitado pelo último, tinha na perspectiva do presidente argentino, tentar reconduzir Cuba para o seio da “família ocidental”. Essa teria sido a justificativa de Frondizi que provocou a distensão com os setores inflamados das forças armadas argentinas. O presidente, segundo o *Clarín*, citado pelo *Estado*, teria sentido muita disposição de Guevara a um entendimento com os Estados Unidos e chegou a ouvir do ministro a confissão de que a situação em Cuba era dramática quanto à reserva de produtos alimentícios. Frondizi teria, finalmente, indicado a Che o caminho da recondução de Cuba à comunidade:

“**1)** romper qualquer ligação de natureza política ou militar com o regime comunista soviético; **2)** restabelecer o regime representativo em Cuba; e **3)** não tentar atos de penetração ou subversão na América Latina”.

Com a clareza de propósitos e firmeza de ação atribuídos ao presidente argentino em relação ao episódio de seu encontro com Che, parece que seu colega brasileiro se queda em maus lençóis, isolado em uma postura completamente diferente e injustificável.

Num editorial ameaçador em que o jornal exorta o presidente Jânio Quadros a retomar o caminho do respeito às instituições, reaparece a questão da política externa: “E para coroar a confusão do país, a gravíssima crise que aí está, deliberou o chefe do executivo arrastar o Brasil a uma aventura exterior sem precedentes nos anais da nacionalidade”. Na página três, ao lado do editorial, com absoluto destaque *O Estado* traz: *A UDN poderá voltar à oposição; também no PSD foi condenada a condecoração a Ernesto Guevara*. De todos os títulos analisados até o momento, esse parece o mais importante no sentido do que se pretende demonstrar nesse estudo: que a condecoração de Che foi o ato presidencial que custou o mandato de Jânio; não pelo seu real significado, mas pelo uso conjunto dele tanto pela oposição, quanto pela Imprensa, o que contribuiu para aniquilar simultaneamente sua base parlamentar e seu carisma junto ao povo brasileiro. O termo “também” no título faz crer que a possibilidade da UDN voltar à oposição está diretamente vinculada a uma condenação generalizada pelo partido da

condecoração de Che Guevara; lendo a matéria o que se percebe, no entanto, é que as insatisfações apresentadas pelos quadros da UDN não evidenciam, salvo num caso ou noutro, qualquer vínculo direto com o episódio da condecoração, embora não se deixe de tocar na questão da política externa como um ponto explícito de discordância. As declarações dizem mais respeito a uma espécie de limbo político em que se encontra a UDN, que nem é oposição e nem é governo e que não tem como superar a situação por vontade própria, a não ser tomando o rumo da oposição. Algumas críticas ao gesto presidencial foram sim formuladas por membros da UDN, é o caso do senador padre Calazans que teve elogios a Lacerda e disse que a condecoração era ato que humilhava a nação, pois se condecorava um bandido. No PSD, pelo que diz a matéria, existe apenas um clima de apreensão com respeito aos desentendimentos entre Jânio e Lacerda, desentendimento que, lembremos, foi dado como sanado pelo próprio jornal na edição anterior. Também entre membros do PSD *O Estado* colhe depoimentos contra a condecoração, o ex-líder de JK na Câmara, Deputado Abelardo Jurema diria segundo a matéria que

“de um modo geral, a atitude do presidente da República, homenageando o líder revolucionário cubano, surpreendeu o povo brasileiro, que não ignora a atuação esquerdista de Guevara e que, por isso mesmo, não concorda que ele tenha recebido a maior das condecorações do governo brasileiro”.

No centro superior da página quatro, *O Estado* apresenta uma charge intitulada “Gratidão” em que Jânio condecora Guevara com uma medalha, mas mantém uma das mãos atrás das costas com um papel enrolado onde se lê: *Auxílio Norte-americano*. Ao lado da charge há uma longa matéria sobre as discussões do plenário da Câmara que tem a política externa e a crise Lacerda x Jânio como principal mote. Destaca-se a intervenção do deputado petebista pelo Amazonas, Almino Afonso, que lembra o verdadeiro estopim da crise, ao citar o episódio da mala de Lacerda sendo deixada na portaria do Alvorada: “uma questão assim praticamente doméstica teria sido a razão inicial da crise do governo (...)”. Quanto à ameaça de renúncia por Lacerda o deputado fez uma fala profética:

“o sr. Jânio Quadros já deu aula ao País de como se renuncia e em seguida se renuncia a renúncia”.

Após enumerar os problemas administrativos do estado da Guanabara, Almino Afonso apontou como explicação para a ameaça de renúncia de Lacerda, sua incapacidade de dar solução aos problemas apresentados e a necessidade de criar

uma crise que lhe permitisse uma saída honrosa. A condecoração de Che é citada, mas sempre como excesso de uma política externa equivocada. Em outra matéria na mesma página, sob o título *A política exterior agita a Assembléia, O Estado* transfere para São Paulo o debate nacional e afirma, sem qualquer ilustração que

"A entrega a Ernesto Guevara da mais alta condecoração nacional serviu de tema a violenta crítica ao chefe da Nação, apontado da tribuna como comunista, não somente em face de suas últimas atitudes como, também, em vista de posições que assumiu no passado quando vereador e deputado."

A página nove do *Estado* é praticamente inteira dedicada a reproduzir um discurso de Carlos Lacerda feito na abertura do V Congresso Continental da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores. A frase do governador, escolhida para o título da matéria foi *Hoje, situa-se à esquerda o reacionarismo*. A matéria inicia ressaltando que Lacerda discursou

"chamando de suicida a política externa do presidente Jânio Quadros e dizendo que não deseja que 'as esperanças do povo brasileiro, nitidamente afirmadas em lutas sucessivas, sejam frustradas e desviadas de seus objetivos por uma política de capitulações sucessivas com as tiranias comunistas."

O Estado destaca também, na página onze, a atitude do presidente Frondizi que se dirigiria à nação argentina para justificar a recepção dada a Che Guevara e afirmar que sua visita "não altera a posição argentina perante Cuba e o comunismo". Após reproduzir uma matéria publicada na Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, em que novamente a política externa é alvo de críticas ferozes, na última página, *O Estado* abre espaço para dar voz à Ação Democrática Parlamentar que protesta veementemente contra a condecoração de Che Guevara.

A *Folha* da mesma terça-feira, 22, trouxe a seguinte manchete: *O Governo não Alterará a Política Externa, Proclama o Presidente JQ – Porta-voz oficial diz que 'com ou sem Lacerda' serão mantidos os rumos atuais*. O olho da matéria reproduz a fala de Jânio segundo a qual *o governo não reexaminará o que está certo e seguirá nos rumos que traçou, porque são os que consultam aos interesses da nação*. Na mesma matéria fontes do governo afirmam que não houve crise alguma e que o governo, ao contrário do que chegou a ser insinuado pela imprensa, sequer pensou na possibilidade de alterar os rumos de sua política externa afim de minimizar algo que não existiu. Num box ao lado da matéria é noticiado que, para Lacerda, a possibilidade de sua renúncia não só é concreta, como já tem dia marcado. As gestões de

Jânio, portanto, não tinham surtido o efeito de amainar o problema existente entre ele e o governador. Vale lembrar que após o episódio da mala e das condecorações, Jânio retorna de Vitória passando pelo Rio e conferenciando com Lacerda no Palácio das Laranjeiras.

Na segunda página, a *Folha* também trata do encontro de Che com Frondizi, e concorda com *O Estado* no que diz respeito ao que foi conversado entre ambos, ou seja, o desejo de Cuba negociar com os Estados Unidos. Nessa mesma página há também uma notícia sobre protestos em Santiado de Cuba contra o julgamento de estudantes cubanos. Toda a página três do jornal está dedicada à questão da crise entre Lacerda e Jânio; uma das matérias traz como título *O governador Lacerda considera a situação “ainda tensa e grave”*; outra: *A UDN fortalece-se para apoiar e conter o presidente*; outra ainda: *Dirigentes da UDN: crise “definitivamente superada”*; nessa última, um trecho com o subtítulo *A UDN mantém voto*, merece destaque:

“A Situação da UDN permanece a mesma: o partido não retirará o voto de apoio e solidariedade com que há cerca de dois meses (com apenas um voto contra e uma restrição) concedeu à política exterior do governo. A maioria dos udenistas concorda com o reatamento de relações com os países comunistas, com a dinamização da política exterior, e reconhecem a necessidade da ampliação dos mercados comerciais exteriores. Faz, apenas, restrições aos ‘excessos praticados pelo governo, sem rendimento para a nação’, como são consideradas as comendas oferecidas a membros da missão soviética de boa vontade, ao astronauta Yuri Gagarin e ao ministro cubano ‘Che’ Guevara.”.

Essa nota, nesse momento da crise é bastante reveladora do quanto a política externa e a condecoração de Guevara, foram mais e respectivamente pretexto e oportunidade, do que razões de fato para uma comoção anti-janista. Em linhas gerais e eventualmente por interesses de maior participação no governo, nem o conservadorismo da UDN mostrou-se efetivamente aterrorizado com a condecoração de Che, em si, mantendo-se objetiva e politicamente disposto a continuar sustentando o governo em sua política externa. Ao que parece, mais uma vez, a gravidade do episódio só será construída pela ação conjunta de um personagem tão hábil quanto Jânio na criação de fatos políticos, que é Carlos Lacerda, e da Imprensa, que vai se revelando cada vez mais, o grande aparelho ideológico do capitalismo entrincheirado e realmente convencido da luta anti-comunista em todos os níveis. Em outras palavras se a condecoração não foi em si, evento de grande significação, foi para Lacerda um palanque impreterível e para a Imprensa, para o campo simbólico, um gesto de conseqüências perigosas e

passível de punição imediata e exemplar. O editorial da *Folha* nesse dia, não deixa dúvidas e também precisa ser transcrito na íntegra, apesar de longo:

"A Gota D'água

São na essência inteiramente procedentes as críticas do sr. Carlos Lacerda à política exterior do governo federal. Descontados ainda os arroubos e excessos, característicos da personalidade do governador da Guanabara, suas demonstrações de desacordo em relação aos caminhos perigosos que o Brasil vem trilhando, no setor internacional, correspondem ao que pensa a opinião pública do país, não entorpecida pela propaganda comunista.

Já se disse aqui, em editorial recente, e vale a pena repetir: o erro do sr. Jânio Quadros não está em comerciar com a URSS e outros países socialistas, nem de estabelecer relações diplomáticas com eles. Erra, entretanto, o presidente, na insistência com que pratica atos, de importância secundária, mas no conjunto revelam despreço por países líderes do bloco ocidental, e ao mesmo tempo inequívoca e exagerada simpatia pelos vermelhos. É escusado relacionar aqui, de novo, tais atos. Basta lembrar o último deles – a concessão de Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a 'Che' Guevara – e que parece ter sido a gota que fez entornar o copo d'água no caso do sr. Lacerda.

A mania de condecorações parece, de fato, ter-se apossado do sr. Jânio Quadros. É sintomático que a maioria delas, nos últimos tempos, tenha sido concedida a personalidades estrangeiras comunistas. Tolerou-se – embora se estranhasse – a liberdade com que o chefe da nação agraciou com a mais alta condecoração nacional diversos membros da missão soviética de boa-vontade que há pouco nos visitou. Compreendeu-se que o cosmonauta Gagarin recebesse a Comenda do Mérito Aeronáutico. Mas é positivamente indesculpável a concessão do Cruzeiro do Sul a "Che" Guevara. Nenhum relevante serviço ao país prestou o ministro cubano. Ainda agora no Uruguai, manifestou-se contra o auxílio norte-americano ao Nordeste brasileiro. Deixou de assinar a 'Carta de Punta Del Este', firmada por todas as demais nações lá presentes, inclusive o Brasil. Sua condição de ministro do regime de Fidel Castro não esconde a verdade de que é um agitador internacional, um comunista declarado, divorciado portanto dos ideais cristãos e pacifistas do povo brasileiro. Condecorá-lo é, literalmente, um acinte.

A falta de uma oposição com a coragem de denunciar vigorosamente as distorções da política externa brasileira, coube ao sr. Lacerda fazê-la. Nesse passo, como em quase todos os demais de sua vida pública, não

soube portar-se com o senso da medida indispensável. Foi a extremos, como de seu hábito. Ameaça renunciar a um cargo que, afinal, não depende da confiança do presidente da República. Dispõe-se a abrir mão de um mandato popular que apenas iniciara, e no qual não conseguiu ainda realizar quase nada em benefício de sua coletividade. Mas lamenta-se sobretudo a causa última dessa crise: a série de atos com que o presidente facilita o jogo do comunismo internacional e dos comunistas internos.”

O editorial da *Folha* é uma peça chave no processo citado anteriormente de ilação falaciosa entre a crise Lacerda x Jânio e a condecoração de Che Guevara. A idéia de gota d’água que faz transbordar a taça de Lacerda não se sustenta, senão para o próprio jornal, o que fica evidente em outra passagem do editorial “(...) estranhou-se (...) compreendeu-se (...) mas é positivamente indesculpável (...)”. A *Folha*, aqui, com operações de prestidigitação, faz parecer, como se depreende do último parágrafo, que Lacerda ameaçava renunciar ao governo da Guanabara por conta dos perigosos desatinos presidenciais diante do comunismo, que teriam na condecoração de Che seu ápice. Mesmo tentando se resguardar através da crítica aos excessos do governador Lacerda, é curioso notar que o jornal, em certo momento, deixa entrever a fragilidade de sua tese ao lembrar que o governo da Guanabara não é um cargo da confiança da presidência, o que, a despeito de seu conhecido ímpeto, tornaria absolutamente inexplicável a renúncia de Lacerda por conta de uma crise que tem como causa última “a série de atos com que o presidente facilita o jogo do comunismo internacional e dos comunistas internos”.

Na mesma página de seu editorial, na seção *Política na opinião alheia* a *Folha* ainda publica nesse dia 22, do *Diário de Notícias*:

“O ato do presidente Jânio Quadros concedendo a Ordem do Cruzeiro do Sul ao comunista Ernesto Guevara reveste-se de um caráter de afronta aos sentimentos democráticos do povo brasileiro e à consciência política de toda a América”;

do *Correio da Manhã*:

“Aquele fato não significa grande coisa e talvez nada. É costume condecorar ministros e embaixadores, sem consideração da pessoa, da geografia e, sobretudo, sem consideração do mérito. (...). Significa sim, que o governo do Brasil considera o atual governo de Cuba como um fato. Mas isso não é nada de novo.”;

de *O Globo*:

"Assim já é demais, colocar no peito do falso cubano e autêntico comunista o emblema da Cruz de Cristo é um acinte que não expressa a vontade da nação... uma agressão aos sentimentos e ideais do povo brasileiro";

e da dissonante *Última Hora*:

"Nota dez ao sr. Jânio Quadros por ter condecorado 'Che' Guevara, em mais uma demonstração ostensiva de que é mesmo para valer a posição simpática do governo brasileiro para com o povo e o governo cubano."

O jornal, tal qual *O Estado*, noticia os debates na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e no Senado Federal, onde a questão da política externa é, evidentemente, lembrada. Da mesma forma, a proposta de inclusão da cláusula de apoio a Revolução Cubana nos estatutos do Partido Democrata Cristão, defendida entre outros por Plínio de Arruda Sampaio, também ganhou espaço na *Folha* que preferiu um tom mais analítico e menos determinista, o que se percebe, inclusive, pelo título da notícia quando comparado ao trazido pelo outro jornal: *Cuba provoca crise no PDC*.

QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1961.

“Jânio reafirma que manterá a política externa; Lacerda diz que o Brasil vai mal”

A edição da *Folha* de quarta-feira, 23, continua enfatizando a crise entre Lacerda e Jânio sem, contudo, apresentar fatos novos a não ser a repercussão da própria crise, num efeito de agendamento do debate político e de conseqüente ampliação exponencial do problema cuja seriedade vai sendo agravada com o passar dos dias. Em São Paulo, a *Folha* afirma que Lacerda teria dito “o Brasil vai mal, pois poderá cair nas mãos dos russos se a política externa não for revista”. Na capa o jornal traz um chapéu elucidativo: *Jânio Reitera seu propósito de manter a atual política externa* e uma foto em que Lacerda aparece exaltado em meio a um discurso; sob a foto, o jornal reforça o chapéu com a matéria intitulada *Jânio reafirma que manterá a política externa; Lacerda diz que o Brasil vai mal*. Ainda na capa, uma matéria trata do julgamento dos estudantes cubanos acusados de ações subversivas e, na mesma matéria é noticiada a decisão do governo cubano de criar uma espécie de “loteria da carne”, através da qual se faria um sorteio dos bairros e das famílias que receberiam carne no sistema de racionamento criado pelo estado socialista diante da crise de desabastecimento.

Na segunda página da edição, a *Folha de S.Paulo* reproduz a repercussão internacional da política externa de Jânio, citando o francês *Le Monde*, para o qual

“JQ arrasta-se numa direção da qual lhe será difícil desviar-se (...) É possível que os Estados Unidos tenham atuado já bastante tarde para impedir que os principais países da América Latina, chefiados pelo Brasil, acompanhem o exemplo cubano e realizem uma política orientada por Moscou”;

e o *Le Figaro* que apresenta Brasília como “a castrista” e o Rio como “a anti-castrista”. Alguns dados divulgados, porém, pela mesma *Folha*, insistem em mostrar uma outra realidade objetiva com relação à suposta gravidade dos atos diplomáticos de Jânio:

“Apoio dos governadores – Os dez governadores estaduais que se reuniram em Brasília para assistir à cerimônia inaugural da Campanha Nacional de Alfabetização hipotecaram solidariedade ao chefe do governo, esta tarde, pelos rumos que vem imprimindo à política exterior do país”.

Em outra nota, a *Folha* afirma que o PSD sente a

“necessidade de um pronunciamento urgente sobre a política exterior (...) para que o partido não se veja depois obrigado a uma opção entre Jânio e Lacerda”.

Mesmo assim o jornal faz seu editorial solicitando no título *Preserve-se a Ordem Pública*, o que, face a inocuidade da conclamação naquele momento, quase soa como o inverso.

O Estado de São Paulo, no dia 23, também traz um editorial importante no sentido de promover a conexão direta entre a crise em voga e a condecoração de Ernesto Che Guevara. Com o título *A crise se acentua* o editorial coloca a questão da seguinte maneira:

“Tanto na Câmara e no Senado Federais, como nas Assembléias Legislativas dos Estados e na Imprensa e, de um modo geral, em todos os órgãos (?) da opinião pública nacional, tem repercutido indistintamente o incidente ultimamente surgido entre o sr. Presidente da República e o governador do Estado da Guanabara. A causa, como todo mundo sabe, do quase rompimento entre o sr. Carlos Lacerda e o sr. Jânio Quadros, reside na divergência que aquele líder udenista sempre manifestou contra a política de aproximação do Brasil com as nações comunistas, política para que o chefe do executivo nacional vem pendendo cada vez mais desde os primeiros dias de governo. Essa divergência agravou-se ao ponto de criar uma crise de proporções nacionais quando s. exa., o Presidente da República, tomou a estranha deliberação de conceder o mais alto grau da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao (ilegível) internacional que dá pelo nome de ‘Che’ Guevara, considerando a distinção conferida ao chefe da delegação cubana à Conferência de Punta Del Este um acinte à dignidade brasileira, o governador da Guanabara dispôs-se a ir até a renúncia do alto cargo eletivo que desempenha (...)”.

Num outro espaço editorial da mesma página, *O Estado* analisa detalhadamente a situação de cada um dos principais partidos no seu relacionamento com o Executivo; classifica o PSD, como fisiológico e sempre disposto a negociar; desqualifica o PTB como oposição, lembrando a sua presença no governo e, praticamente conclama a UDN à oposição, mesmo tendo ela sido a principal entusiasta da candidatura Jânio:

“O dilema da UDN é angustioso. Temos disso plena consciência. Mas as

tradições do partido, o seu indefectível apego aos ideais democráticos colocam-no perante a necessidade de uma opção (...)".

O Estado, assim como a *Folha*, traz, ainda na página dos editoriais a repercussão da política externa brasileira na imprensa internacional. Os jornais e trechos citados, são exatamente os mesmos apresentados pela *Folha*. Na última página dessa edição, *O Estado* parece exacerbar seu alarmismo e, assim contribuir de maneira insofismável com os acontecimentos que envolvem a renúncia de Jânio, especialmente no que diz respeito ao ocaso do seu carisma e conseqüente não mobilização popular. Em matéria de quatro colunas e página inteira, *O Estado* traz a seguinte manchete *Lacerda adverte a nação: em 1937 também foi assim*, numa referência explícita ao golpe de Getúlio Vargas e a instauração da ditadura do Estado Novo.

QUINTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1961.

“Hora de definições”

No dia 24, véspera da renúncia de Jânio e último da análise a que se propõe esse estudo, *O Estado* publica uma matéria na página dois ainda sobre a visita relâmpago de Che Guevara a Frondizi na Argentina, o título afirma: *Frondizi não teria conseguido desfazer a inquietação criada pela visita de ‘Che’ Guevara*. Há também, nessa edição a reprodução de um plano de quatro pontos de Prio Socarrás para derubar Fidel Castro e a notícia de que os estados do Pernambuco e Mato Grosso condenaram a condecoração de Che, o primeiro aprovando uma resolução que o tornava *persona non grata* no estado e o segundo votando uma moção de protesto contra o ato. Mas a ênfase da cobertura, agora parece ser o rearranjo das forças políticas e militares que, diante do episódio da condecoração precisam definir posição. As possibilidades que aparentemente são ofertadas pelo Estado são a de oposição ao governo ou a de mais oposição ao governo, seja lá o que isso signifique. Na última página, novamente é dada a palavra a Carlos Lacerda que faz um preâmbulo do gesto que na mesma noite vai pesar definitivamente na decisão de Jânio pela renúncia: uma entrevista para a *TV Rio* onde Lacerda denuncia a certeza de um golpe em curso. O título da matéria é *Lacerda: o Rio é a sentinela que pode divisar os perigos*.

A *Folha de S. Paulo*, exatamente na mesma linha do *Estado*, em seu editorial do dia 24, ainda é mais explícita:

“Hora de Definições – O que a política interna do presidente ainda não conseguira, a externa parece que começa a fazê-lo: a polarização de forças a favor do governo ou contra ele. Normalmente, essa definição deveria ter-se processado através dos partidos, dentro e fora do Congresso. O fato, porém, é que as nossas agremiações partidárias, em especial as grandes, ainda não se refizeram da perplexidade a que os resultados do pleito presidencial do ano passado as lançaram: de um lado, a UDN não se ajustou ao papel de partido situacionista; de outro, PSD e PTB, acostumados a girar em torno do poder, não se mostraram capazes de fazer nada parecido com oposição organizada. Coube ao sr. Carlos Lacerda deflagrar o processo que pode tornar-se o divisor de águas capaz de restabelecer o equilíbrio democrático governo-oposição (...).”

Nesse mesmo dia 24 de agosto, o governador Carlos Lacerda, realiza o seguinte discurso transmitido pela *TV Rio*: ⁽⁴⁾

(4) Transcrição de pronunciamento obtido junto à Radiobrás

“Boa noite, meus caros patrícios.

Entendi de meu dever, essa noite, trazer ao conhecimento do povo do meu País, muito especialmente, é claro, ao povo do Estado da Guanabara, as razões pelas quais havia tomado a decisão de renunciar ao governo e à vida pública. E as razões pelas quais, atendendo a apelos que partem de todos os cantos da vida brasileira, apelos que me tocaram profundamente a consciência e o coração, resolvi aqui ficar até o fim.

Não se trata, porém, da minha pessoa nem da minha decisão, trata-se de algo mais importante do que isso. Muita coisa se tem publicado de certo, de errado, de meio certo, de meio errado, acerca do que se convencionou chamar a “crise do dia”.

Entendo que uma democracia só vive quando o povo a estima e a defende. Entendo que o povo só estima e defende o regime democrático, na medida em que o conhece exatamente, precisamente. Tudo o que se arma contra ela e tudo o que pode ser preparado a seu favor.

A razão pela qual havia decidido deixar este posto que me confiou o povo da Guanabara é de três ordens: razões de ordem particular, porque a certa altura entendi que o sacrifício não podia mais justificar-se diante das imposições de uma vida que, afinal já tinha o direito de dedicar-se a si mesmo e a sua família; por outro lado, as promessas do Governo Federal ainda não haviam sido cumpridas; e dificuldades ainda existentes, até então, na Assembléia do Estado, colocavam o Governo do Estado da Guanabara entre dois fogos: o das promessas não cumpridas, federais e o das dificuldades não desfeitas, na Assembléia Estadual. Estas, digamos, as razões preliminares.

A primeira é fácil de esquecer, pois as imposições do dever público passam por cima de todas as demais; a segunda começa a desfazer-se.

Anteontem o Senhor Presidente da República finalmente assinou, cumprindo compromisso que comigo assumira e a promessa que, há dias, renovara no Palácio das Laranjeiras, um simples decreto que há 26 dias, estava retido por alguns dos seus assessores no Palácio do Planalto – , um decreto, o mais simples deste mundo, decreto que nomeia uma comissão para distribuição do dinheiro do Fundo do Trigo, que o Senhor Presidente Jânio Quadros havia garantido não só à Guanabara – os famosos dois bilhões da reunião dos governadores –, mas a quase todos os Estados do Brasil.

Foi preciso, assim, que surgisse uma crise dessas proporções, para que a assessoria do Presidente da República desengavetasse um decreto que o Ministro da Fazenda lá deixara, na véspera de sua partida para a

Conferência de Punta Del Este. E trasanteontem, o Presidente, afinal, sabedor dessa retenção do decreto, assinou-o; e uma comissão constituída do Sr. Edmundo Barbosa da Silva, pelo Itamarati, do Sr. Galveias, pelo Ministério da Fazenda, do Sr. Luis Simões Lopes, pelo Ponto IV, sob a presidência do Sr. Ministro da Fazenda, insta-se agora para, em poucos dias, concretizar o compromisso do Senhor Presidente da República com os Estados, e, entre eles, o compromisso de dois bilhões de cruzeiros no Estado da Guanabara, por conta do Fundo do Trigo.

Portanto, também nesta área começam a desfazer-se, a duras penas, aquelas dificuldades criadas por uma assessoria defeituosa, malévol-a, precária, boêmia, desordenada, incapaz e perversa, que está afundando o Governo Jânio Quadros.

Restava, porém, a outra questão, esta mais grave, esta mais séria. Questão na qual divirjo abertamente do Senhor Presidente Jânio Quadros, sem prejuízo da minha estima por ele, da confiança que tenho em que ele superará essas debilidades e deficiências, nascidas, sobretudo, de uma ótica, de uma visão defeituosa, acerca da conjuntura mundial e da posição brasileira nessa conjuntura.

Não se trata, como pensam alguns até agora, apenas da política internacional do Brasil.

E se é verdade que a Constituição atribui ao Presidente da República poder, antes, autoridade, para conduzir a política exterior do Brasil, também é verdade que, em nenhum país democrático do mundo, um homem só, seja quem for, pode conduzir sozinho, para onde queira, a política exterior de um país que não quer ir nessa direção.

Tem-se dito que o Senhor Presidente Jânio Quadros está apenas cumprindo os compromissos que assumira com o povo na campanha eleitoral. É falso. Os compromissos do Senhor Jânio Quadros com o povo, em matéria de política exterior, consistiram em dois pontos: primeiro, relações amistosas com todos os países do mundo; segundo, relações comerciais com todos os governos do mundo. Isso ninguém contesta. Não somente o seu direito, mas o seu dever de manter tais relações.

O que se vê, porém, é que ele vai além, pois trata muito bem as ditaduras comunistas e muito mal as democracias aliadas.

Em Porto Alegre, na campanha eleitoral, respondendo a uma consulta do eminente Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, o candidato Jânio Quadros, expressamente, declarou que o seu compromisso era o de estabelecer relações comerciais com os países com os quais ainda não as mantínhamos, além de manter com aqueles que já tínhamos.

Isso exclui esta inovação, que é a louvação e adesão escandalosa do

Brasil a linhas que não são as suas, a interesses que não são os seus, a propósitos contrários a ideais que a nós repugnam, em nome de uma pseudomaioria que na realidade não existe; pois não há artifício de propaganda, não há sofisma nesse mundo capaz de disfarçar uma realidade: a imensa maioria do povo brasileiro repele o comunismo. Mas isto, por mais importante que seja, é um aspecto da questão. E, quando alguns pândegos ou alguns intrigantes procuram, uns fazer média com o Presidente à minha custa – é tão fácil aderir agora ao Presidente –, à custa de uma nossa divergência, outros, e esses são mais perniciosos, procuram turvar as águas e atribuir-me o propósito de esconder, com esta crise, o malogro da nossa administração.

Seria preciso, primeiro, demonstrar que malogramos e ainda mais do que isso, demonstrar que sentimos o nosso malogro. Pode ser que tenhamos malogrado. Mas não me considero assim, nem consideram assim os companheiros de governo que tenho.

Uma vez que não prometemos milagres, creio, sem imodéstia alguma, e, ao contrário, sempre insatisfeito, creio que estamos fazendo na Guanabara, nestes meses, mais do que o Governo da República já fez no País.

Os recentes aumentos do gás, da luz, do bonde, do telefone, no Rio, outra coisa não são senão a minha assinatura debaixo de um ato que é do Governo Federal. Assinei-o para garantir o salário dos trabalhadores dessas categorias, mas não foi um ato nosso, foi um acordo salarial celebrado pelo Ministério do Trabalho, no Ministério do Trabalho, de acordo com instruções e decisões do Governo da República. O Governo da Guanabara limitou-se a dizer que a sua posição seria de fiel cumprimento à política salarial e tarifária que o Governo Federal decidisse. Fora daí, não há esforço que não tenhamos feito, e a culpa não é nossa se encontramos o Estado nesse estado. Temos procurado reabilitá-lo, reconstruí-lo e sobretudo organizá-lo; e já agora um outro elemento terrível da crise da Guanabara desfaz-se aos poucos, graças a esta mobilização de espírito público que se observa na Assembléia Legislativa do Estado, tendo à frente a figura singular do professor Temístocles Cavalcanti, atual líder da maioria.

Essa maioria se vai constituindo, com tal ou qual dificuldade, não em torno de um homem, nunca em torno de um homem, não em torno de uma iluminação, não em torno de uma mística, mas em torno de problemas concretos e de soluções objetivas, nas quase cinquenta mensagens que até agora o Governo enviou à Assembléia. Creio que outro governo, melhor dirigido por um homem mais capaz, poderia ter feito nestes meses muito mais. Mas não vi governo antes do nosso que tivesse feito mais em tão pouco tempo. Portanto, vamos concentrar-nos nas razões

profundas da crise que se abriu, e que desejo ver encerrada, porque não acredito absolutamente, nem pretendo, que o Presidente da República se renda a argumentos de uma hora para outra.

Uma crise como esta não se encerra: ela inicia um processo de evolução, de compreensão, de entendimento, através da divergência. É assim que se formam e se constroem nas democracias as grandes soluções de interesse nacional e popular. Não pretendo impor coisa nenhuma, mas não abduco do meu direito de propor. Não pretendo humilhar ninguém, nem desafiar autoridade superior ou igual ou inferior à minha. Mas tenho neste País autoridade para falar; tenho-a, porque conquistei-a com sangue e sacrifício, meu, dos meus companheiros, dos meus concidadãos. Tenho atrás de mim, antes de ser governo, 16 anos de oposição, sem falta de um dia. Tenho, portanto, algum lastro e algum direito de ser ouvido, antes que isso se transforme em ditadura.

A minha principal, talvez a maior razão, de me opor à política exterior do atual Governo não é tanto o caráter aventureiro e precário dessa política; não é tanto a ficção em que ela se baseia – a idéia de que um país dominado por uma filosofia comunista, isto é, um país que acredita que só pela revolução e pela guerra é possível transformar a sociedade humana, nega-se a si próprio, pois seria o comunismo ajudando a manter o regime que ele ajudou a destruir.

Quero contar ao povo, simplesmente, sem daí tirara efeitos alarmistas, sem contribuir para envenenar seja o que for, o que se passou, para que julgue. Sei que aqui ou ali ficará minha palavra contra a dos que queiram negá-la agora. Podem acusar-me – e não me faltaram acusações continuadas de muitas coisas. Mas nunca, ainda, alguém tentou acusar-me de inverídico. E por que mentiria eu? E por que exageraria, no momento em que todas as vantagens poderiam advir-me se simplesmente calasse?

No dia da reunião dos governadores, o Presidente da República manifestou-me a sua profunda inquietação com as dificuldades de funcionamento do regime: pouco ou nulo rendimento do Congresso, a desagregação sensível dos partidos, o esvaziamento da vida pública, o não atendimento de suas solicitações por reformas profundas de que carece para governar. Essa conversa havia sido precedida de outra, do Sr. Ministro da Justiça, na qual o Sr. Oscar Pedroso Horta dissera-me que o Presidente, em crescente inquietação, poderia chegar à renúncia se não obtivesse do Congresso as medidas necessárias ao cumprimento do seu programa.

Diante disso, a certa altura da reunião dos governadores, pedi ao Pre-

sidente que me concedesse a honra de prosseguirmos a conversa tão logo tivesse ele oportunidade para isso. Chamou-me no domingo seguinte a São Paulo – mas ali a conversa não houve, nem no dia seguinte, no avião, quando para cá viajamos juntos. Disse-me ele, então, que ainda não era hora de conversar sobre isso.

Esperei, pois, até que, há dias, na minha penúltima visita à Brasília, o Ministro da Justiça esclareceu-me a questão. Traçou-me, com sua irrecusável inteligência, um panorama que resumiria assim: consideramos necessário preparar o País para uma “reforma institucional”, na qual o Congresso, já que deseja “recesso remunerado”, fique realmente em recesso remunerado. Para isso, disse-me o ministro da confiança do Presidente, precisamos do apoio de alguns governadores, a começar pelo seu. O Governador de São Paulo ainda não está maduro para esta conversa, mas depois conversaremos com ele, após uma preliminar que por alto já procurei fazer, acrescentou o Ministro da Justiça.

Perguntei-lhe em que consistiam essas reformas, e não obtive respostas sobre elas. Mas aludiu a alguns artigos meus de 1956, quando exatamente chamaram-me de golpista, porque em situação inteiramente diversa da atual, numa conjuntura inteiramente diferente, eu preconizava um breve adiamento das eleições para, com o consentimento do Congresso, poder o Governo, com plenos poderes, executar certas reformas, a começar pela da Lei Eleitoral. Pediu-me ele que lhe mandasse esses artigos, porque, disse, recordava-se de um, sobretudo, em que a questão estava posta exatamente nos termos que desejaria aplicar agora.

Perguntei-lhe como ficaria, nesse caso, a opinião do povo, a vontade do povo. Disse-me que poderiam chegar a conceder, dentro do respeito à periodicidade dos mandatos e de nenhum modo cancelando a necessidade de eleições, um referendo popular para as medidas de reforma institucional que o Governo pretendia introduzir no País. Observei-lhe, então, que, se em qualquer caso isto era impossível, muito mais impossível seria no momento em que o Presidente da República parecia acenar para os lados da Rússia; pois ninguém de bom senso e patriotismo neste País daria um cheque em branco a nenhum governante, daria plenos poderes a governante nenhum no momento em que ele parecia levar o Brasil para campos em que o Brasil não quer entrar.

Observou-me ele que isto era certo, mas que, por outro lado, havia sempre a outra saída, havia sempre a alternativa: ou nós cederíamos a esse propósito ou poderia o Governo dirigir-se às esquerdas e fazer com elas aquilo que o centro democrático não concordasse em fazer.

Nessa altura perguntei-lhe por outros elementos que constituem em

todas as nações – inclusive a nossa, não há desdouro nisso – a base física do poder, a força armada. Perguntei-lhe se acaso poderia ele conceber que as forças armadas do Brasil iriam garantir um movimento dessa espécie, qualquer que fosse o seu rótulo, quaisquer as belezas de sua apresentação no momento em que soubessem, elas, democráticas, elas, brasileiras, elas patrióticas por vocação e compromisso, que o Governo praticava uma política exterior cor-de-rosa da chamada linha do “mais para lá do que para cá?”

Disse-me, então, o Ministro da Justiça que já havia dois ministros militares e que restava um terceiro, a quem me pediu que sondasse. É claro que não o fiz, e passei, meus amigos, alguns dos dias mais terríveis da minha vida, nesta mesa, aqui, tratando de águas, de esgotos, de lixo, tratando de escolas e de estradas, tratando de obter projetos de deputados que me chamam de direitoista, reacionário, no momento em que na minha consciência se travava a luta entre dizer tudo ou, em silêncio, resistir sozinho. Procurei resistir e travar essa batalha só, absolutamente só, sem me abrir com ninguém, nem com os mais íntimos companheiros, nem com os mais chegados colaboradores.

E por isto, para evitar essa cômica de fichinhas que pulula no Palácio do Planalto, em torno do Presidente da República, dirigi-me à criatura mais límpida, mais serena, de mais bom senso e de mais respeitável conduta que em torno deles se encontra – a sua esposa.

Procurei-a em fins da semana passada, no Palácio Laranjeiras e disse-lhe, sem precisar mais nada, da minha funda preocupação e da necessidade de falar ao Presidente uma língua de amigo a amigo, sem protocolo, sem a complicação das audiências e sobretudo sem os intermediários que fazem em torno do Senhor Jânio Quadros uma roda de fogo de mediocridade e estupidez. Com uma admirável compreensão e uma amizade que nunca poderei pagar, D. Eloá Quadros telefonou a seu marido e logo depois este também me telefonava convidando-me para ir a Brasília – e fui.

Ali, a sós nós dois, conversamos sobre as razões pessoais que me faziam seriamente pensar em deixar tudo isso e ir embora para casa, porque não queria ser personagem dessa farsa nem vítima desse drama. Quando lhe falei da conversa com o Sr. Ministro da Justiça, disse-me ele que não estava preparado para tê-la comigo então e que somente daqui a trinta a quarenta e cinco dias poderia conversar sobre esse assunto. Observei-lhe que, ao perguntar ao Ministro da Justiça até que ponto ele tinha autorização para falar comigo nesse tom e nessa matéria, disse-me ele que tinha instruções do Presidente.

A conversa praticamente encerrou-se aí e fomos ao cinema. O Presi-

dente, pouco depois, levantou-se, chamou o Ministro da Justiça ao telefone e este pediu o meu comparecimento a sua casa.

Eram cerca de onze horas da noite. Lá cheguei um pouco contrafeito, encontrei-o num fim de jantar com o Sr. San Tiago Dantas, que acabava de ser nomeado chefe da delegação brasileira na ONU, e o secretário particular do Presidente da República. Nós dois, o Ministro e eu, fomos ao outro aposento e ali perguntou-me ele se já tinha sondado o ministro militar a que se referira em nossa conversa anterior. Disse-lhe que não. Cobrou-me o envio dos artigos de 56, disse-lhe que não mandara, inclusive porque me pareciam as situações completamente diversas, que não se aplicava mais agora uma tese momentânea para uma conjuntura completamente diferente.

Pedi-me então que não fosse a Vitória no dia imediato, atendendo a convite que pouco antes me fizera o Presidente. Disse-lhe que não tinha nenhum empenho em ir a Vitória, embora me agrade muito aquela cidade, mas que o convite era do Presidente e não havia necessidade de chamar-me de tão longe a sua casa para me dissuadir de uma viagem para a qual não me convidara.

Explicou-me que seria inconveniente aparecer em público com o Presidente, naquela altura, como já lhe parecia inconveniente a minha ida súbita à Brasília. Mas por quê? Que inconveniente havia em aparecer, de público, o Governador da Guanabara e o Presidente da República, dois amigos, para tratar de interesse público? Porque, disse ele, à luz – eu diria então à sombra – de nossa conversa poderia haver especulação. Mas como, se ninguém sabia da nossa conversa?

Encerramos então esta última ou penúltima conversa e voltei ao Palácio da Alvorada. Lá chegando, encontrei, na porta, o porteiro e a minha valise: o convite do Presidente para ser seu hóspede fora cancelado pelo Ministro da Justiça, e o Ministro telefonara comunicando ao porteiro para levar a valise ao automóvel e transportar-me ao hotel.

Agora circulam várias versões sobre isto: desde aquela que me apresenta como tentando hospedar-me à força no Palácio Presidencial – eu que nem moro no Palácio Governamental – até aquela que explica como um mero quiproquó esse telefonema.

Ao chegar ao hotel, telefonei ao Ministro apenas para passar recibo e confirmar que o seu despejo fora para valer. O Ministro compareceu ao hotel, onde me recusei a recebê-lo até que bateu à porta e não era possível desfeiteá-lo. E ali, numa atmosfera mais ou menos boêmia, como é a atmosfera em que se tratam essas coisas sérias no Brasil, até quatro e quarenta da manhã, o Ministro tentou dissuadir-me quer na renúncia,

quer da minha negativa em participar de sua maquinação. Informei-lhe, então, que traria a público essa maquinação.

Cerca de sete horas da manhã, telefonei ao General Pedro Geraldo, Chefe da Casa Militar, e pedi-lhe que dissesse ao Presidente da República que, seu eu fôra a Brasília ainda na dúvida, voltava com a certeza de que não cabia mais no quadro político contemporâneo.

Comprometi-me muito com o povo brasileiro, afirmei por toda a parte, acentuando as suas maiores esperanças, que o Presidente Jânio Quadros faria o governo com que todos sonhamos. Não desisti disso, nem descreio disso, e por isso mesmo queria sair para não participar de um erro que eu considero mortal, era o que eu pensava e dizia.

Vim para o Rio, e o resto todos sabem. À noite, veio o Presidente ao Rio, não especialmente por isso, mas, ao contrário, por estar no seu itinerário. De Brasília, o Ministro da Justiça comunicou ao meu chefe de gabinete que o Presidente me esperava aqui. Tive então a honra de voltar a sua presença. Tivemos no Palácio das Laranjeiras, uma conversa muito cordial, mas muito clara, muito cordial, e talvez por isso mesmo muito franca, na qual lhe fiz sentir que o poder pessoal é como um pêndulo que oscila indiferentemente entre a esquerda e a direita. Foi assim em 1935 – eu tenho a memória mais longa que a própria vida. Em 1935, estimulou-se a mais não poder o desenvolvimento do comunismo até que ele pôs, como se diz, ‘as mangas de fora’. Então, diante do Brasil assustado, constrangido, sacudido pelo temporal artificialmente estimulado, outra coisa não restou às Forças Armadas – porque não têm a vocação da ditadura – senão dar ao poder constituído, plenos poderes, que ele usou, como todos sabem, para acabar no golpe de novembro de 1937.

Eis aí porque – e não será a última injustiça que sofro na vida, enquanto defendo até para os comunistas o direito de existir, contanto que não neguem o nosso, que somos a maioria – sou acusado de golpista e direitista, porque me recuso a pactuar com o golpe de gabinete, com uma reforma por decreto e com o recesso remunerado, isto é, com o fechamento do Congresso.

A esta altura, meus patrícios, é tempo de dizermos que reconheço a necessidade de certas reformas, que reconheço as deficiências do congresso e os insucessos dos partidos, nascidos, é certo, de uma tal ou qual obsolescência, de um anacronismo no processo de elaboração parlamentar, agravados, é certo, pelo isolamento mortífero, letal da Brasília. Estivesse o Congresso num centro populoso, com opinião pública atuante, ele próprio se revigoraria através dos estímulos dessa opinião; isolado, insulado, transformado em clube, ele próprio agrava seus proble-

mas e faz de uma doença um perigo mortal. Mas daí não se segue que se possa, ou se deva, ou se pretenda introduzir no Brasil certas reformas por via extracongressual. Daí não se segue absolutamente que haja possibilidade ou interesse para a democracia, para a liberdade, para o progresso do País de usar o truque de impor ao centro democrático a ameaça das esquerdas para que ele se submeta ao poder pessoal, sob pena de o poder pessoal buscar nas esquerdas os apoios de que carece para se impor à Nação subjugada.

Devo dizer que, tanto quanto pude comprovar, com as cautelas e cuidados de quem não quer passar como golpista, a informação do sr. Ministro da Justiça sobre a sondagem que fizera, segundo me alegou, a dois dos três ministros militares, é falsa. Ele não sondou ninguém, tanto quanto eu saiba e tanto quanto eu conheça os homens.

Não sondou ninguém, mas queria comover certos governos de Estado; queria desagregar certas forças de conservação da democracia, queria e quer, e vai diluindo as resistências do País democrático através da dupla ameaça – a da ineficiência do regime que não funciona ou a da marcha ondulante dos comunistas fantasiados de maioria.

Diante de tais coisas, que serão facilmente refutadas pelo Ministro da Justiça – que nos últimos dias a alguns amigos já apresentou umas dez versões diferentes, e nenhuma verdadeira, de sua conversa comigo –, ficará a minha palavra, e só. É certo que não foi só a mim que ele disse tais coisas; outros existem, mas, que eu saiba, nenhum desses outros é governador.

Começou de certo tempo a esta parte, para quem, como eu, está atento e tem a obrigação cívica e funcional de prever, uma série de sintomas e de preparativos dos quais o mais recente exemplo é essa pudicícia do Ministro, tomado de um puritanismo estranho, inesperado mesmo, em relação à televisão e o rádio.

A imprensa está sendo subjugada economicamente através da súbita e brutal, e desnecessariamente súbita e brutal, elevação do custo do papel. Ao contrário de todos os conselhos que recomendavam elevação gradativa, formou-se, na área do Palácio do Planalto, a deliberação de aumentar, em vinte e quatro horas, de trezentos por cento o preço do papel, reduzindo-se com isso, a dois ou três o número de órgãos de imprensa em condições de economicamente resistir ao embate.

Todos sabem o que isso significa para a liberdade da informação e do comentário, sobretudo quando ao lado do impacto econômico sobre a empresa jornalística existe a infiltração, que por baixo progride, das forças comunistas na imprensa.

No que se refere ao rádio e à televisão, começa-se com uma certa

monotonia para quem acompanha essas coisas: assim foi na Alemanha antes de Hitler, foi assim em Cuba, à medida que Fidel Castro evoluía para o comunismo. Começa-se por medidas puritanas, que enchem de regozijo a Igreja e satisfazem os anseios das famílias, mas que levam em si o princípio da intervenção do poder público na liberdade da informação e da opinião.

Assim se prepara o quadro e assim ele evolui, enquanto o Congresso aos poucos se omite, e se explora de modo crescente, e com crescente agravamento, a condição que existe entre políticos, a secreta e inexpressa ambição de uns em querer sobrepujar os outros, as contradições dentro dos partidos, que já não mais se reúnem porque, se se reunirem já, se partem tanto que já não se podem unir; o silêncio entre os homens públicos e esse ódio que separa entre si alguns dos melhores homens e algumas das mais autênticas forças populares do País.

Vejam bem que nunca se fará, nem faria eu, a injustiça de supor que homem da inteligência e lucidez do Presidente Jânio Quadros seja capaz de cair de amores pela Bulgária somente pelo que a Bulgária nos possa comprar ou vender, nem tampouco verberar os Estados Unidos no momento exato em que eles corrigem seus erros e se aproximam do Brasil com uma linguagem franca, que consiste afinal, objetivamente, num apoio efetivo ao nosso desenvolvimento.

É injurioso supor que o Presidente da República não tenha percebido a enormidade do erro de sua política externa. O que é lícito não só supor, mas deduzir, pelo que ele me disse e pelo que está fazendo, é que, pela primeira vez na vida de uma nação democrática –, a política exterior se faz para seguir e obedecer a propósitos da política doméstica. O grave, o perigoso – mais que perigoso, ameaçador – é que uma nação tem interesses permanentes, tem constantes de que não se afasta em vão. Não são somente tradições. As tradições nacionais chamam-se assim porque são realidades permanentes de um País formado na liberdade, no respeito, sim, à autodeterminação e por isso mesmo no horror àquela que falsifica a liberdade que tem os povos de dispor dos seus destinos, chamando governos a ditaduras que se lhes impõe pela força.

O que existe no Brasil, no momento, cifra-se, resume-se, consiste afinal numa pequena, astuta, mas medíocre trama palaciana para resolver por meios ilegítimos dificuldades que todos reconhecemos e que devemos resolver por meios legítimos.

Ninguém nesse País ousará dizer – e muito menos eu, que conheço as dificuldades no meu Estado – que o Presidente da República esteja tendo facilidades para cumprir o seu programa e realizar o seu gover-

no. Reunamo-nos todos, ofereçamos-lhe, todas as facilidades ao nosso alcance, o nosso apoio, a nossa confiança lúcida e correspondida – e correspondida, porque confiança não se entrega unilateralmente, confiança é recíproca e reciprocamente conquistada. Ofereçamos ao Presidente tudo que ao nosso alcance esteja para que ele possa licitamente, legitimamente, democraticamente, governar como conquistou o poder: com a esperança e a confiança da imensa maioria da Nação. Para isto é essencial, sem dúvida, que ele não se perca mais nos descaminhos de uma política que é contrária a tudo aquilo porque urge e pugna a imensa maioria do povo brasileiro.

Tenho, às vezes, vontade, não sei se digo, de rir – mas será em todo caso um riso melancólico – quando vejo dividirem as nossas posições entre direita e esquerda e atribuírem ao Presidente uma posição de esquerda e a mim darem a direita.

Desde quando é direita querer que as coisas se façam direito? Desde quando é direita, a não ser por um jogo de palavras, querer que se faça democraticamente o que nunca se deve fazer por vias espúrias? Desde quando será esquerda aplaudir tiranias e deixar que elas se introduzam no Brasil? Desde quando é esquerda o poder pessoal, assim chamado por oposição ao poder coletivo, que se exprime na democracia, através da opinião e de seus órgãos, através da opinião pública e de seus instrumentos, através da representação do povo em suas assembléias? Desde quando é esquerda o poder pessoal que vai aperfeiçoando primeiro no confinamento de um palácio no ermo, depois cercado-se de um grupo de palacianos bisonhos, que fazem da intriga e da chalaça a matéria-prima de sua adulação?

Neste momento, a meu ver, tem o Presidente Jânio Quadros em suas mãos a mais extraordinária soma de poderes que numa democracia se pode dar a um homem; e esses poderes são os que nascem da legitimidade de seu mandato, da confiança, que apesar desses descaminhos tem nele o povo brasileiro e eu com o povo. Por que não usá-la, assim lentamente, como leal e fraternalmente nós a oferecemos? Nós, que nada queremos dele; nós que não temos ambições quanto ao futuro; nós, que a custo carregamos cada qual a cruz que orgulhosamente pedimos para os nossos ombros; nós que lutamos com ele a seu lado; nós que queremos trabalhar com ele e a seu lado? Só não podemos, só não queremos é que, em nome de um esquerdismo pra fora, se faça o reacionarismo para dentro, através de uma ditadura disfarçada; que através de um reacionarismo para dentro, através de tal ou qual agrado a este ou aquele grupo econômico, se faça para fora o espetáculo de um país,

o Brasil, que entra na órbita comunista no exato momento em que sai do livre espaço e deixa de ser uma estrela refulgente para ser triste satélite de um pseudoneutralismo.

Talvez a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul que foi dada a 'Che' Guevara sirva ao menos no seu peito, para esconder a mancha de sangue dos cubanos que ele matou. Por trás da condecoração dada ilegalmente a esse aventureiro internacional, a esse apátrida especialista em oprimir a pátria alheia, que coisas se escondem, que aventuras, que tramas da madrugada, que torvas conversas, que sinistras combinações!...

A denúncia de Lacerda, parece ter sido mesmo pensada para ser exposta através da televisão, do rádio ou de um discurso na tribuna e jamais num artigo jornalístico ou panfleto. Um truque retórico, dos que são previstos por Arthur Schopenhauer em sua *Dialética Erística* é utilizado logo no início da explanação e provocará uma importante alteração no enredo da trama, alteração esta que é quase imperceptível num texto não escrito. O governador vem a público para se explicar ao povo do seu país e da Guanabara, enuncia três supostas razões para sua anunciada e, já dissuadida, pretensão de renúncia: a) problemas de ordem pessoal/familiar; b) promessas financeiras não cumpridas pelo governo federal e, c) dificuldades na Assembleia Legislativa do Estado. Na seqüência, Lacerda informa que a primeira delas “é fácil de esquecer” e que a segunda começava a se desanuviar com a assinatura do decreto presidencial para a constituição da comissão que se encarregaria da distribuição do Fundo do Trigo. Quanto à terceira razão, Lacerda despudoradamente realiza um salto falacioso fazendo o telespectador crer que, desde o começo, era a questão da política externa do governo Jânio Quadros. Sumariamente, a questão de suas dificuldades na Assembleia Legislativa foi subtraída, para, no lugar dela entrar aquele assunto sobre o qual a Imprensa e ele mesmo tinham reunido, ao longo da semana, um respeitável arsenal contra o governo de Jânio: sua política exterior. Esgota-se nesse ponto do pronunciamento a sua razão original apresentada, qual seja a da justificativa de Lacerda quanto à própria ameaça de renúncia. Realizada com êxito a construção desse primeiro elo inverossímil: “Lacerda pensava em renunciar por causa da política externa de Jânio”; passa o governador a trabalhar em seu discurso a construção do segundo elo, esse mais inverossímil, mais vil e mais vital: “essa política externa e as idéias de reforma institucional, ou golpe, aludidas por Pedroso Horta caminham juntas”. Embora jamais seja possível conhecer os detalhes da conversa entre o governador e o ministro, a não ser por suas versões individuais, o certo é que Lacerda, mostra-se mais brilhante na construção dessa segunda ilação, do que fora no caso da primeira. Pela narrativa, não se trata apenas da política externa ser equivocada, antinatural, antipatriótica, antidemocrática na execução e sinalizadora de vocação autoritária do

governo, mas também que era um instrumento chantagear o “centro democrático” no sentido de que se esse não brindasse seu apoio às reformas extra-constitucionais desejadas por Jânio, a esquerda poderia fazê-lo de bom grado, sendo esse governo tão simpático a ela como demonstrava justamente sua política externa. Sem a submissão dos “setores democráticos” ao projeto autoritário de Quadros, um golpe de estado de inspiração esquerdista seria posto em curso e tudo isso foralhe revelado direta e descontidamente pelo Ministro da Justiça de Jânio que tentou inclusive fazer dele, Lacerda, o primeiro súdito a se curvar. O governador da Guanabara se coloca, assim, como o messias, a quem foi finalmente revelada a razão última da política externa tão nefasta do anticristo Jânio. Tudo agora faz sentido: o presidente homenageou Ernesto Guevara não porque um líder carismático é livre para agir segundo um escala interna de princípios, mas porque, traíndo a tradição e a índole do povo brasileiro, ele está se associando ao comunismo para fortalecer o seu poder. Esse parece ser o sentido do pronunciamento de Lacerda.

A grave denúncia, ainda que impactante, funcional e dotada de aparente coerência, não se nos revela, contudo, sustentável à luz do que era a realidade do governo Jânio Quadros: um governo cuja proximidade com o comunismo e com as esquerdas em termos de política interna não foi maior do que os antecessores, em alguns casos, até pelo contrário.

Independentemente do grau de veracidade das observações de Carlos Lacerda levadas ao ar naquela noite; mesmo sem a possibilidade de mensurar a capacidade de convencimento das palavras empregadas e ainda que não se conheça precisamente o raio de alcance de suas denúncias junto à sociedade civil, objetivamente sua performance televisiva que, não por acaso, se encerrou citando a condecoração de Guevara, levou ao ápice a crise iniciada alguns dias antes, acrescentando elementos ainda mais inflamáveis à pira e obrigando o Congresso a cobrar explicações do governo.

SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1961.

“Forças terríveis”

No dia seguinte, 25 de Agosto de 1961, antes de completar oito meses de mandato, o presidente Jânio Quadros oferece uma resposta inusitada comunicando sua renúncia através da seguinte nota unilateral:

“Fui vencido pela reação e assim deixo o Governo. Nestes sete meses, cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinaram os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém esmagado, forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração.

Se permanecesse, não manteria confiança e tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro assim com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do Governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nessa oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do conagraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir esta Pátria.”

À renúncia do presidente seguiu-se uma absoluta indiferença popular. Não existem, tampouco, relatos de que Jânio tinha movido uma palha sequer com o objetivo de provocar a comoção e a mobilização nacional pela sua permanência no poder, ao contrário, o prefeito de Brasília na época, Paulo de Tarso Santos, por

exemplo, chegou a afirmar:

“Se esse fosse o esquema, o primeiro passo é que eu soubesse, para que pudesse mobilizar a opinião pública. Mas não houve absolutamente nada nesse sentido. Eu fui tão surpreendido quanto qualquer cidadão.” (5)

Talvez o excesso de auto-confiança do líder carismático o fizesse sonhar com uma manifestação espontânea de grandes proporções como aquela de que foi digno Fidel no início da Revolução, mas muito dificilmente isso se daria, no caso de Jânio, a revelia dos meios de comunicação e, contar com eles, é o que Jânio certamente já não podia mais.

A pesquisa dos possíveis vínculos entre a repercussão midiática da Visita de

(5) Kwak, G., O trevo e a vassoura, p. 151

CONCLUSÃO

Jânio Quadros não promoveu nenhuma alteração consistente em sua política externa durante o tempo que governou, isso quer dizer que o que foi praticado no final, já o era no começo de seu mandato. A análise histórica de seu governo tampouco autoriza qualquer especulação no sentido de uma escalada ou guinada para a esquerda. Do mesmo modo, pelo que se procurou demonstrar, nenhuma grande novidade se processou em sua forma de se relacionar com aliados e opositores políticos. Como explicar, então, que esse governo eleito sete meses antes com a maior votação popular da história do país até aquele momento, pudesse se desfazer de maneira tão sôfrega e não reativa diante dos olhos da mesma opinião pública que o elegeu? Como explicar o papel no mínimo suspeito da mídia na crise que levou a sua renúncia? Ocorre que, sem grande alarde, aparentemente Jânio cometeu alguns pecados imperdoáveis: manteve-se insubordinado à elite que lhe brindou apoio nas eleições na esperança de que teria como cobrar a fatura; tal insubordinação não significou fortalecimento de vínculos populares; não procurou o governante assentar seu poder em bases racionais/burocráticas; sua imagem política o impediu de apelar ao patrimonialismo para seu embasamento político; não conferiu tratamento privilegiado aos meios de comunicação e realizou uma política externa que, se em termos práticos não era muito profícua, em termos ideológicos gerava um ruído incômodo ao pensamento hegemônico. Não foi possível constatar nenhuma razão pontual e objetiva para que a mídia realizasse uma campanha contra o presidente e, pelo que foi visto, tampouco se pode dizer que ela tenha efetivamente realizado essa campanha, mas, ao que parece, houve sim um momento em que seus in-

teresses de classe e sua função no processo de conservação da unidade ideológica de todo o bloco social ⁽¹⁾ entraram em choque com a conduta presidencial. Jânio foi, então, questionado, alertado, advertido, repreendido e, finalmente, abandonado pela mídia que lhe falta no momento em que seria a única capaz de capitanear o povo numa eventual sustentação ao presidente que renunciava.

Para além das questões específicas relativas ao carisma de Jânio e sua dependência em relação à mídia, é notória a crescente potencialização dos meios de comunicação em termos de sua capacidade de interferência política, fenômeno que se dá pelo esvaziamento do racionalismo e da espontaneidade da opinião pública na medida em que avança o Capitalismo. Não se trata da idéia simplificadora de que, incapaz de qualquer crítica, a opinião pública deixa-se inocular passivamente pela ideologia hegemônica a quem prestam serviços valiosos os meios de comunicação. Nem, portanto, de aceitação das pechas de elitismo e pessimismo, pelo não reconhecimento do potencial crítico da recepção como arma de luta para a possível construção de um projeto contra-hegemônico. Mas parece-nos indelével que: a) o Sistema Capitalista encarrega-se de engendrar um complexo de aparatos ideológicos que visam a garantia, não necessariamente de modo auto-consciente, de sua reprodução; b) que as elites controladoras do sistema têm condições de conferir sofisticação, eficiência e escala aos tais aparatos ideológicos; c) que os mecanismos de opressão de classe não cessam de operar facilitando a aplicação ideológica especialmente em conjunturas não revolucionárias e de não mobilização; d) que, para além dos movimentos sociais, dificilmente uma pedagogia da crítica se fará independentemente dos mesmos aparatos; e) e que, portanto, são limitadas nessas condições as possibilidades críticas da recepção. Sendo assim, ainda que não na perspectiva da *Agulha Hipodérmica*, acreditamos sim num efeito cada vez mais determinante dos meios de comunicação na formação da opinião pública, efeito que transcende o agendamento e a *Espiral do Silêncio* ⁽²⁾, mas que, através desses fenômenos verossímeis, já começa a demonstrar sua potência. Parece-nos realmente que o debate público, tão caro à tradição iluminista, mediado como vem sendo pelos meios de comunicação, perdeu boa parte de sua característica original de fonte legitimadora das instituições políticas da democracia liberal, na medida em que se despolitizou e desenraizou-se da realidade efetivamente vivida pelos grupos sociais e da opinião própria de cada indivíduo, pedra central na construção da vontade geral. De modo peculiar, parecem ter se revelados pertinentes os presságios de Rousseau, segundo quem, a presença de grupos intermediários entre as vontades individuais e o soberano tendia a enfraquecer a legitimidade dos governos ⁽³⁾. Daí seu receio quanto às possibilidades da Democracia em grandes

(1) Althusser, L., *Aparelhos ideológicos*, p. xx

(2) Noelle-Neuman, E., *La espiral del silencio*, p. xx

(3) Gruppi, L., *O pensamento de Gramsci*, p. xx

sociedades onde, além de tudo, face ao grande número de indivíduos, ocorreria a diminuição relativa da importância da vontade individual. Ainda que o foco das preocupações de Rousseau não fosse propriamente a ação dos meios de comunicação, eles parecem ter contribuído sobremaneira para a geração dos mesmos temidos efeitos.

Não seria correto afirmar que o governo Jânio Quadros tenha sido o momento histórico em que esse controverso processo de sobreposição discurso midiático/debate público atingiu sua maturidade, para, a partir de então, operar com regularidade. A rigor, exemplos bastante presentes, como das eleições presidenciais de 2006, em que o resultado das urnas contrariou francamente o discurso midiático dos últimos dias de campanha, podem bem provar que o sugerido processo nem hoje se encontra maduro e nem é inexorável. No caso de Jânio, porém, a escassez de outros fóruns organizados de debate público, que pudessem eventualmente produzir uma leitura própria da política externa do presidente, de seu comportamento e de suas realizações e que pudessem assim, sair em sua defesa a revelia do discurso da mídia, fez com que a hostilidade dos veículos para com o presidente tivesse um efeito entorpecente para a dispersa e atônita “opinião pública”, que não encontra disposição de ânimo para, de alguma forma, sair em defesa do presidente demissionário e ratificar, assim, o voto dado meses antes. Não se trata, insiste-se, de behaviorismo no sentido “os jornais estimularam, o povo respondeu”, mas talvez se pudesse pensar em algo no sentido inverso: “os jornais não estimularam e o povo não respondeu”; ainda que as duas proposições possam parecer oriundas da mesma escola da psicologia. O efeito paralisador tem aparentemente, motivação mais complexa do que a simples absorção do discurso da imprensa independentemente de sua natureza. Não se deve perder de vista, como se demonstrou, a força e a dimensão da ideologia anti-comunista naquele contexto de Guerra Fria e a usina de representações que operava a serviço dessa ideologia. As críticas da imprensa a Jânio possuem foco: sua política externa e, especificamente, a aproximação com o bloco socialista que esta preconiza. Ao criticar no presidente uma proximidade que para a população era já naturalizadamente criticável, a imprensa apenas retroalimenta o processo de naturalização do medo ao comunismo, sem precisar expor suas divergências mais delicadas com o presidente. A intermediação entre o Jânio carismático e os seus sequazes se faz agora por meios de comunicação reticentes que, no entanto, não têm necessidade de perseguir o presidente, já que ele fornece mesmo material abundante para a crítica focada, comprometendo seu carisma.

De acordo com o que pudemos verificar aqui, a Revolução Cubana e seu internacionalizador, Ernesto Che Guevara, eram a expressão mais bem acabada de tudo aquilo que se temia com respeito ao comunismo. Ao condecorar o líder cubano, Jânio talvez tenha querido, mais uma vez, demonstrar que não se deixa-

va intimidar por seus críticos, mas ao fazê-lo, não lhes deixou alternativa que não fosse a cizânia e o violento repúdio. Diante da objetivação da proximidade de Jânio com os comunistas, visível nas fotos da condecoração de Che e com os brados raivosos da imprensa e da oposição ecoando em seus ouvidos, o povo, diante da renúncia de seu presidente, fingia que nada aconteceu.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M., *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALTHUSSER, L., *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* in Zizek, S. (org.) – *Um Mapa da Ideologia*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- ANDERSON, Jon Lee., *Che Guevara, uma biografia*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.
- ARCINIEGAS, Germán., *Biografía del Caribe*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1963.
- ARENT, Ricardo., *Jânio Quadros – O Prometeu da Vila Maria*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- ARINOS FILHO, Afonso., *Diplomacia Independente – Um legado de Afonso Arinos*, São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni., *La geometria del Imperialismo*, México, Siglo Veintiuno, 1978.
- BAMBIRRA, Vânia., *Cuba Vinte Anos de Cultura*, São Paulo, Hucitec, 1983.
- BAUDRILLARD, J., *À Sombra das Maiorias Silenciosas*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- BAUDRILLARD, J., *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, São Paulo, Martins Fontes.
- BAUDRILLARD, J., *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1991.
- BARTHES, R., *Elementos de Semiologia*, São Paulo, Editora Cultrix, 6ª Edição, 1979.
- BARTHES, R., *Mitologias*, São Paulo, DIFEL, 4ª Edição, 1980.
- BENJAMIN, W., *A obra de arte na época das suas técnicas de reprodução* in *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, vol. XLVIII, 1975.
- BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, São Paulo, DIFEL, 1989.
- CANTO HERNÁNDEZ, Rosendo., *Cuba Verso e Reverso*, Portugal, Editorial Portugal Brasil, 1975.
- CASTELO BRANCO, Carlos., *Retratos e fatos da história recente*, Rio de Janeiro, Revan, 1994.
- CASTELO BRANCO, Carlos., *A Renúncia de Jânio*, Rio de Janeiro, Revan, 1996.
- CASTRO, Fidel., *La Historia me absolverá*, Madrid, Ediciones Júcar, 1978.
- CHAGAS, Carlos., *O Brasil sem retoque – A História contada por jornais e jornalistas*, Rio de Janeiro, Record, 2001.
- COHN, G. *Sociologia da Comunicação*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA, Havana, Editora Política, 1992.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*, Lisboa, Edições Mobilis in Mobile, 1991.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo – Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo*, Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O Tempo da experiência democrática*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

GUEVARA, Ernesto “Che”. *Notas de Viaje*, Havana/Madrid, Abril/Sodepaz, 1992.

GONZALES CASANOVA, Pablo., *Imperialismo y Liberación*, México, Siglo Veintiuno, 1986.

GONZALES CASANOVA, Pablo., *América Latina: historia de medio siglo*, México, Siglo Veintiuno, 1981.

GRUPPI, Luciano., *O conceito de hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

HABERMAS, Jurgen., *Historia y critica de la opinion publica*, Barcelona, Gustavo Gili, 2004.

HABERMAS, Jurgen., *Mudanza estrutural na esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003

HUBERMAN, Leo., *História da riqueza do homem*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

HUBERMAN, Leo e SWEEZY, Paul M., *Cuba – Anatomia de uma Revolução*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1960.

IANNI, O., *Enigmas da modernidade-mundo*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2000

JULIEN, Claude., *O Império Americano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

KWAK, Gabriel., *O trevo e a vassoura: os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros*, São Paulo, A Girafa, 2006

LA CRUZ, Manuel de., *Episodios de la Revolución Cubana*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

LARIN, E., *Cuba – Objeto de agresion por parte de EE.UU in: Sobre la história de las intervenciones armadas norte-americanas*, Moscou, Editorial Progreso, 1984.

LÊNIN, V.I., *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lisboa, Edições Avante, 1975.

LOPEZ SEGRERA, Francisco., *Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo (1510 - 1959)*. México, Editorial Diogenes, 1973.

- MAFFESOLI, Michel., *A transfiguração do político*, Porto Alegre, Editora Sulina, 1997.
- MAGDOFF, Harry., *A era do Imperialismo*, São Paulo, Hucitec, 1978.
- MARCUSE, H., *A ideologia da sociedade industrial*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 4ª Edição, 1978.
- MARCUSE, H., *A dimensão estética*, Lisboa, Edições 70, 1999.
- MATTELART, Armand & Michele., *História das teorias da comunicação*, São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich., *Contribuição para uma história da América Latina*, org: Pedro Scoron, São Paulo, Edições Populares, 1982.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de., *O demolidor de Presidentes*, São Paulo, Codex, 2002.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto., *Formação do Império Americano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto., *O Governo João Goulart – As Lutas sociais no Brasil 1961 – 1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2001.
- MOURA, Gerson., *Estados Unidos e América Latina*, São Paulo, Contexto, 1990.
- MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. (org.), *O jornal – Da forma ao sentido*, Brasília, Editora UnB, 2002.
- NÖELLE-NEUMANN, Elisabeth., *La Espiral de Silêncio – Opinión Pública: nuestra piel social*, Barcelona, Paidós, 1995.
- NÚÑEZ JIMÉNEZ, Antonio., *Nuestra América*, Havana, Editorial Pueblo y Educación, 1990.
- PAZ, Ibrahím Hidalgo., *Antianexionismo y Antimperialismo en Patria*, in: *ANUARIO DEL CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS*, V-6, Havana, Centro de Estudios Marianos, 1983.
- PIERRE-CHARLES, Gérard., *El Caribe a la hora de Cuba*, Havana, Casa de Las Américas, 1981.
- PINO-SANTOS, Oscar., *El asalto a Cuba por la oligarquía financiera yanqui*, Havana, Casa de Las Américas, 1973.
- RIVEREND, Julio Le., *Historia económica de Cuba*, Havana, Pueblo y Educación, 1981.
- RODRÍGUEZ, Carlos Rafael., *Cuba en el tránsito al socialismo (1959 - 1963)*, México, Siglo Veintiuno, 1978.
- SADER, Emir., *Cuba, Chile, Nicaragua - Socialismo na América Latina*, São Paulo, Atual, 1995.
- SKIDMORE, Thomas., *Brasil: de Getúlio a Castelo*, São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- SZULC, Tad., *Fidel - Um retrato crítico*, São Paulo, Best Seller, 1986.

WEBER, M., *Economia e Sociedade*, São Paulo, UnB/ Imprensaoficial, 2004.

WERNECK SODRÉ, Nelson., *História da Imprensa no Brasil*,
Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

WILLIAN, Wagner., *O soldado absoluto – Uma biografia do marechal
Henrique Lott*, Rio de Janeiro, Record, 2005.